

mercado de trabalho

conjuntura e análise

ANO 17 | FEVEREIRO 2012 |

50

MTE MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO

ipea⁴⁷
anos
Por um Brasil desenvolvido

mercado de trabalho

conjuntura e análise

| fevereiro 2012 |

50

MTE MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO

ipea 47
anos
Por um Brasil desenvolvido

Governo Federal

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro – Paulo Roberto dos Santos Pinto (interino)

Secretário Executivo Substituto – Nilton Fraiberg Machado

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro – Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros

Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa

Lauro Ramos

Luiz Eduardo Ruckert Parreiras

Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez

Sandro Pereira Silva

Equipe de Apoio

Hugo Homem Macedo

Jonas de Oliveira Bertucci

Katcha Poloponsky

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração desta edição.

Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego.- v.1, n.0, (mar.1996) - Brasília: Ipea: MTE, 1996-

Trimestral (a partir de 2009)

ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego.

CDD 331.1205

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
HOMENAGEM	7
APRESENTAÇÃO	11
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	13
NOTAS TÉCNICAS	25
UM PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO 1996-2009	27
Maurício Reis	
EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DO EMPREGO NO BRASIL: PERÍODO 1996-2009	41
Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa	
ROTATIVIDADE DE TRABALHADORES E REALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO SETOR FORMAL DO BRASIL: 1996-2010	49
Carlos Henrique L. Corseuil Eduardo Pontual Ribeiro	
ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	57
INTRODUÇÃO	59
MICROFINANÇAS: ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA	61
Idalvo Toscano	
AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E OS EFEITOS DA SÚMULA 262 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)	69
Maria Edite Machado Oliveira da Silva Nara Eloy Machado da Silva	
A EXPERIÊNCIA DE FOMENTO PÚBLICO A FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO NORDESTE: O CASO DA REDE BODEGA	77
Alcides Gussi Clarício dos Santos Filho Gláucia Furtado Brasil de Almeida	
ANEXO ESTATÍSTICO	87

PREFÁCIO

É sempre uma alegria para uma instituição como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) poder comemorar o quinquagésimo número de uma publicação sua, pelo que representa em termos de continuidade de esforços e consolidação dos seus produtos institucionais. O periódico *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* é hoje uma das publicações mais longevas do Ipea, e fornece insumos para os estudiosos do tema, para os gestores de políticas federais e para a sociedade em geral.

É ainda mais gratificante celebrar este momento quando é possível observar, após 16 anos de acompanhamento dos dados sobre o mercado de trabalho brasileiro, uma importante melhoria das condições de emprego e remuneração. Ainda que exista um longo caminho a percorrer no que diz respeito à garantia de acesso pleno e equitativo a oportunidades de trabalho remunerado para a população brasileira, é necessário reconhecer que a redução da taxa de desemprego a níveis historicamente baixos e a elevação dos rendimentos reais são sinais de mudanças expressivas ocorridas no nosso país nos últimos anos. O fortalecimento do mercado interno decorrente dessa expansão da massa dos rendimentos do trabalho tem sido o elemento-chave para o crescimento brasileiro em meio à crise econômica internacional que vem se agravando desde 2007. O acompanhamento periódico dos indicadores e a análise aprofundada dos fatores que condicionam sua evolução é, portanto, uma contribuição inestimável para a construção de medidas de política econômica e de política social adequadas ao momento conturbado em que vivemos.

Esta edição ainda presta uma homenagem ao idealizador deste periódico, o professor André Urani, falecido durante a elaboração deste número. Além disso, e como sinal do processo simultâneo de renovação e continuidade do periódico, a partir deste número o mesmo contará com novo editor: Carlos Henrique Corseuil, que já faz parte do corpo editorial há quase cinco anos. O novo editor sucederá a Lauro Ramos, que exerceu a função com grande competência durante a maior parte da existência do periódico.

Caberá a Carlos Henrique Corseuil, juntamente com o restante da equipe de técnicos e assistentes de pesquisa, enfrentar o desafio de continuar a identificar as tendências sempre mutantes da conjuntura econômica e seus desdobramentos para o mundo do trabalho, que será tanto mais complexo tendo em vista a perspectiva da entrada em operação no futuro próximo do novo Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – o qual fornecerá a maior parte dos dados aqui apresentados, agora com cobertura nacional e não apenas das principais regiões metropolitanas. Certamente isso exigirá um esforço maior de análise da equipe do periódico *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, assim como promete gerar resultados também novos e cada vez mais interessantes, que permitam desvelar aspectos ainda pouco estudados do mundo do trabalho.

Boa leitura!

Jorge Abrahão de Castro

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

QUINQUAGÉSIMO NÚMERO DO BOLETIM MERCADO DE TRABALHO, CONJUNTURA E ANÁLISE: UMA HOMENAGEM

Não é, certamente, uma grande homenagem. Apenas um registro e um agradecimento, uma singela homenagem, entre as muitas que lhe foram feitas. Simples e necessária, como é simples e necessário aquilo que foi, talvez, para André Urani, a grande motivação de uma vida de muitas realizações: a esperança de que um dia todos tenham acesso a uma oportunidade de trabalho digno.

Idealizador e responsável pelos primeiros números do Boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (BMT), André Urani (falecido em 14 de dezembro de 2011) veio trabalhar no Ipea em 1992, no âmbito de um convênio com o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), onde era professor. Percebendo a necessidade de propiciar ao público interessado uma referência qualificada de interpretação dos fenômenos que se verificavam em uma área de tanta importância econômica, social e política, ele logo mobilizou sua energia para criar um instrumento que pudesse veicular análises do mercado de trabalho de forma metodologicamente sistemática e coerente.

Na estruturação desse veículo, a um núcleo básico de interpretação dos fenômenos e indicadores correntes, sua visão de cientista social agregou duas outras seções, de natureza e escopos bem diferenciados: uma seção de Notas Técnicas, que buscava discutir em maior detalhe aspectos específicos do mercado de trabalho, e outra, de opinião, na qual, a cada número, sindicalistas, membros do governo e pessoas ligadas ao meio empresarial expunham sua visão, situacionalmente interessada, não técnica, a respeito de um tema comum.

Desenvolvido em parceria e diálogo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Boletim, dentro da estrutura por ele concebida, consolidou-se, ainda que passando por algumas alterações, impostas pelas circunstâncias e pela emergência de novos temas e atores no mundo do trabalho. Dessa forma, a evolução da parceria institucional com o MTE levou a uma descontinuidade da seção Opinião dos Atores e propiciou, mais recentemente, a abertura de uma seção sobre Economia Solidária e Políticas Públicas.

A consolidação do BMT permitiu que, ao longo desses últimos 16 anos, desde o número zero, em março de 1996, ele fosse testemunha, constante e próxima, das consideráveis transformações que se processaram no mercado de trabalho. Tendo surgido em um momento em que a economia brasileira passava por uma série de mudanças – de caráter estrutural – que forçaram um processo acelerado de reestruturação e modernização produtivas, o acompanhamento do mercado de trabalho feito em suas páginas pôde registrar, e se esforçar por entender, o enorme impacto que as novas realidades estavam provocando.

E esse impacto não era nada favorável aos trabalhadores. Nas análises que o Boletim fazia, a tônica dos anos iniciais, apenas absorvidos os primeiros efeitos da melhoria da renda resultantes da estabilização monetária, foi o crescimento do desemprego e da informalidade. Como contrapartida dessa conjuntura, muitos analistas, alguns com presença na seção

de Notas Técnicas, enxergavam tal deterioração do mercado de trabalho como provocada por custos excessivos incidentes no processo de formalização dos vínculos empregatícios, provenientes de encargos sociais e direitos trabalhistas não condizentes com uma suposta necessidade de maior flexibilidade dos mecanismos de contratação e dispensa de mão de obra.

Contudo, o acompanhamento mensal dos indicadores permitiu perceber que, no pequeno ciclo de crescimento que se seguiu à alteração da política cambial, ocorrida em janeiro de 1999, uma nova realidade estava se configurando, uma realidade de aumento expressivo do emprego, associada a índices crescentes de formalização, na contramão da tendência que, quase como um destino inexorável, tinha se verificado ao longo de toda a década de 1990.

Essa mudança foi prontamente identificada pelo Boletim como um fenômeno extremamente auspicioso, pelo que ele significava em termos de uma perspectiva de alteração *sustentada* do padrão de contratação até então vigente.

Já no número 18, em fevereiro de 2002, analisando as mudanças registradas no mercado de trabalho desde o último trimestre de 2000 até o final de 2001 (a despeito dos problemas causados pelo “apagão” e pelo contágio com a crise argentina), o BMT indagava:

(...) O que teria acontecido, a partir dos meses finais de 2000, para fazer com que o crescimento dos empregos com carteira passasse a ser maior do que aqueles verificados com os vínculos sem carteira e as ocupações por conta própria? O que teria permitido que esse processo prosseguisse em 2001, mesmo sem exibir a mesma firmeza mês a mês, a ponto de produzir, em termos da média anual, pela primeira vez desde 1991, um crescimento do grau de formalização do mercado de trabalho (...)?

Uma das hipóteses então levantadas apontava para a possibilidade de que

(...) o forte processo de reestruturação vivido pela economia a partir dos primeiros anos da década de 90 (...) já teria se encerrado. Nesse sentido, no momento em que se experimenta uma nova fase de crescimento, viabilizada pela mudança do padrão cambial do início de 1999, esse crescimento teria de se dar com uma geração de empregos muito mais expressiva do que a ocorrida nas conjunturas favoráveis anteriores e, em termos do que aqui está sendo tratado, esses postos de trabalho seriam abertos nos setores e segmentos empresariais, que se caracterizariam por um grau maior de formalização das relações de trabalho (...)

Na esteira dessa hipótese básica, após a conjuntura 2002/2003, em que a transição política veio acompanhada de instabilidade dos mercados e de medidas de política econômica restritivas, a retomada de um novo ciclo de crescimento a partir do terceiro trimestre de 2003 passou a mostrar aquilo que, desde o início de 2001, o BMT vinha veiculando como uma perspectiva a ser seriamente considerada. Nesse sentido, ao final de 2004, no número 25, metade do caminho até agora percorrido, suas páginas puderam constatar a consolidação de processos que iriam se tornar a tônica daí para a frente:

(...) O desempenho do mercado de trabalho ao longo do terceiro trimestre confirmou, de uma maneira geral, as expectativas que foram expressas no último número deste Boletim: continuidade da evolução positiva do nível de ocupação com ampliação expressiva da quantidade de empregos com carteira assinada, manutenção da tendência de queda da taxa de desemprego, consolidação da trajetória de recuperação dos rendimentos reais e, como consequência, um novo impulso ao aumento da massa salarial (...)

Essa evolução extremamente positiva e, talvez para a maioria dos estudiosos do mercado de trabalho, absolutamente impensável na década anterior, está hoje a demandar os melhores esforços de acompanhamento e análise. A persistência dos impasses financeiros e econômicos nos países líderes da economia mundial talvez não permita, a despeito do dinamismo do mercado interno, a continuidade da exuberância registrada até 2010.

Perceber a formação de novas tendências a partir dos dados, às vezes muito voláteis, da conjuntura imediata é o desafio que o Boletim, desde o número zero, e no seu próprio título – *Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise* – assumiu e do qual não pretende abrir mão.

Neste Número 50, o reconhecimento que certamente lhe seria feito não deveria estar impregnado pela saudade que hoje cerca a lembrança do dinamismo que caracterizava sua presença.

Ao André, a nossa gratidão.

Os Editores

APRESENTAÇÃO

Além das homenagens prestadas nas páginas anteriores, este número 50 do *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* busca apresentar um panorama do funcionamento do mercado de trabalho metropolitano em 2011, comentando a evolução dos principais indicadores divulgados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De uma maneira geral, os indicadores analisados apontam um bom desempenho do mercado de trabalho brasileiro em 2011, com destaque para a taxa de desemprego, que alcançou em dezembro o menor patamar já registrado para este indicador desde a implementação da versão atual da PME. Podemos destacar também o aumento dos rendimentos reais em comparação com 2010, bem como a queda na taxa de informalidade.

Os dados da PME para janeiro de 2012, recém-divulgados pelo IBGE, confirmam os movimentos favoráveis comentados acima, tanto para rendimentos como para informalidade. No entanto, esses mesmos dados também confirmam alguns fatos menos favoráveis que justificam uma posição cautelosa em relação aos prognósticos para os próximos meses, vide a reversão do crescimento da população ocupada desde o terceiro trimestre de 2011 e a perda de dinamismo do setor industrial.

Seguindo o clima retrospectivo da introdução desse número 50, integram também este volume três notas técnicas que analisam diferentes faces da evolução do mercado de trabalho brasileiro desde 1996, ano do lançamento dessa publicação. Na primeira nota, Maurício Reis apresenta um panorama geral do mercado de trabalho brasileiro no período 1996-2009. O texto analisa os principais indicadores tanto em termos agregados, como entre grupos de idade, escolaridade, gênero e área de residência. Essa descrição é baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), também do IBGE. A segunda nota, assinada por Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa, busca analisar detalhadamente a composição do emprego brasileiro ao longo do período 1996-2009 também com base nos dados da PNAD. A última nota, de Carlos Henrique L. Corseuil e Eduardo Pontual Ribeiro tem como objetivo analisar a evolução da rotatividade de trabalhadores e seus determinantes, em particular os fluxos de postos de trabalho. Para isso usam os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para os anos de 1996 a 2010.

A seção Economia Solidária e Políticas Públicas inclui três artigos que tratam da temática Finanças Solidárias sob diferentes perspectivas. Os textos foram ordenados a partir de uma visão mais geral para se chegar à análise de casos particulares. Abrindo a seção, o artigo de Idalvo Toscano, *Microfinanças: elementos para uma política pública*, apresenta uma crítica importante ao atual modo de funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O segundo artigo, de Maria Edite Machado Oliveira da Silva e Nara Eloy Machado da Silva, discorre sobre as cooperativas de crédito. Nele, as autoras discutem a exceção estabelecida à súmula do STJ, de abril de 2002, que prevê que deve incidir “imposto de renda sobre os resultados das aplicações financeiras realizadas pelas cooperativas”. Encerrando a seção, o terceiro artigo tem como tema *A experiência de fomento público a fundos rotativos solidários no Nordeste: o caso da Rede Bodega*. Escrito por Alcides Gussi, Clarício dos Santos Filho e Gláucia Furtado Brasil de Almeida, o texto apresenta a experiência desta rede, formada por 50 grupos produtivos e apoiada dentro do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), financiado por recursos não reembolsáveis oriundos de parcela do lucro do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

1 INTRODUÇÃO

Esta análise tem como objetivo a apresentação de um panorama geral do mercado de trabalho brasileiro em 2011, com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O foco da análise será o comportamento dos principais indicadores do mercado de trabalho ao longo do ano, à luz dos resultados dos anos anteriores, em particular os de 2010.

A fim de balizar os resultados sobre a *performance* do mercado de trabalho, faremos antes um breve panorama do ambiente macroeconômico em 2011.¹ A atividade econômica passou a dar sinais de desaceleração a partir do terceiro trimestre do ano. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro não apresentou crescimento no terceiro trimestre de 2011 na comparação com o segundo trimestre. Os indicadores com informações disponíveis para o quarto trimestre, tal como vendas no varejo e produção industrial confirmam tal tendência. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2011 acumulando alta de 6,50%, acima da taxa do mesmo período de 2010, que foi de 5,79%.

Ao analisar os dados referentes ao mercado de trabalho metropolitano brasileiro em 2011, é possível visualizar um bom desempenho ao longo do ano. Contrapondo-se à desaceleração da economia brasileira, ressaltou-se a continuidade do aumento do nível de emprego e da massa salarial como fatores que tendem a contribuir para a continuidade de crescimento da economia.

Dentre os indicadores analisados pode-se destacar a diminuição da taxa de desemprego que registrou em dezembro seu menor valor desde a implementação da metodologia atual da PME em 2002, 4,7%. Podemos destacar também o aumento dos rendimentos reais em comparação com 2010, alcançando em dezembro o valor mais elevado para os meses de dezembro da série histórica da PME, R\$ 1.650,00.

2 TAXA DE ATIVIDADE

O gráfico 1 ilustra a evolução da taxa de atividade² ao longo dos anos de 2008 a 2011. Nota-se ali que, em 2011, esta taxa teve um comportamento bem parecido com o ano de 2010. Em ambos os anos a taxa de atividade média foi de 57,1%, ou seja, não apresentou variação. Ressalte-se, porém, uma queda acentuada no mês de dezembro, registrando o valor de 56,7%, que representa uma queda na taxa de 0,6 ponto percentual (p.p.) em relação ao mês de novembro de 2011, situando-se abaixo da observada para o mesmo período nos anos anteriores.

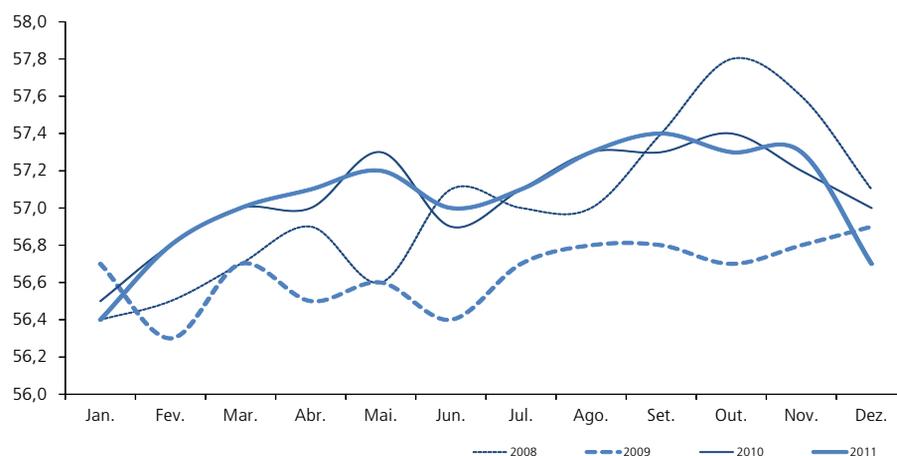
1. Todos os números que fundamentaram esse panorama macroeconômico estão disponíveis na sinopse macroeconômica do [ipeadata](http://ipeadata.gov.br). Ver <www.ipeadata.gov.br>

2. A taxa de atividade ou participação é obtida pela divisão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA).

GRÁFICO 1

Taxa de atividade

(Em %)



Fonte: PME/ IBGE.

Para entender melhor a evolução dessa taxa entre os anos de 2010 e 2011 é interessante desagregá-la segundo características da força de trabalho, com o intuito de identificar algum grupo cuja influência sobre a evolução da taxa agregada tenha sobressaído.³ Na repartição por sexo, não é possível identificar tal grupo, uma vez que tanto os homens quanto as mulheres permaneceram estáveis. Na desagregação por idade também não é óbvio identificar algum grupo que venha a ter determinado a evolução agregada da taxa de participação. Por um lado, jovens de 15 a 17 anos passam a participar mais da força de trabalho com um aumento de 0,8 p.p.; já indivíduos de 18 a 24 anos participam menos, apresentando uma queda de 0,5 p.p. na média de 2011 em relação a 2010. As demais faixas etárias apresentam um comportamento estável.

Direcionando-se a análise aos dados regionais, enquanto Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte registraram variações positivas da taxa de atividade de 1,0 p.p., 0,4 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente, Salvador, Recife e São Paulo apresentaram queda de -1,7 p.p., -0,4 p.p. e -0,2 p.p., respectivamente.

3 TAXA DE DESEMPREGO

Com relação ao desemprego, o gráfico 2 apresenta a evolução da respectiva taxa nos últimos quatro anos para o agregado das seis regiões metropolitanas (RMs). Mesmo com o desaquecimento da atividade econômica, principalmente no segundo semestre de 2011, a taxa de desemprego continua sendo o principal destaque entre os indicadores.

A taxa apresentou em 2011 a menor média anual (6,0%) desde a implementação da metodologia atual da PME em 2002, ficando 0,8 p.p. abaixo do verificado para o ano de 2010. No gráfico podemos notar que a taxa de desemprego não oscilou muito nos três primeiros trimestres do ano. Contudo, houve um aumento do ritmo da queda do desemprego no último trimestre (-1,1p.p.), fechado o ano em 4,7%, que vem a ser o menor valor já registrado.

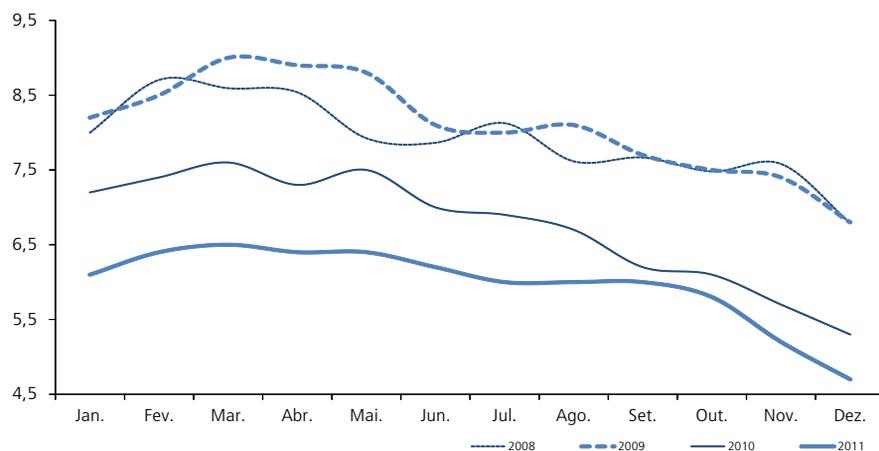
3. Os dados estão disponíveis no anexo.

Esse recuo na taxa de desocupação no último trimestre se deve mais à redução da PEA do que ao crescimento da população ocupada, que, como veremos adiante, não registrou crescimento no último trimestre.

GRÁFICO 2

Taxa de desocupação

(Em %)



Fonte: PME/ IBGE.

Na comparação da taxa de desemprego entre as RMs em 2011 e 2010, somente Belo Horizonte não apresentou variação no indicador; todas as demais regiões apresentaram queda na taxa,⁴ com destaque para Recife e Salvador que apresentam as maiores variações (queda acima de 1,0 p.p.). Cabe destacar que essas regiões foram justamente as que apresentaram as maiores quedas na taxa de participação, corroborando nosso comentário acima a respeito da contribuição da queda da PEA (e conseqüentemente da taxa de participação) na queda no desemprego.

Há também uma evolução favorável da taxa de desemprego para todos os segmentos nos demais recortes, como faixa etária, gênero, grau de instrução e posição na família.⁵

A taxa de desemprego aberto apresentada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), confirma as conclusões tiradas com base nos dados da pesquisa do IBGE. Na PED, a taxa de desemprego também fecha dezembro com o menor nível dos últimos anos (6,8%), e a média de 2011 (7,9%) é a menor entre as computadas no passado recente. Por fim, no aspecto regional a PED também registra taxas de desemprego médias de 2011 menores que em 2010 em todas as regiões metropolitanas pesquisadas.⁶

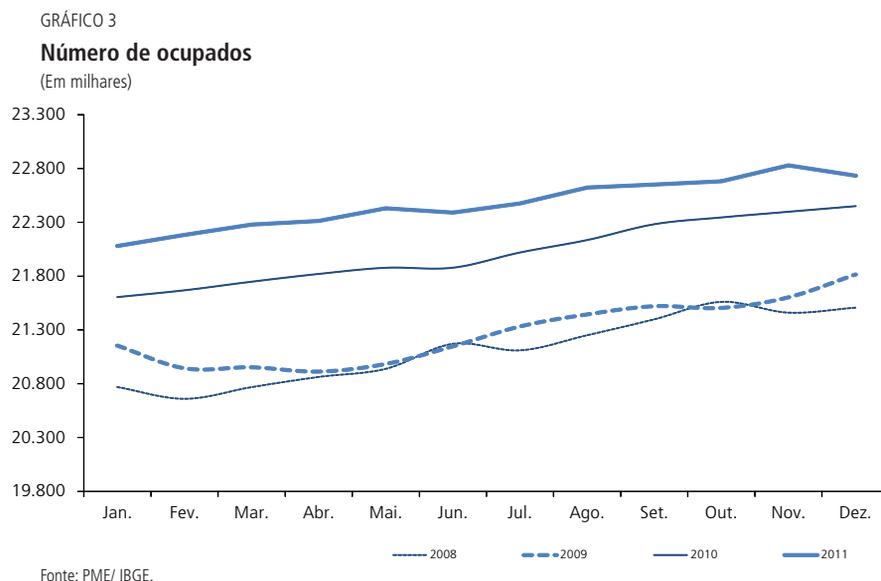
4. Na comparação da média semestral de 2011 com 2010, as regiões apresentaram os seguintes resultados: Recife, -2,1 p.p.; Salvador, -1,3; São Paulo, -0,8 p.p.; Belo Horizonte, -0,6 p.p.; Rio de Janeiro, -0,4 p.p.; e Porto Alegre, -0,0 p.p.

5. Ver anexo estatístico

6. Ver o anexo estatístico.

4 OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

A população ocupada cresceu, em média, 2,1 % em relação a 2010. Tal fato corresponde à geração de 453 mil novos postos de trabalho. Ao analisar a sua trajetória ao longo do ano, ilustrada no gráfico 3, observa-se uma desaceleração no último trimestre, devido a uma queda registrada no mês de dezembro, que atingiu o patamar de 22,7 milhões de indivíduos.



Direcionando a análise aos dados regionais, pode-se dizer que todas as RMs tiveram variações positivas, ao se comparar o desempenho médio do nível de ocupação de 2011 com valores médios de 2010. As RMs que mais se destacaram foram Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, todas com crescimento de ao menos 2,5%. Salvador foi a região que menos se destacou, com crescimento de 0,7%.⁷

A análise do nível de ocupação possibilita uma desagregação dos dados de acordo com algumas características de postos de trabalho, tais como setor de atividade e posição na ocupação. Quando se trata do aspecto setorial da população ocupada, os resultados apontam para um desempenho favorável na comparação entre 2011 e 2010, com destaque para intermediação financeira (6,4%) e construção (3,8%). Os setores que apresentaram piora foram os de serviços domésticos (-3,7%)⁸ e outras atividades⁹ (-0,5%). No gráfico 4 verifica-se o comportamento da variação trimestral do nível de ocupação ao longo de 2011. Nele podemos notar que os setores apresentam comportamentos bem distintos ao longo do ano. O melhor desempenho pode ser atribuído às atividades ligadas a intermediação financeira¹⁰ e construção, embora este último setor tenha apresentado crescimento praticamente nulo no último semestre.

7. Crescimento das RMs pesquisadas entre o ano de 2011 e 2010: Porto Alegre (2,7%), Belo Horizonte (2,6%), Recife (2,5%), Rio de Janeiro (2,2%); e São Paulo (1,9%).

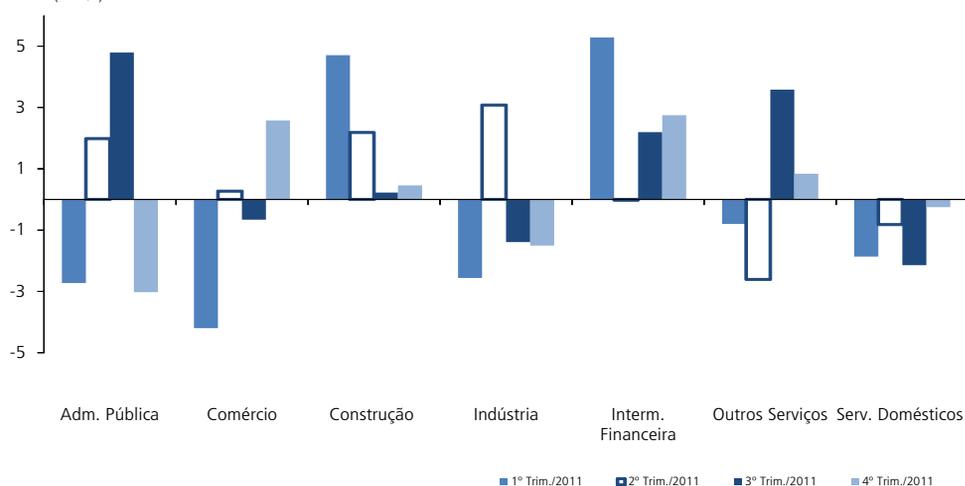
8. Complementam o quadro: outros serviços (2,6%), indústria (1,2%), comércio (1,4%) e administração pública (0,9%). O agrupamento outros serviços abrange as atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

9. Essa categoria abrange as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

10. Esse agrupamento comporta as atividades de intermediação financeira, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.

O setor industrial apresentou uma queda da população ocupada no primeiro trimestre e um crescimento no segundo. Já no terceiro trimestre voltou a apresentar uma piora que persistiu no quarto trimestre, mostrando sinais de perda de dinamismo. Esse fato do emprego industrial condiz com o que acontece na produção industrial.

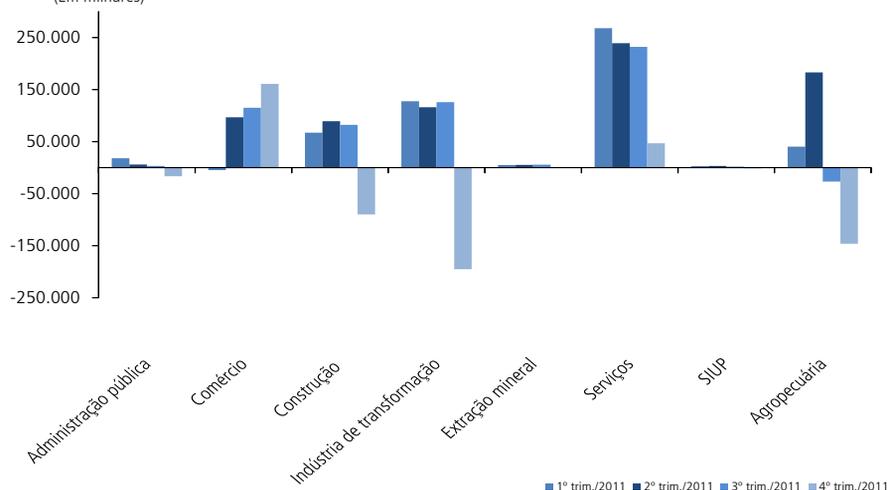
GRÁFICO 4
Varição do nível de ocupação por setor de atividade – 2011
 (Em %)



Fonte: PME/ IBGE.

Com relação ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), cabe dizer que os dados apresentaram impressões um pouco distintas das verificadas com base na PME. No gráfico 5, a análise trimestral da variação por setor de atividade mostra divergências consideráveis, sobretudo para o setor de construção. Enquanto nesse setor o CAGED registra uma piora considerável no quarto trimestre, na PME não se verifica tal movimento. Por outro lado, o CAGED confirma o fraco desempenho do emprego industrial no final do ano. Em todo caso é importante frisar as diferenças de cobertura destas duas fontes de informação.¹¹

GRÁFICO 5
Varição do nível de ocupação por setor de atividade – 2011
 (Em milhares)



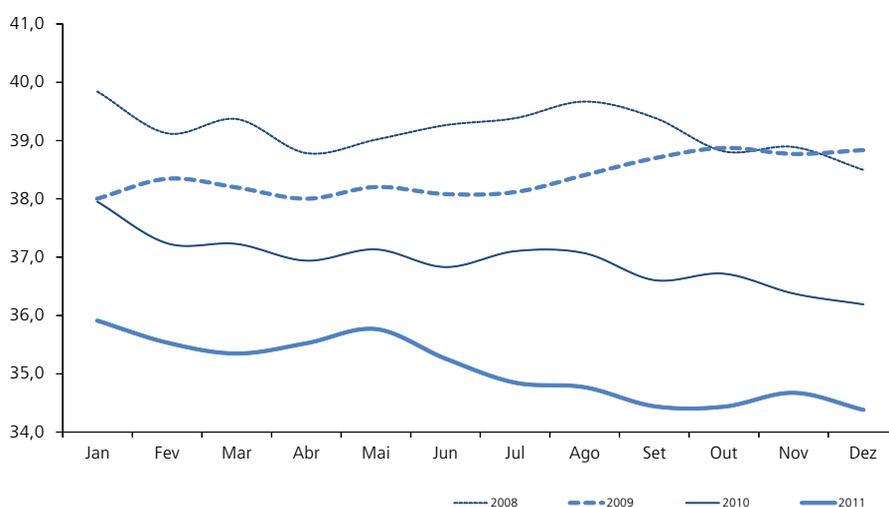
Fonte: CAGED/ MTE.

11. Por um lado o CAGED cobre todo o território nacional, por outro essa fonte de informação lida apenas com os vínculos formais.

Analisando a evolução da população ocupada por posição na ocupação, o destaque positivo fica por conta dos empregados com carteira de trabalho assinada que registraram um crescimento de 6,2% em 2011 em relação a 2010, o que equivale, em valores absolutos, a aproximadamente 696 mil novos contratos com carteira assinada. Na outra ponta os empregados sem carteira registram um decréscimo de 5,3%. Já o contingente de ocupados por conta própria registra um comportamento praticamente estável ao regredir apenas 0,6%.¹²

O contraste entre os resultados dos grupos de empregados com e sem carteira assinada moldam a evolução do grau de informalidade. O gráfico 6 permite dizer que o nível de informalidade médio da população ocupada em 2011 ficou em 35,1%, o que representa uma queda de 1,9 p.p. em relação a 2010. Em dezembro foi registrado o menor valor para o período desde 2003, 34,4%. Vale destacar que essa taxa se manteve praticamente constante no último trimestre do ano.

GRÁFICO 6
Evolução do grau de Informalidade
(Em %)



Fonte: PME/ IBGE.

5 RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

No ano de 2011, o rendimento médio real habitualmente recebido nas seis RMs analisadas na PME ficou em torno de R\$ 1.625,5, em valores de dezembro de 2011. A evolução mensal deste indicador nos últimos anos pode ser observada no gráfico 7. Nele, constata-se que o rendimento encontra-se em patamares superiores aos anos anteriores, apresentando um ganho de 2,7% em relação à média anual de 2010. O rendimento médio no último mês do ano alcançou o valor mais elevado para meses de dezembro da série histórica da PME iniciada em 2002, R\$ 1.650,00, com um crescimento de 1,1% em comparação a novembro. Frente a dezembro de 2010, o poder de compra dos ocupados cresceu 2,6%.

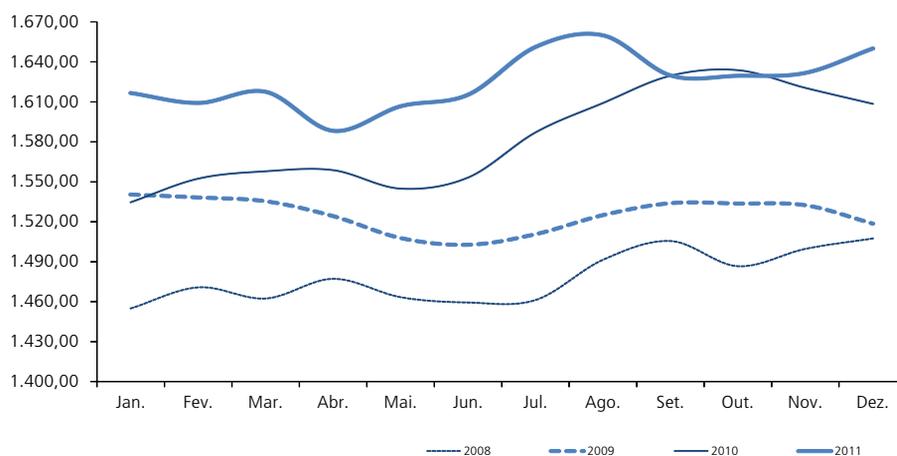
No plano regional, todas as RMs analisadas registraram aumento nos rendimentos reais médios, com destaque para Salvador e Rio de Janeiro, que apresentaram variações de 5,2 p.p. e 4,9 p.p., respectivamente. São Paulo foi a região que menos apresentou crescimento (0,7 p.p.).

12. Os militares e estatutários tiveram um acréscimo de 1,9%. Já os empregadores tiveram decréscimos de 2,0%. É importante frisar ainda que, embora pouco representativos no universo da população ocupada, os não remunerados apresentaram uma queda de 17% em relação ao ano anterior.

GRÁFICO 7

Rendimento médio real habitual

(Em R\$)



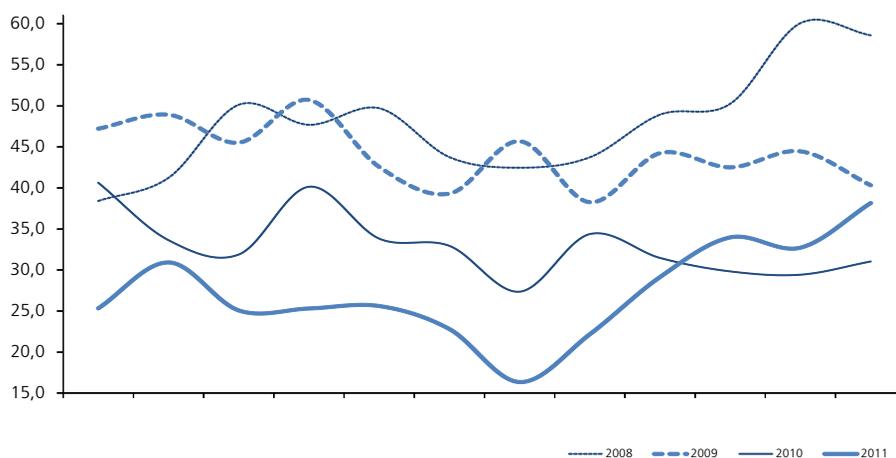
Fonte: PME/ IBGE.

A elevação anual dos rendimentos foi registrada para todos os grupos por posição na ocupação. Entre os anos de 2011 e 2010 o rendimento dos trabalhadores por conta própria cresceu 4,0%, e o dos empregados do setor privado, 2,6%.¹³ Uma maior desagregação dos rendimentos deste último grupo mostra que os trabalhadores sem carteira assinada tiveram um aumento de 6,1%, bem superior à variação de 1,4% dos empregados com carteira assinada. Como consequência desse fato, o diferencial de salários entre esses dois grupos de empregados caiu de 32,9% em 2010 para 27,1% em 2011. No entanto, o gráfico 8 mostra que esse diferencial passou a apresentar uma forte tendência de alta a partir do segundo semestre de 2011.

GRÁFICO 8

Diferencial de rendimentos entre os empregados com carteira e os sem carteira assinada

(Em %)



Fonte: PME/ IBGE.

Esse aumento no diferencial de salário entre empregados com e sem carteira assinada pode ser mais bem compreendido com a ajuda do gráfico 9, que traz a variação trimestral dos rendimentos em cada posição na ocupação ao longo de 2011. Nota-se que por um lado os empregados com carteira assinada obtiveram ganhos salariais desde o segundo trimestre

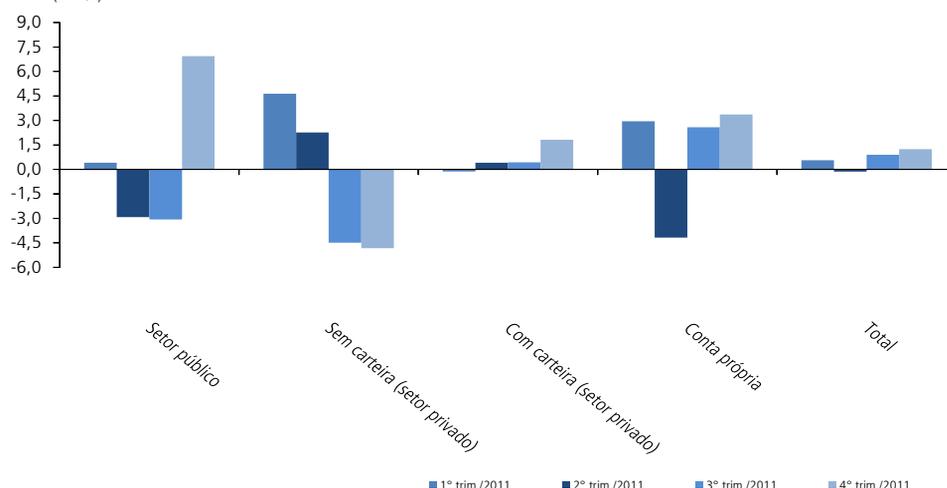
13. A variação nesse mesmo período para os empregados do setor público foi de 2,1%.

e, por outro, os empregados sem carteira experimentaram perdas nos dois últimos trimestres do ano. Vale notar que este segmento foi o único grupo que apresentou uma piora no último trimestre do ano. Pode-se observar, também, que o crescimento registrado na média de 2011 pelo segmento do setor público está concentrado no último trimestre.

GRÁFICO 9

Varição trimestral do rendimento real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas – 2011

(Em %)



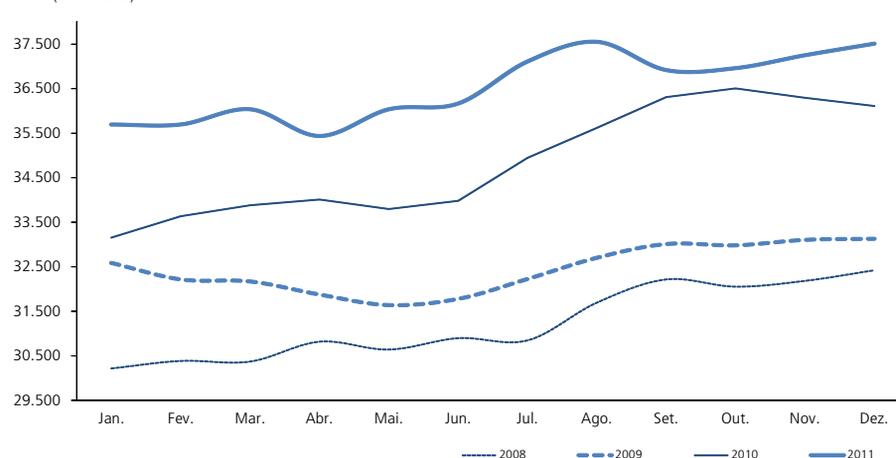
Fonte: PME/ IBGE.

A combinação dessa tendência de aumento no rendimento médio com o desempenho estável reportado para o nível de ocupação se reflete na massa salarial. A variação da média anual da massa salarial, entre 2010 e 2011, foi de 4,8%. O gráfico 10 mostra a evolução mensal deste indicador para os últimos anos. Nota-se que esta taxa oscilou um pouco ao longo do ano. Ela cresceu nos dois primeiros trimestres, tendo se destacado mais no segundo trimestre. Teve uma queda no terceiro trimestre, mas voltou a crescer no último trimestre.

GRÁFICO 10

Massa salarial

(Em bilhões)



Fonte: PME/ IBGE.

À primeira vista, os indicadores analisados apontam um bom desempenho do mercado de trabalho brasileiro em 2011. A taxa de desocupação manteve uma trajetória descendente atingindo, em dezembro 4,7%, o que vem a ser a menor taxa já registrada pela PME desde 2002. A informalidade também se manteve em patamares bem abaixo dos anos anteriores e os rendimentos mantiveram uma trajetória ascendente. No entanto, alguns fatos justificam uma posição um pouco mais cautelosa em relação aos prognósticos para os próximos meses. Em primeiro lugar, a estagnação no crescimento da população ocupada observada no último trimestre, que só não se refletiu no desemprego em função de uma queda na taxa de participação. Em segundo lugar, o fato de o emprego industrial ter mostrado claros sinais de perda de dinamismo, o que preocupa pelos elos de encadeamento deste setor com o restante da economia. Em que pese o fato de que o setor terciário vem sendo responsável em grande medida pelo bom desempenho do nosso mercado de trabalho nos últimos anos, será necessário um desempenho cada vez melhor desse setor para a manutenção desse quadro, caso a indústria não reverta a tendência de queda mencionada.

NOTAS TÉCNICAS

UM PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO 1996-2009

Maurício Reis

EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DO EMPREGO NO BRASIL: PERÍODO 1996-2009

Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa

ROTATIVIDADE DE TRABALHADORES E REALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO SETOR FORMAL DO BRASIL: 1996-2010

Carlos Henrique L. Corseuil

Eduardo Pontual Ribeiro

UM PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO 1996-2009

Maurício Reis*

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro passou por mudanças importantes entre 1996 e 2009. Durante esse período, a taxa de participação na força de trabalho apresentou uma tendência positiva, a taxa de desemprego também aumentou, os rendimentos do trabalho oscilaram intensamente, enquanto o grau de informalidade mostrou uma tendência de redução. Além disso, essas variáveis apresentaram comportamentos bem diferentes quando analisadas por subgrupos da população.

O objetivo desta nota é apresentar uma descrição do mercado de trabalho brasileiro no período 1996-2009, tanto em termos agregados, como entre grupos de idade, escolaridade, gênero e área de residência. Essa descrição é baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2 DADOS

O comportamento do mercado de trabalho é descrito nesta nota a partir da evolução de alguns indicadores importantes, calculados com base nos dados da PNAD. São incluídos na análise dados de indivíduos com 10 anos de idade ou mais, para o período de 1996 até 2009.¹ Para manter a comparabilidade ao longo do tempo, são excluídos os indivíduos residentes nas áreas rurais da região Norte, de 2004 em diante, pois apenas a partir desse ano essas áreas passaram a fazer parte da PNAD.

Quatro variáveis são analisadas nesta nota: as taxas de participação e de desemprego, o rendimento médio do trabalho principal e o grau de informalidade. As duas primeiras variáveis são definidas com base na condição do indivíduo na semana de referência da PNAD, que é a semana anterior à realização da entrevista, conforme a descrição a seguir. Um indivíduo é classificado como participante do mercado de trabalho se estiver ocupado ou desempregado. São considerados ocupados os indivíduos que exerceram trabalho remunerado na semana de referência, assim como os que exerceram trabalho não remunerado nesse mesmo período durante pelo menos 15 horas. Os indivíduos que possuíam trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados também são considerados ocupados. No entanto, não são considerados como ocupados os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou na construção própria na semana de referência. Os desempregados são os indivíduos que

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

1. As informações para 2000 não estão disponíveis, pois a PNAD não é realizada nos anos em que são feitos os censos demográficos.

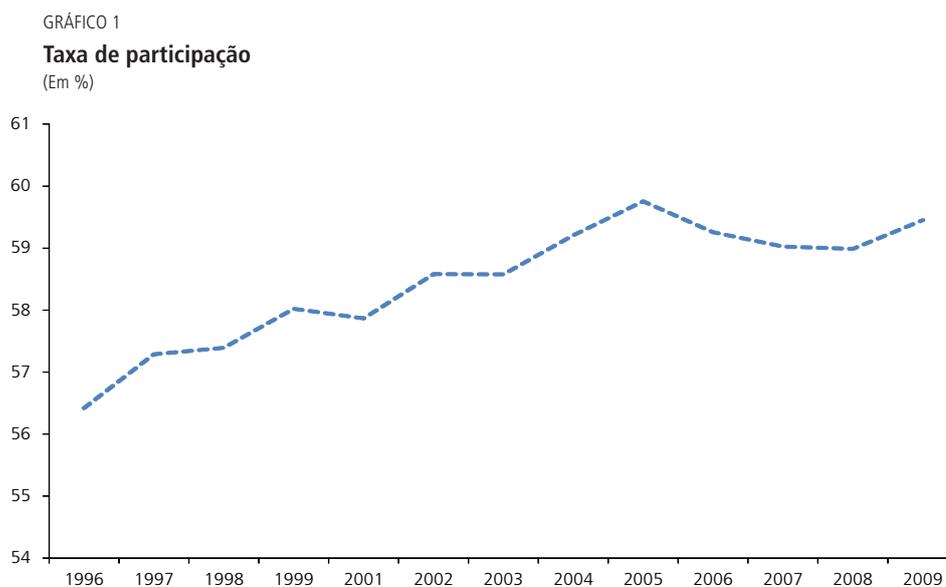
não trabalharam, mas procuraram emprego na semana de referência, e aqueles que exerceram trabalho não remunerado por menos de 15 horas na semana de referência, mas procuraram trabalho. Já os que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção própria na semana de referência, mas procuraram emprego, são classificados como desempregados. O indivíduo é considerado inativo, ou seja, não está participando do mercado de trabalho, caso não esteja ocupado e nem procurando emprego na semana de referência.

O rendimento do trabalho se refere à remuneração mensal recebida pelo indivíduo no seu trabalho principal. Para permitir comparações ao longo do tempo, o rendimento do trabalho é deflacionado usando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O grau de informalidade é definido como a razão entre o total de trabalhadores informais (empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria e não remunerados) e o total de ocupados, que inclui, além dos grupos anteriormente classificados como informais, os empregados com carteira, funcionários públicos, militares e empregadores.

Para cada um dos indicadores de mercado de trabalho discutidos acima, são realizadas análises desagregadas por região metropolitana (RM) e região não metropolitana (RNM), escolaridade, idade e gênero. Os grupos educacionais utilizados são os seguintes: *i*) menos de 4 anos de escolaridade; *ii*) entre 4 e 7 anos de estudo; *iii*) entre 8 e 10 anos; e *iv*) com 11 anos de estudo ou mais. Para os grupos etários, são definidas as seguintes categorias: *i*) entre 10 e 14 anos de idade; *ii*) entre 15 e 24; *iii*) entre 25 e 49; e *iv*) com 50 anos ou mais.

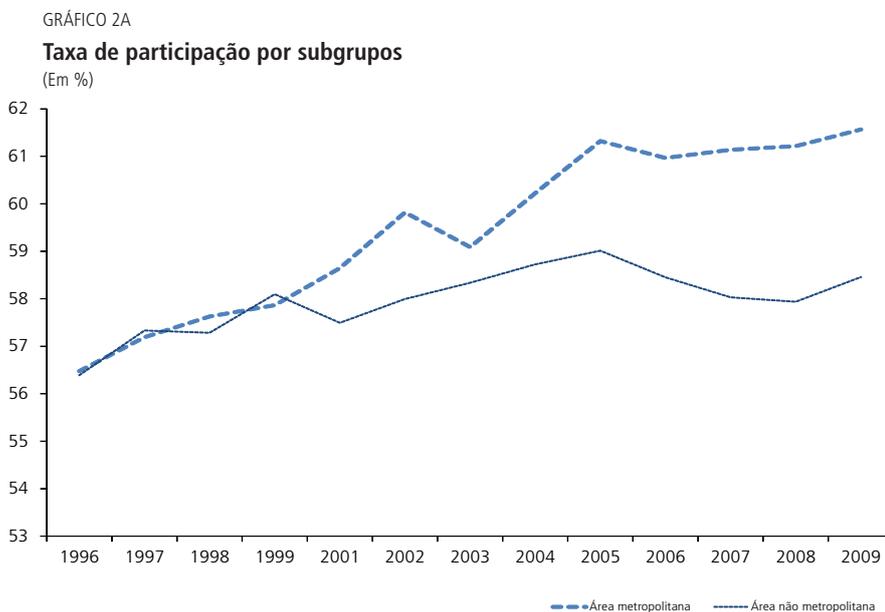
3 PARTICIPAÇÃO

Como mostra o gráfico 1, a taxa de participação aumentou 3 pontos percentuais (p.p.) no Brasil entre 1996 e 2009. Em 1996, 56,4% dos indivíduos com 10 anos de idade ou mais se encontravam participando do mercado, enquanto em 2009 a taxa de participação aumentou para 59,5%. Até 2005 a tendência foi de aumentos graduais a cada ano. Essa tendência foi seguida de reduções na taxa de participação até 2008, e por uma retomada no crescimento dessa variável em 2009.

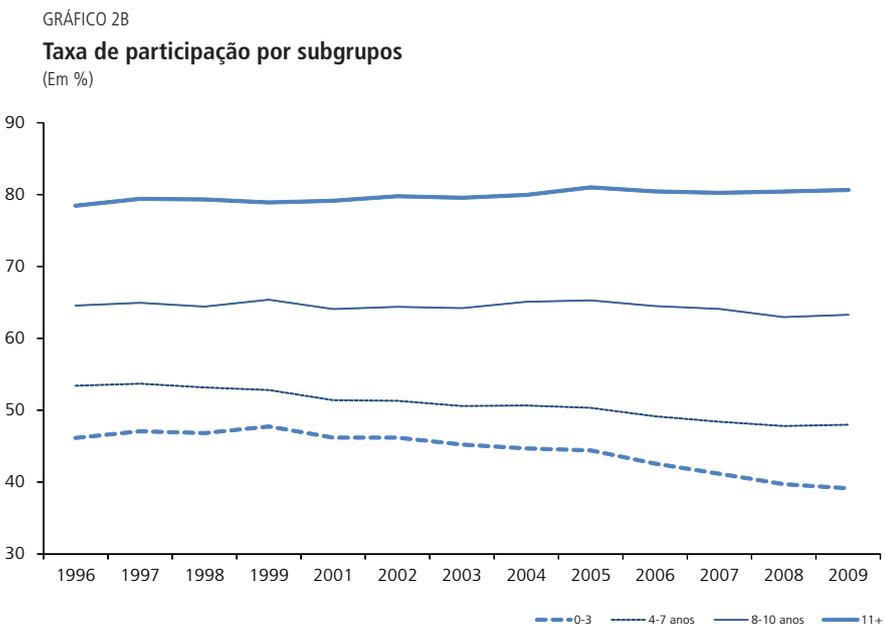


Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME)/IBGE.

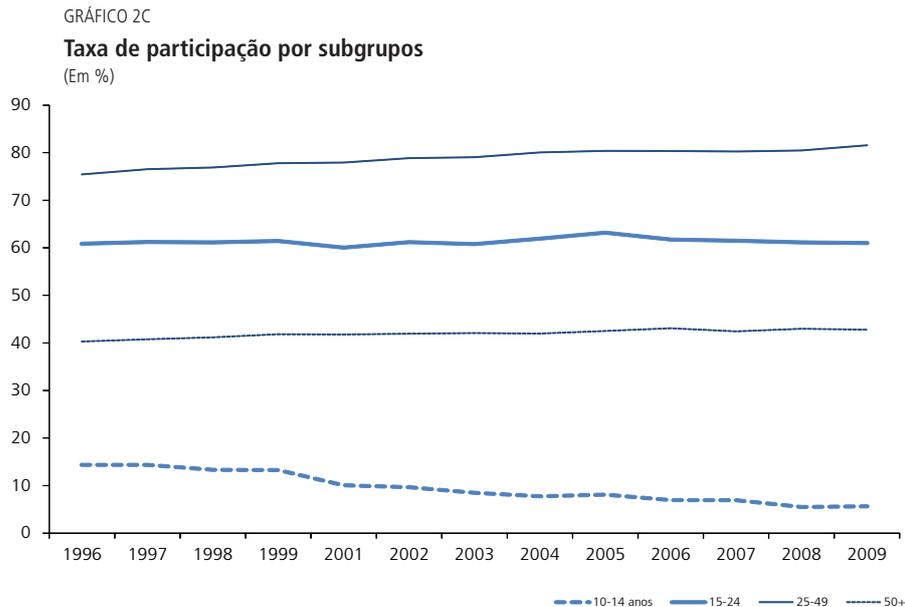
O gráfico 2 mostra que a participação teve comportamentos bastante distintos entre os diferentes subgrupos populacionais. Nota-se que as taxas de participação eram praticamente idênticas nas RMs e nas RNMs em 1996 (gráfico 2A). Embora a participação tenha aumentado em ambas as regiões ao longo do tempo, o crescimento foi mais acentuado nas RMs, resultando em uma diferença de 3 p.p. em relação às áreas não metropolitanas.



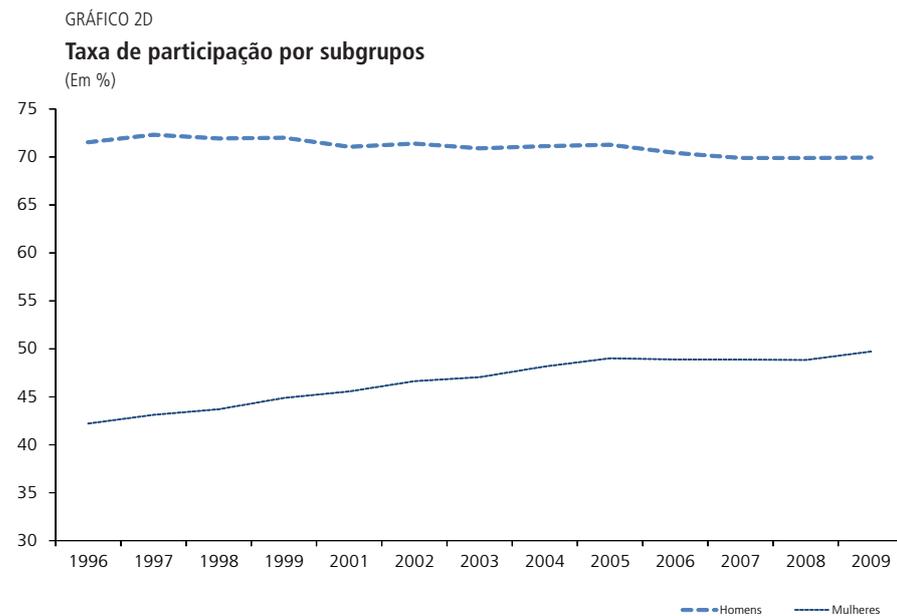
Diferenças entre os grupos de escolaridade podem ser notadas na gráfico 2B. Em 1996, a taxa de participação dos indivíduos com escolaridade entre 0 e 3 anos era igual a 46,2%, enquanto para aqueles com 11 anos de estudo ou mais, a taxa de participação era de 78,5%. Além disso, as variações ao longo do tempo também foram bem diferentes. Para os menos escolarizados, ocorreu uma redução de 7 p.p. entre 1996 e 2009. Já para o grupo mais escolarizado, foi verificado um aumento de 2 p.p. na taxa de participação durante o mesmo período.



As diferenças entre as taxas de participação por grupo etário são acentuadas, como mostra o gráfico 2C. Entre os indivíduos com idade entre 25 e 49 anos a taxa de participação era de 75,5% em 1996. Nesse mesmo ano, a taxa de participação era igual a 60,9% para os jovens com idade entre 15 e 24 anos, 40,3% para aqueles com 50 anos ou mais e 14,4% para crianças com idade entre 10 e 14 anos. Ao longo do período analisado, a taxa de participação aumentou 6 p.p. para o grupo com idade entre 25 e 49 anos e 2,5 p.p. para o grupo dos mais velhos. Para os jovens, a participação permaneceu praticamente estável, e para as crianças ocorreu uma redução de quase 10 p.p. Diferenças por gênero podem ser verificadas no gráfico 2D.



Fonte: PMEIBGE.

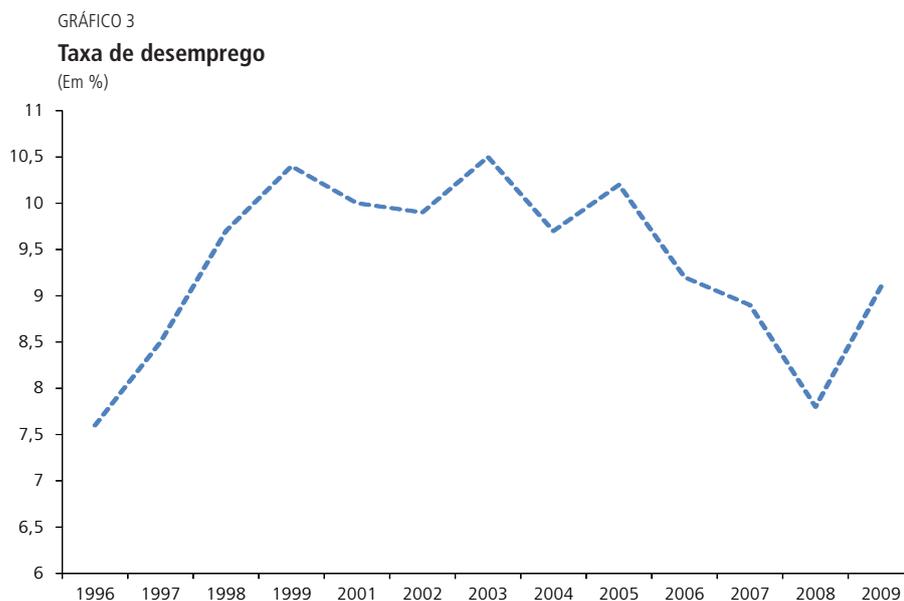


Fonte: PMEIBGE.

De acordo com o gráfico 2D em 1996, 42,2% das mulheres participavam do mercado de trabalho, enquanto a taxa de participação dos homens era igual a 71,5% nesse mesmo ano. Entre 1996 e 2009, esse hiato foi parcialmente reduzido, já que a taxa de participação diminuiu 1,5 p.p. entre os homens e aumentou 7,5 p.p. entre as mulheres.

4 DESEMPREGO

O gráfico 3 mostra a evolução da taxa de desemprego durante o período de 1996 até 2009. Entre o ano inicial de análise e 1999, a taxa de desemprego passou de 7,6% para 10,4%, permanecendo nesse patamar mais elevado até 2005, quando iniciou uma tendência de queda até 2008. A taxa de desemprego voltou a aumentar entre 2008 e 2009, passando de 7,8% para 9,1% da força de trabalho. Durante todo o período analisado, portanto, a taxa de desemprego aumentou 1,5 p.p.

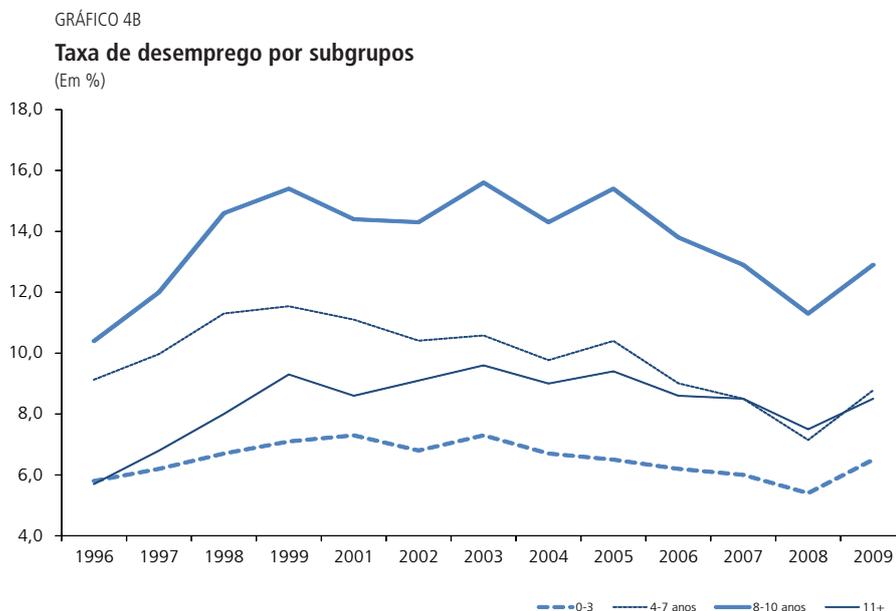
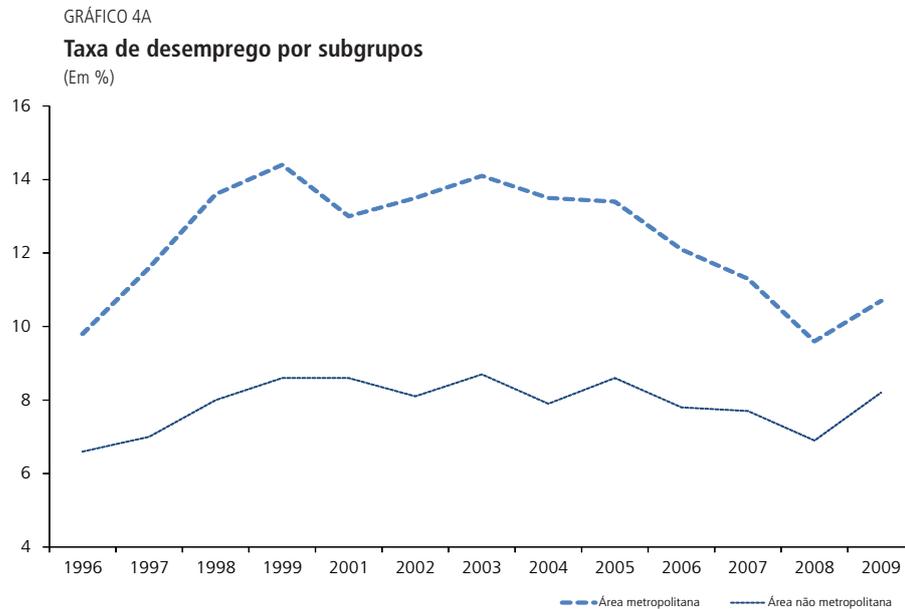


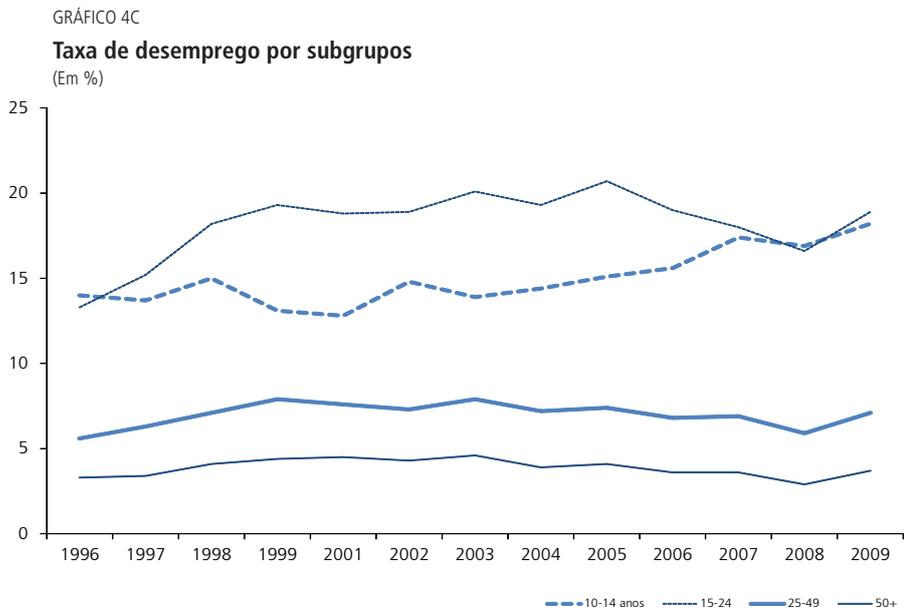
Fonte: PME/IBGE.

Em 1996, a taxa de desemprego nas RMs era cerca de 3 p.p. maior do que nas áreas não metropolitanas (gráfico 4A). O aumento do desemprego até meados da década seguinte foi mais acentuado para o primeiro grupo, que chegou a registrar 14,1% de desemprego em 2003. A redução do desemprego após 2005, porém, também foi mais intensa nas RMs, levando a uma diminuição no diferencial em relação às áreas não metropolitanas para um nível um pouco inferior ao verificado inicialmente em 1996.

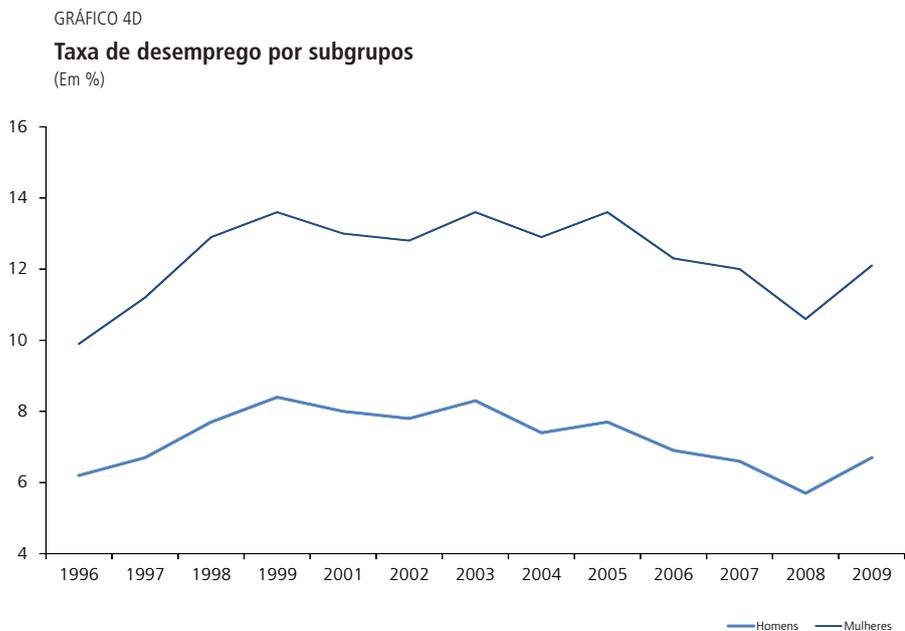
As taxas de desemprego em 1996 eram bem mais baixas para os indivíduos com 3 anos ou menos de escolaridade e para aqueles com 11 anos ou mais de estudo (gráfico 4B). Ao longo do tempo, todos os grupos de escolaridade apresentaram comportamentos cíclicos semelhantes com relação às taxas de desemprego, embora a variação total tenha sido mais acentuada para os mais escolarizados. Esse grupo experimentou um aumento de 2,7 p.p. na taxa de desemprego entre 1996 e 2009, o que pode ser consequência, em parte, do aumento na taxa de participação, que foi maior para os mais escolarizados.

As crianças e os jovens com idade entre 15 e 24 anos foram os grupos etários que apresentaram os maiores aumentos na taxa de desemprego entre 1996 e 2009 (gráfico 4C). Para o primeiro grupo, o desemprego passou de 14% para 18,2%, e para o segundo o aumento foi de 13,3% para 18,9%. Os grupos com idade entre 25 e 49 anos e com 50 anos ou mais já apresentavam as taxas de desemprego mais baixas em 1996, 5,6% e 3,3%, respectivamente. Enquanto para o primeiro grupo o aumento na taxa de desemprego até 2009 foi de 1,5 p.p., para o segundo foi de apenas 0,4 p.p.





Fonte: PME/IBGE.

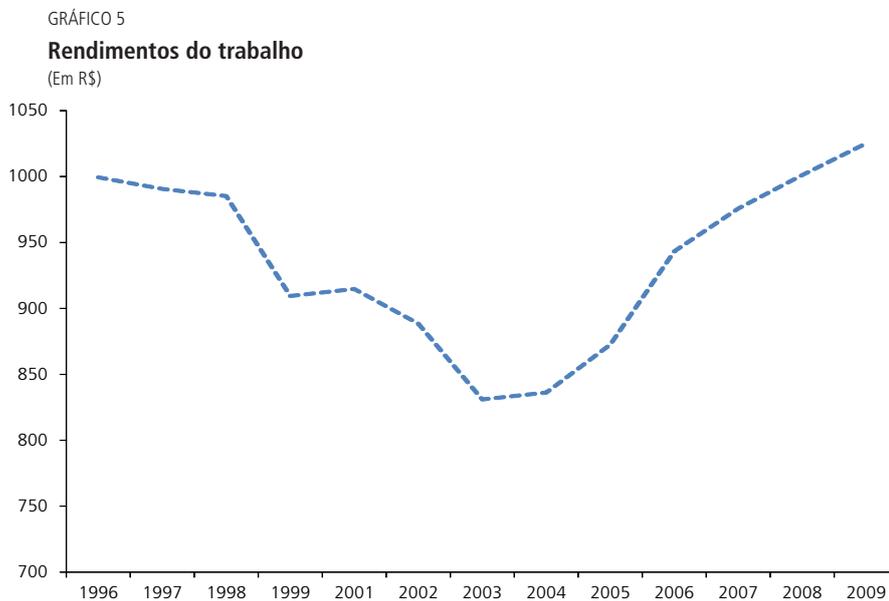


Fonte: PME/IBGE.

Como mostra a gráfico 4D, as mulheres apresentam taxas de desemprego mais elevadas do que os homens. Em 1996, as taxas de desemprego de mulheres e homens eram iguais a 9,9% e 6,2%, respectivamente. Entre 1996 e 2009, a variação para o primeiro grupo foi de 2,2 p.p., enquanto para o segundo foi de 0,5 p.p., ampliando ainda mais o diferencial por gênero. Deve-se notar, porém, que a taxa de participação das mulheres aumentou nesse período, enquanto a dos homens diminuiu.

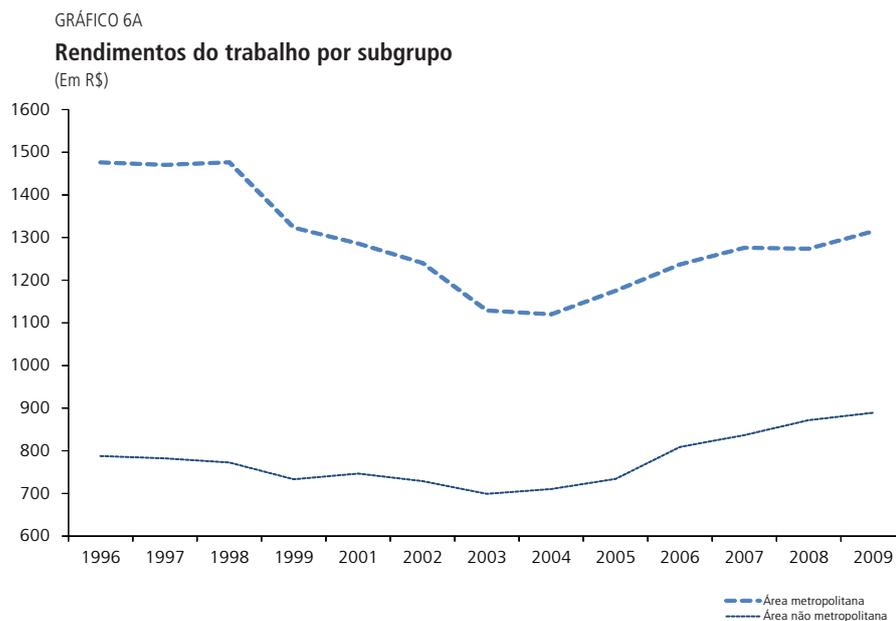
5 RENDIMENTOS

Os rendimentos do trabalho apresentam tendências bem distintas nos períodos de 1996 a 2003 e de 2003 a 2009 (gráfico 5). No primeiro, a tendência foi de queda, com a média dos rendimentos passando de R\$ 999 para R\$ 831, o que representa uma redução de 17%. No segundo período, a média dos rendimentos aumentou 23%, chegando a R\$ 1.025 em 2009. Durante todo o período, a média dos rendimentos do trabalho aumentou apenas 2,6%.



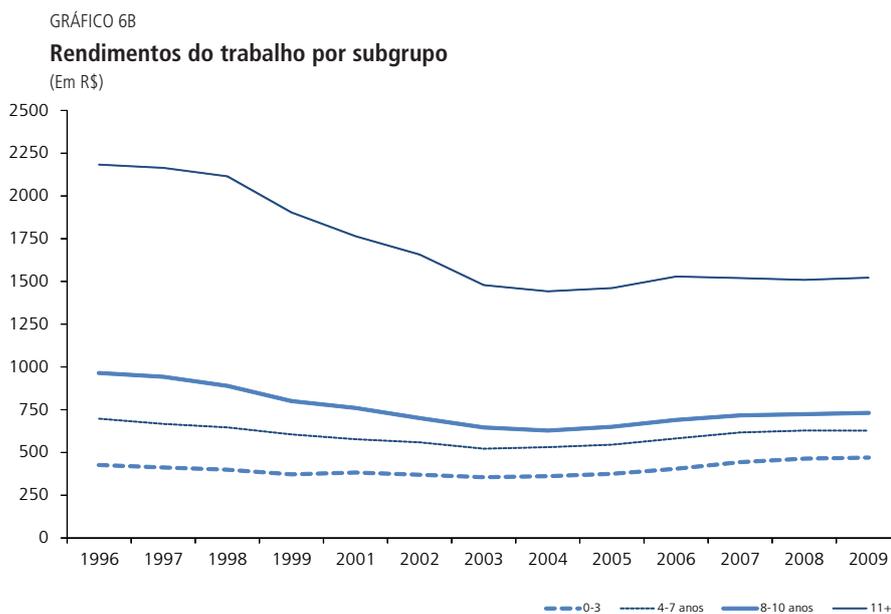
Fonte: PME/IBGE.

Os rendimentos do trabalho nas RMs eram quase 90% maiores do que nas áreas não metropolitanas em 1996 (gráfico 6A). Em 2009, essa diferença diminuiu para cerca de 50%, como resultado de uma redução de 11% nas RMs e um aumento na média dos rendimentos correspondente a 13% nas áreas não metropolitanas. Em ambas as regiões, o comportamento cíclico foi semelhante ao observado na variável agregada.



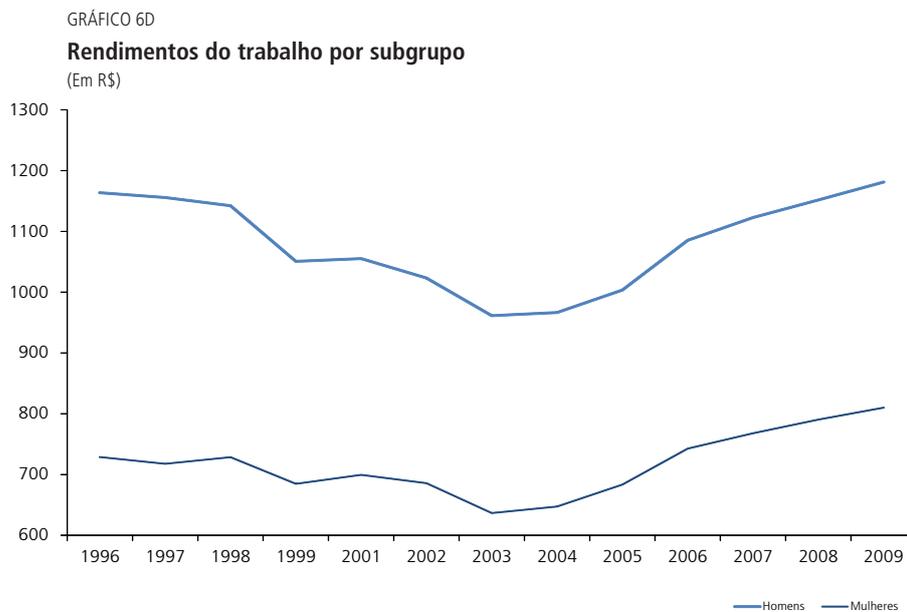
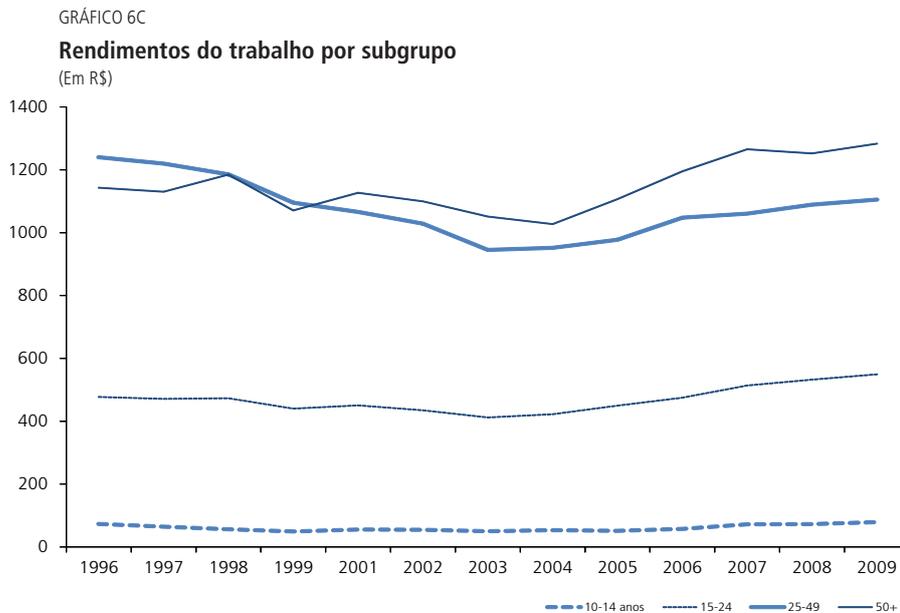
Fonte: PME/IBGE.

As diferenças de rendimentos entre os grupos de escolaridade são muito acentuadas (gráfico 6B). Ao longo do tempo, os rendimentos dos menos escolarizados aumentaram 10%, enquanto os demais grupos experimentaram reduções nos rendimentos. No período de 1996 a 2003, os rendimentos diminuíram para todos os grupos, mas o crescimento que ocorreu em seguida foi mais suave em relação ao comportamento da variável agregada, indicando que mudanças na composição educacional, com aumento na parcela de indivíduos mais escolarizados, foram importantes para que os rendimentos não diminuíssem entre 1996 e 2009. Percebe-se no gráfico 6B que trabalhadores com 11 anos ou mais de estudos recebiam, em média, rendimentos cinco vezes maiores do que os indivíduos com 3 anos ou menos de estudo em 1996. Embora esse diferencial tenha diminuído, ainda permanece muito elevado em 2009.



De acordo com a gráfico 6C, os trabalhadores com idade entre 25 e 49 anos e aqueles com 50 anos ou mais, apresentavam rendimentos semelhantes em 1996. As oscilações ao longo do tempo também foram muito parecidas entre esses dois grupos, embora mais favoráveis aos mais velhos. A média de rendimentos dos jovens com idade entre 15 e 24 anos, apesar de bem inferior em relação aos dois primeiros grupos, aumentou 15% entre 1996 e 2009. Para as crianças com idade entre 10 e 14 anos, os rendimentos são extremamente baixos, e permaneceram praticamente constantes ao longo do tempo.

Em 1996, os homens possuíam rendimentos do trabalho maiores do que as mulheres em cerca de 60% (gráfico D). Esse diferencial diminuiu para 46% em 2009 com o aumento nos rendimentos das mulheres. Tanto para homens quanto para mulheres, os rendimentos apresentam dois períodos bem marcantes, de queda até 2003 e de crescimento a partir de então.



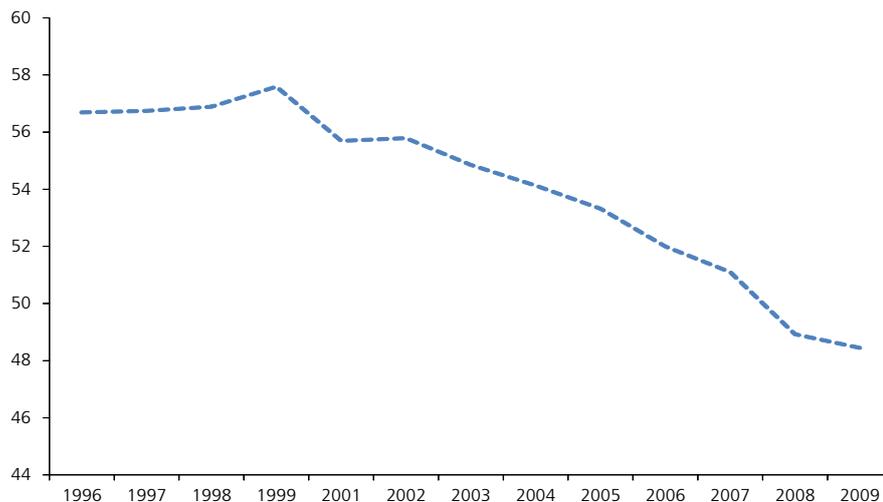
6 INFORMALIDADE

Como mostra a gráfico 7, o grau de informalidade ficou praticamente estável entre 1996 e 1999, e a partir desse período apresentou uma tendência decrescente, diminuindo de 57,6% para 48,5% em 2009.

A informalidade é mais acentuada nas áreas não metropolitanas. O gráfico 8A mostra que em 1996 a taxa de informalidade nessas áreas era de 63%, enquanto nas RMs era igual a 42,5%. As reduções ao longo do tempo foram mais acentuadas nas áreas não metropolitanas, com o grau de informalidade diminuindo 11 p.p., enquanto nas RMs a redução foi de 2 p.p.

GRÁFICO 7

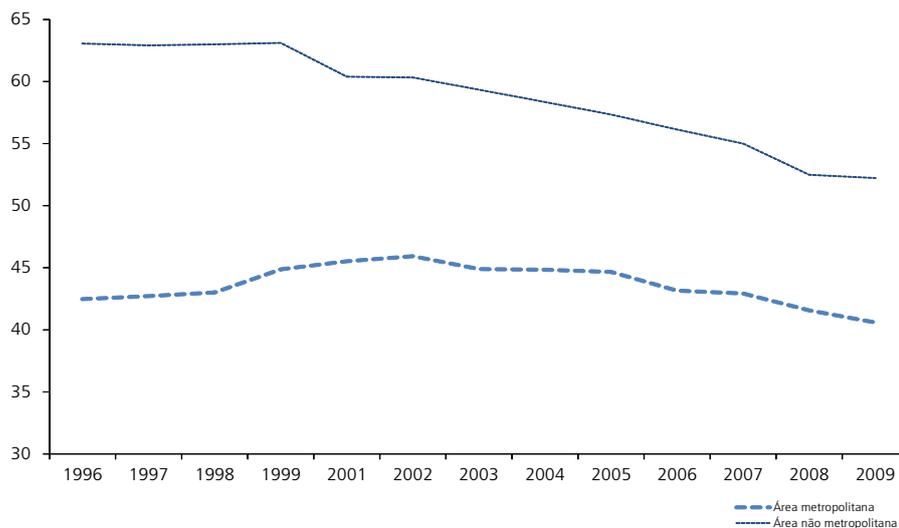
Grau de informalidade
(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

GRÁFICO 8A

Grau de informalidade por subgrupo
(Em %)



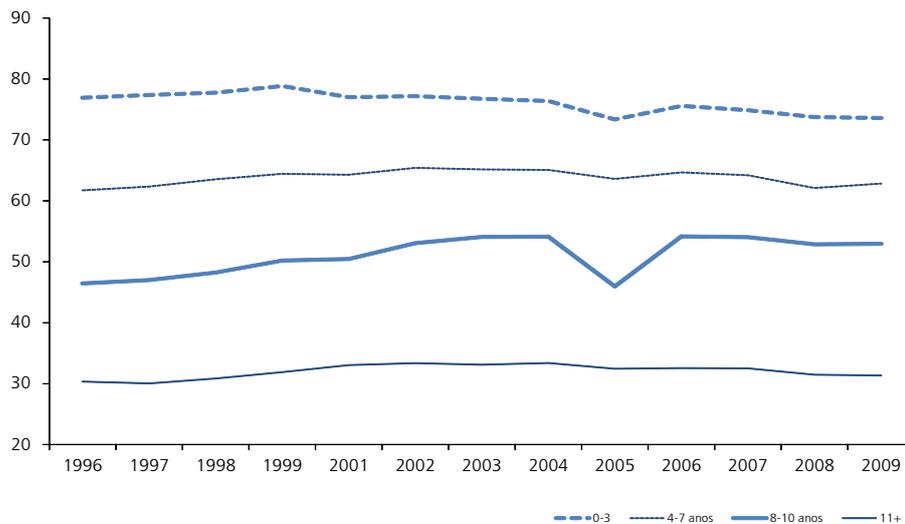
Fonte: PME/IBGE.

O grau de informalidade diminui com o nível educacional, como se pode perceber pelo gráfico 8B. Para os indivíduos com 11 anos ou mais de escolaridade, o grau de informalidade em 1996 era igual a 30%, enquanto para aqueles com 3 anos de estudo ou menos, o grau de informalidade era de quase 80% nesse mesmo ano. Entre 1996 e 2009, notam-se poucas alterações para cada um dos grupos isoladamente, com a informalidade aumentando em três dos quatro grupos representados. Esse resultado indica que as mudanças na composição dos grupos de escolaridade foram importantes para gerar a queda observada no grau de informalidade agregada. Com o aumento no nível de escolaridade, o conjunto de trabalhadores ocupados passou a contar com uma parcela cada vez maior de indivíduos mais escolarizados com baixo grau de informalidade do que de pessoas com pouca escolaridade e elevado grau de informalidade.

GRÁFICO 8B

Grau de informalidade por subgrupo

(Em %)



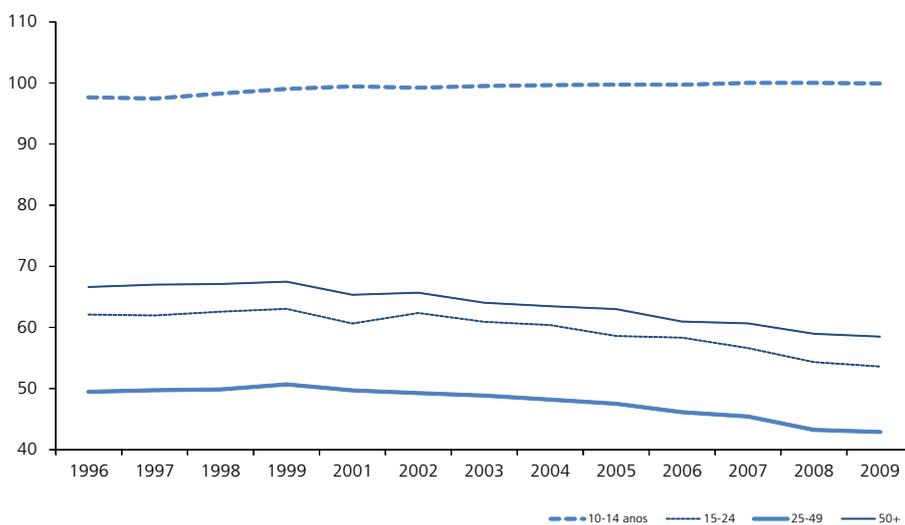
Fonte: PMENIBGE.

Em 1996, o grau de informalidade por idade variava entre 50% para o grupo com idade entre 25 e 49 anos e a totalidade de trabalho informal entre as crianças (gráfico 8C). Entre 1996 e 2009, os dois grupos que apresentaram as maiores mudanças foram aqueles formados por indivíduos com idade entre 15 e 24 anos e com 50 anos ou mais, que reduziram o grau de informalidade em 9 p.p. e 7,5 p.p., respectivamente.

GRÁFICO 8C

Grau de informalidade por subgrupo

(Em %)



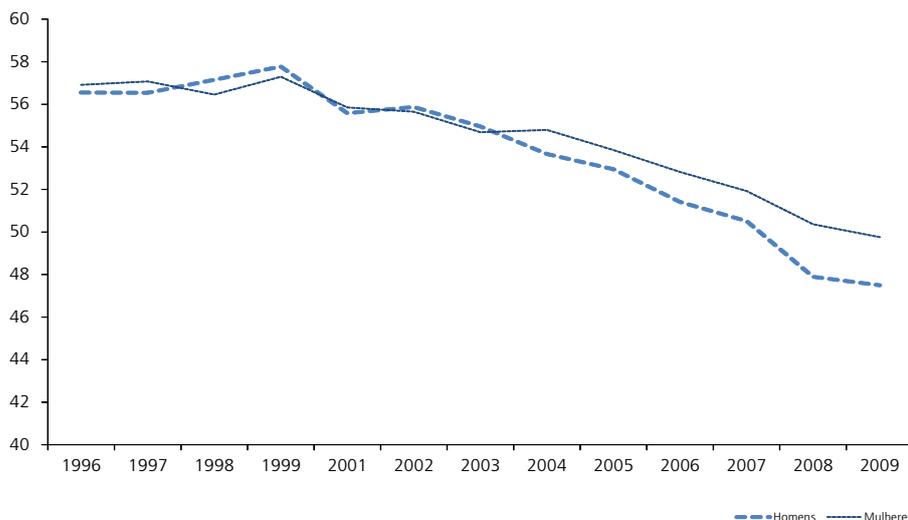
Fonte: PMENIBGE.

O gráfico 8D mostra que as diferenças no grau de informalidade por gênero eram muito pequenas em 1996, com taxas em torno de 57% para ambos os grupos. Entre 1996 e 2009, o grau de informalidade diminuiu 9 p.p. entre os homens e 7,1 p.p. entre as mulheres.

GRÁFICO 8D

Grau de informalidade por subgrupo

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

7 CONCLUSÕES

Nesta nota, foram analisadas as trajetórias de alguns indicadores de desempenho do mercado de trabalho brasileiro no período de 1996 até 2009. Alguns indicadores mostram resultados positivos, como o aumento da taxa de participação e a redução no grau de informalidade, outros apresentam resultados negativos, como o aumento da taxa de desemprego, enquanto os rendimentos permaneceram praticamente constantes.

As trajetórias de todas as variáveis agregadas parecem ter sido bastante beneficiadas pelo aumento no nível educacional da população brasileira, principalmente nos casos da participação e da informalidade. Os mais escolarizados apresentam os melhores indicadores de desempenho no mercado de trabalho. Portanto, com as mudanças na composição educacional da força de trabalho ao longo do tempo, as variáveis agregadas passam a ser muito mais influenciadas pelo comportamento dos mais escolarizados do que daqueles com pouca escolaridade.

A taxa de desemprego e a média dos rendimentos têm comportamentos cíclicos bastante associados ao desempenho macroeconômico. O ritmo de crescimento mais lento até 2003 foi acompanhado de aumento no desemprego e queda nos rendimentos, enquanto o período seguinte, que apresentou um crescimento mais acelerado da economia, foi caracterizado por redução do desemprego e aumento dos rendimentos.

Os indicadores tiveram comportamentos bastante heterogêneos entre os subgrupos da população. Nota-se que o aumento da participação foi mais acentuado para as mulheres, os indivíduos mais escolarizados, os residentes nas RMs, e as pessoas com idade entre 25 e 49 anos. Já o aumento da taxa de desemprego foi particularmente mais intenso para os jovens com idade entre 15 e 24 anos e as mulheres. Reduções nos rendimentos foram observadas para os residentes nas RMs, os indivíduos com idade entre 25 e 49 anos, e todos aqueles com pelo menos quatro anos de estudo. O grau de informalidade, que diminuiu em termos agregados, apresentou aumentos para todos os grupos educacionais, exceto aquele composto pelos menos escolarizados.

EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DO EMPREGO NO BRASIL: PERÍODO 1996-2009*

Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa**

As últimas duas décadas foram marcadas por mudanças notórias no mercado de trabalho brasileiro. A segunda metade da década de 1990 presenciou um crescimento tímido na ocupação e um aumento significativo no desemprego. Enquanto na década seguinte, a análise dos indicadores do mercado de trabalho mostra uma reversão e resultados mais promissores. Esses movimentos refletem transformações estruturais que ocorreram na economia brasileira no período em questão. Nesse sentido, cabe-nos perguntar se tais transformações, com impacto na estrutura produtiva do país, também induziram mudanças na estrutura do emprego brasileiro. A julgar pelos resultados sobre a informalidade, reportados na nota anterior, parece que a composição do emprego foi de fato afetada.

Esta nota pretende analisar detalhadamente a composição do emprego brasileiro ao longo do período 1996-2009 com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).¹ Para isso, características tanto do posto de trabalho quanto dos indivíduos serão analisadas. Cabe salientar que, com a finalidade de privilegiar as formas de inserção mais concretas no mercado, a definição de ocupação é ligeiramente diferente da adotada pelo IBGE.²

O crescimento da população ocupada merece destaque no período de análise. Em 2009, o número de ocupados no país atingiu a marca de 86,7 milhões de trabalhadores, frente aos 64,3 milhões do ano de 1996, o que representa um crescimento de quase 35% ao longo do período.³ O gráfico 1 mostra esta evolução. Os anos de 1999 e 2002, em especial, apresentaram taxas de crescimento de 4,6% e 3,6% ao ano (a.a.), respectivamente, superiores à da média do período (2,0% a.a.). Em certa medida, o aumento expressivo da população ocupada nestes anos foi absorvido pelos trabalhadores informais, como veremos adiante. O ano de 2008 também apresentou um crescimento significativo (de quase 3,0% a.a.), sendo marcado, no entanto, por uma redução da informalidade na economia. O ano seguinte

* A autora agradece a Carlos Henrique Leite Corseuil pelos comentários e sugestões na elaboração desta nota.

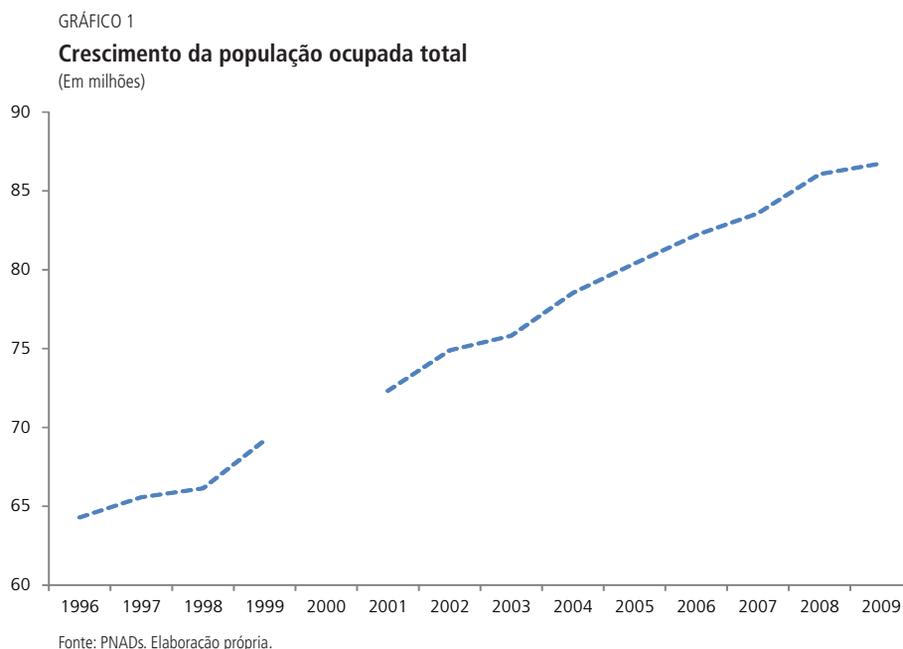
** Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

1. A análise dos indicadores é realizada até 2009 por ser o último ano em que a PNAD disponibilizou informações. Vale ressaltar mais dois pontos: i) por ser um ano censitário, a PNAD não foi realizada no ano de 2000; e ii) para possibilitar a comparação das PNADs ao longo do tempo, foi preciso harmonizá-las retirando a região rural do Norte do país, a partir de 2004.

2. Para fins deste texto, classificam-se como ocupados os indivíduos que exerceram trabalho remunerado na semana de referência, ou os que exerceram trabalho não remunerado na semana de referência durante pelo menos 15 horas, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados. Não foram considerados ocupados os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção na semana de referência.

3. A tabela A.1 do anexo apresenta os principais indicadores pertinentes ao mercado de trabalho brasileiro analisados nesta nota.

(2009) não presenciou uma continuidade do aumento da população ocupada, devido aos efeitos da crise mundial ocorrida no final do ano 2008. Em 2009, a taxa de crescimento da população ocupada foi bem inferior à média (não alcançando 1%).



Em relação à distribuição setorial da população ocupada, o confronto entre valores de 2009 e 1996 aponta que, praticamente, todos os setores de atividade considerados elevaram o seu nível de ocupação, à exceção do setor agrícola, o único a apresentar desempenho negativo no período (-19,1%). Entre os demais setores com crescimento no período, a indústria registrou taxa de crescimento próxima à do total de ocupados (32,6%), enquanto construção, comércio, serviços e transportes e administração pública cresceram a taxas bem superiores à média.⁴ O crescimento da população ocupada para seis setores de atividade ao longo do período 1996-2009 pode ser examinado no gráfico 2. Além do já citado declínio no nível do emprego agrícola, o gráfico evidencia algumas características interessantes. O ano de 2009, por exemplo, mostra uma desaceleração do crescimento no emprego de todos os setores, principalmente no de construção e no da indústria, fruto da crise econômica do ano anterior. É interessante observar, também, a evolução do setor comércio (sempre o de maior representatividade no emprego total) e um aumento da participação do setor de serviços e transportes ao longo de todo o período 1996-2009.

Ao examinar a evolução da ocupação entre 1996 e 2009, chama atenção o fato de o aumento nos postos de trabalho, considerados formais, ter sido superior ao da variação do total de ocupados (60,7% e 34,9%, respectivamente). Tal fato é consequência da redução significativa no grau de informalidade nos anos 2000 (período 2001-2009).⁵ Conforme pode ser verificado no gráfico 3, o nível de informalidade sofreu um aumento ao longo da segunda metade da década de 1990, mas esta taxa vem declinando desde 2001. Em 2009,

4. A variação para os setores citados se deu da seguinte forma: construção, 53,4%; comércio, 47,3%; serviços e transportes, 52%; administração pública, 43%; e outras atividades, 74,3%.

5. O grau de informalidade aqui utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, conta-própria e não remunerados sobre o total de ocupados.

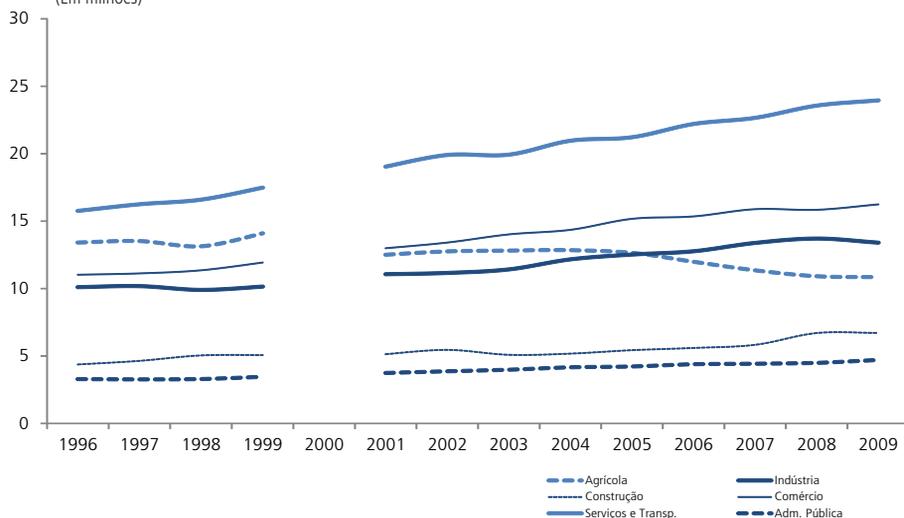
NOTA TÉCNICA

tal taxa ficou em 48,4%, o menor nível da última década. Em contrapartida, a população ocupada formal aumentou sua participação no total de ocupados em 7,3 pontos percentuais (p.p.) no período 2001-2009 (cabe destacar que a população ocupada formal é composta também pelos empregadores, além dos trabalhadores protegidos).⁶

GRÁFICO 2

Crescimento da população ocupada por setor de atividade – 1996 e 2009

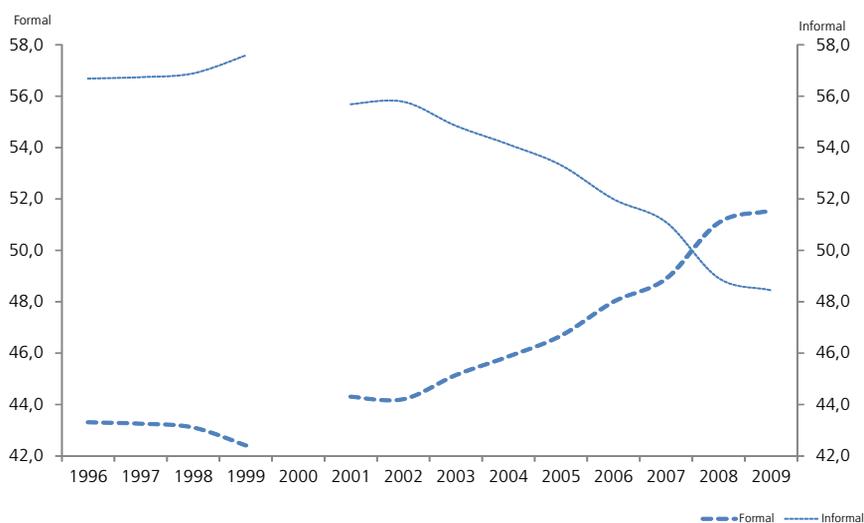
(Em milhões)



Fonte: PNADs. Elaboração própria.

GRÁFICO 3A

Percentual dos empregos formais e das ocupações informais

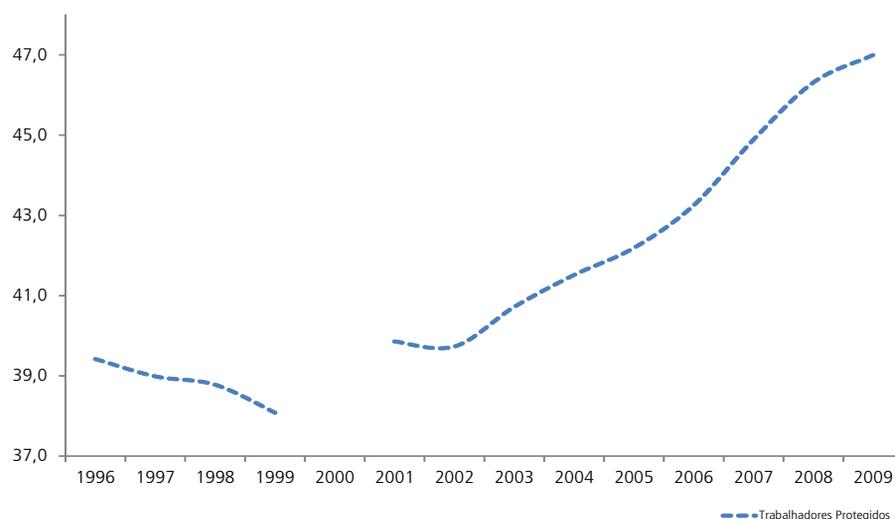


Fonte: PNADs. Elaboração própria.

O gráfico 3B descreve a evolução da participação dos trabalhadores protegidos sobre a ocupação total no período 1996-2009. Vale notar a ampla representatividade destes trabalhadores na população ocupada total, com uma média de mais de 41% ao longo de todo o período. Também chama atenção a redução da participação dos trabalhadores protegidos entre 1996 e 1999 e o aumento contínuo a partir de 2001.

6. São considerados protegidos os trabalhadores com carteira de trabalho assinada (inclusive os trabalhadores domésticos) e os militares e estatutários.

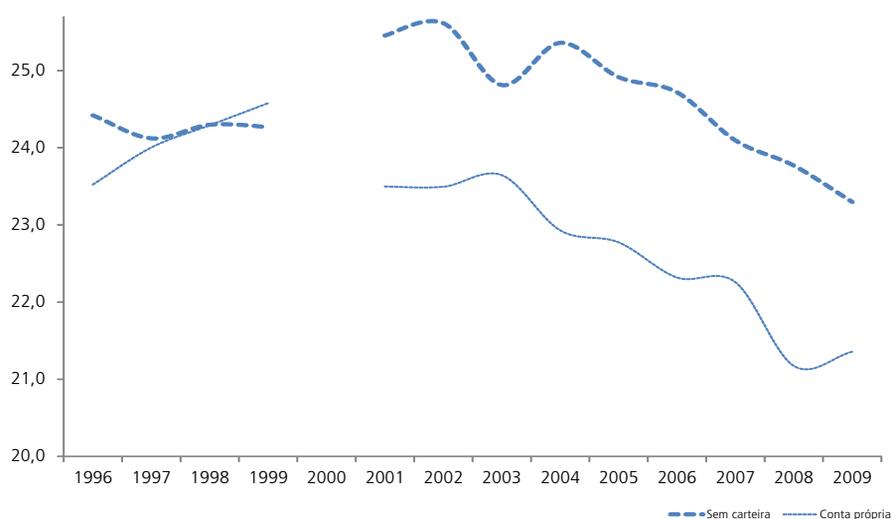
GRÁFICO 3B

Percentual dos empregos protegidos

Fonte: PNADs. Elaboração própria.

Por sua vez, o gráfico 3C mostra a evolução da participação dos trabalhadores sem carteira e por conta própria, que são os de maior representação no grupo dos trabalhadores informais. Nota-se que no período 1996-1999, a participação dos trabalhadores por conta própria na ocupação total sofreu um aumento de 1,1 p.p. e a dos trabalhadores sem carteira, uma redução de 0,2 p.p., o que evidencia que o aumento da informalidade ocorrido neste período foi absorvido pela elevação dos trabalhadores por conta própria.

GRÁFICO 3C

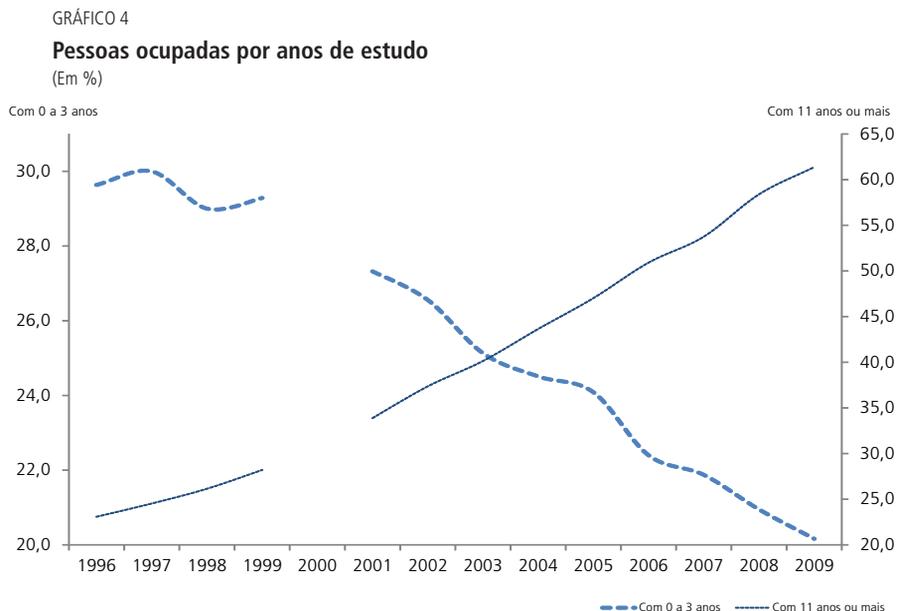
Percentual dos empregos sem carteira e por conta própria

Fonte: PNADs. Elaboração própria.

No que tange à composição da força de trabalho por escolaridade, é significativo o viés favorável à demanda por mão de obra qualificada nos últimos anos. Por um lado, o grupo de trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo completos foi o que mais se ampliou no contingente de ocupados, com uma variação bastante expressiva, acima de 165%, na comparação entre valores de 1996 e 2009. Por outro, os trabalhadores menos escolarizados vêm

NOTA TÉCNICA

perdendo espaço no total de ocupados: a queda para aqueles com até três anos completos de estudo foi superior a 30%. O gráfico 4 ilustra esta mudança na composição por meio da evolução da participação destes dois grupos na ocupação total.



Na análise por faixa etária, nota-se, pelo gráfico 5A, que o grupo mais jovem, de 15 a 24 anos de idade, experimentou no decorrer do período de 1996-2009 um decréscimo de mais de 5 p.p. na sua participação entre os ocupados. A participação da faixa de 10 a 14 anos no total de ocupados é analisada à parte, no gráfico 5B. Nota-se que a participação deste grupo vem caindo ao longo do período de análise o que retrata os progressos alcançados pelas políticas de combate ao trabalho infantil e pelo aumento simultâneo da frequência escolar deste grupo nos últimos anos.

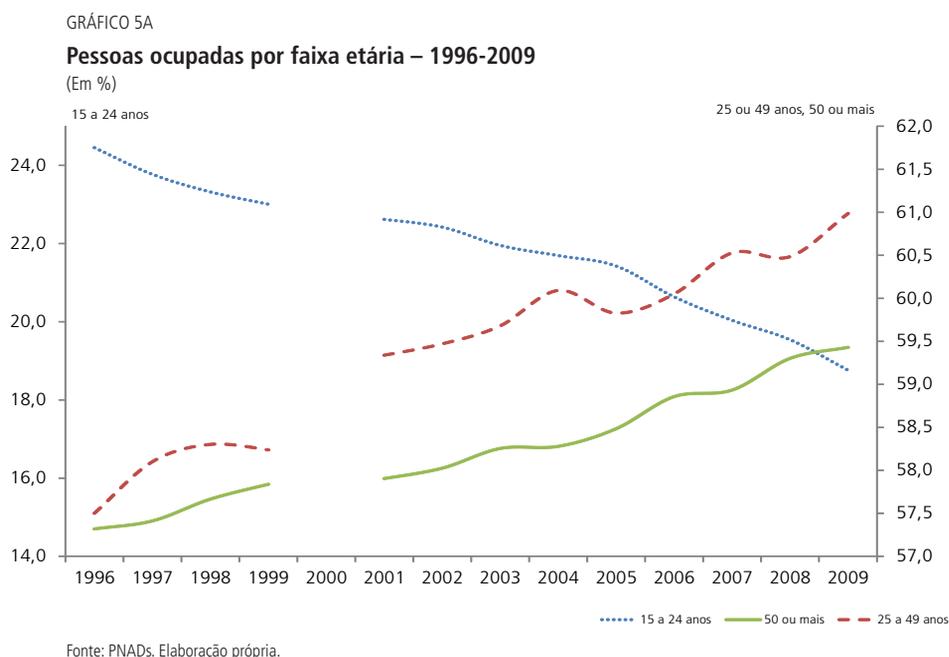
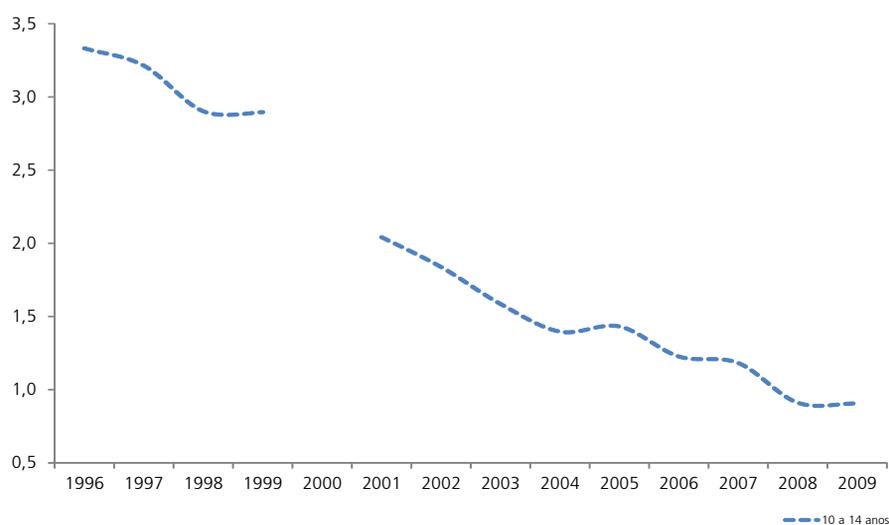


GRÁFICO 5B

Pessoas ocupadas por faixa etária – 1996-2009

(Em %)



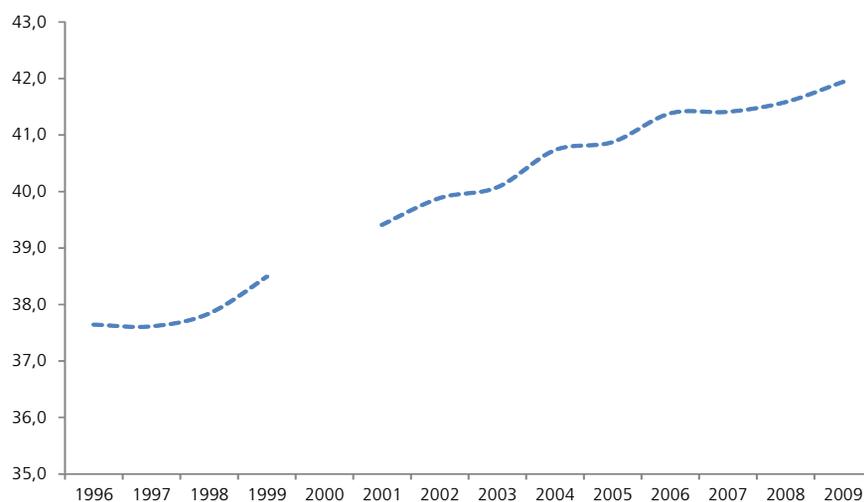
Fonte: PNADs. Elaboração própria.

Desde a década de 1970, o país tem presenciado uma forte intensificação da participação feminina na atividade econômica. Grande parte desta evolução se deve ao contexto do acelerado processo de industrialização e urbanização ocorrido não só no Brasil como no mundo. O período 1996-2009 reforça esta tendência e indica uma crescente participação da mulher na força de trabalho. O gráfico 6 apresenta a evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro ao longo dos últimos 15 anos.

GRÁFICO 6

Participação feminina no mercado de trabalho – 1996 e 2009

(Em %)



Fonte: PNADs. Elaboração própria.

De forma geral, o país apresentou nas últimas décadas profundas alterações na estrutura de seu mercado de trabalho. A análise dos indicadores apresentados nesta nota mostra uma nova dinâmica no perfil de qualificação e na faixa etária da mão de obra, além do aumento dos empregos protegidos e maior inserção das mulheres no mercado de trabalho.

ANEXO

TABELA A.1
Panorama geral 1996–2009 (série harmonizada)¹

	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Cresc. med 96-09	Cresc. (%) 96-09	Cresc. (%) 08-09
População (em milhões)																
PIA	123,378	125,082	127,733	133,173	138,962	141,831	144,586	146,931	149,840	152,811	155,455	158,210	160,438	2,0	30,0	1,4
PEA	69,583	71,635	73,284	77,243	80,401	83,080	84,684	86,986	89,530	90,550	91,758	93,325	95,381	2,5	37,1	2,2
Taxa de Participação	56,4	57,3	57,4	58,0	57,9	58,6	58,6	59,2	59,8	59,3	59,0	59,0	59,5	0,3	3,1	0,5
Ocupação Total	64,300	65,577	66,140	69,181	72,323	74,888	75,817	78,534	80,400	82,201	83,572	86,060	86,745	2,0	34,9	0,8
Trabalhadores Formais	27,832	28,362	28,500	29,336	32,040	33,106	34,230	36,025	37,532	39,459	40,867	43,957	44,720	3,7	60,7	2,3
Trabalhadores Protegidos	25,347	25,568	25,649	26,347	28,827	29,755	30,873	32,605	33,922	35,555	37,518	39,859	40,770	3,4	60,8	2,3
Empregador	2,485	2,795	2,851	2,989	3,213	3,351	3,357	3,421	3,611	3,903	3,349	4,098	3,950	0,0	58,9	-3,6
Trabalhadores Informais	36,428	37,204	37,612	39,835	40,270	41,774	41,584	42,507	42,867	42,740	42,705	42,103	42,024	0,9	15,4	-0,2
Empregado sem carteira	15,702	15,819	16,071	16,789	18,410	19,182	18,812	19,916	20,032	20,319	20,137	20,456	20,210	1,8	28,7	-1,2
Conta própria	15,126	15,741	16,066	17,003	16,995	17,595	17,927	18,008	18,311	18,346	18,601	18,221	18,526	1,3	22,5	1,7
Não remunerado	5,601	5,645	5,474	6,043	4,866	4,997	4,845	4,584	4,524	4,075	3,967	3,426	3,289	-4,5	-41,3	-4,0
Participação Feminina	37,6	37,6	37,8	38,5	39,4	39,9	40,1	40,7	40,9	41,4	41,4	41,6	41,9	0,3	4,3	0,4
Taxa de Desemprego	7,6	8,5	9,7	10,4	10,0	9,9	10,5	9,7	10,2	9,2	8,9	7,8	9,1	0,1	1,5	1,3
Grau de Informalidade	56,7	56,7	56,9	57,6	55,7	55,8	54,8	54,1	53,3	52,0	51,1	48,9	48,4	-0,6	-8,2	-0,5
PO Por Idade																
10 a 14 anos	2,143	2,107	1,919	2,004	1,477	1,377	1,202	1,097	1,151	1,009	0,988	0,784	0,786	-6,4	-63,3	0,3
15 a 24 anos	15,722	15,587	15,424	15,917	16,358	16,791	16,644	17,037	17,226	16,964	16,745	16,817	16,274	0,2	3,5	-3,2
25 a 49 anos	36,973	38,100	38,561	40,290	42,916	44,536	45,248	47,192	48,102	49,362	50,584	52,053	52,902	2,8	43,1	1,6
50 ou mais de idade	9,454	9,776	10,229	10,961	11,565	12,173	12,707	13,205	13,881	14,867	15,254	16,406	16,782	4,7	77,5	2,3

(continua)

(continuação)

	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Cresc. med 96-09	Cresc. (%) 96-09	Cresc. (%) 08-09
PO Por Escolaridade																
0 a 3 anos	19,056	19,288	18,648	18,831	17,568	17,076	16,160	15,760	15,488	14,403	14,065	13,471	12,965	-2,8	-32,0	-3,8
4 a 7 anos	20,693	20,874	20,515	21,300	21,030	21,478	21,033	21,106	21,041	21,003	20,169	19,771	19,655	-0,4	-5,0	-0,6
8 a 10 anos	9,691	9,621	10,130	10,889	11,919	12,297	12,805	13,600	13,632	14,051	14,773	15,275	14,663	3,2	51,3	-4,0
11 ou mais	14,842	15,776	16,814	18,136	21,791	24,024	25,810	28,064	30,236	32,737	34,564	37,544	39,461	7,7	165,9	5,1
PO Por Atividade																
Agrícola	13,418	13,527	13,139	14,101	12,515	12,762	12,823	12,852	12,652	11,993	11,359	10,920	10,853	-1,2	-19,1	-0,6
Indústria	10,110	10,186	9,906	10,151	11,069	11,165	11,427	12,171	12,529	12,771	13,391	13,713	13,410	2,1	32,6	-2,2
Construção	4,378	4,646	5,050	5,069	5,141	5,461	5,095	5,184	5,439	5,603	5,837	6,709	6,717	3,7	53,4	0,1
Comércio	11,030	11,129	11,360	11,935	12,995	13,416	14,022	14,361	15,175	15,354	15,891	15,844	16,247	2,9	47,3	2,5
Serviços e Transportes	15,764	16,255	16,597	17,487	19,048	19,911	19,935	20,966	21,225	22,208	22,664	23,570	23,959	3,3	52,0	1,6
Administração Pública	3,295	3,270	3,297	3,463	3,748	3,872	3,990	4,168	4,229	4,397	4,434	4,498	4,712	2,7	43,0	4,8
Outras Atividades	6,115	6,365	6,529	6,733	7,594	8,101	8,328	8,613	8,961	9,676	9,801	10,612	10,658	4,3	74,3	0,4
Maldefinidas ou não-declaradas	6,305	6,563	6,791	6,974	7,806	8,301	8,525	8,832	9,150	9,875	9,996	10,806	0,190	-4,0	-97,0	-98,2

Fonte: PNADs de 1996 a 2009.

Nota: ¹ Dados harmonizados elaborados pelo Ipea.

ROTATIVIDADE DE TRABALHADORES E REALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NO SETOR FORMAL DO BRASIL: 1996-2010

Carlos Henrique L. Corseuil*
Eduardo Pontual Ribeiro**

Aqui no Brasil, os analistas do mercado de trabalho tendem a se ater ao crescimento líquido de postos de trabalho no agregado da economia para retratar a dinâmica do emprego no nosso país. Mas por trás de um eventual baixo valor de crescimento líquido pode haver altos valores para fluxos de trabalhadores transitando entre postos de trabalho existentes, criados ou destruídos. Sendo assim, os indicadores de fluxo podem dar uma ideia melhor da dinâmica do mercado de trabalho, além de ser possível usá-los como insumos para medidas de rotatividade, como veremos mais adiante.

Em outros países, tais análises têm priorizado os indicadores de fluxos para um diagnóstico mais completo da dinâmica desse mercado.¹ Esses indicadores podem ser divididos em duas categorias: aquelas que medem fluxos de postos de trabalho e aquelas que medem fluxos de trabalhadores. O objetivo desta nota é analisar o comportamento do emprego formal do Brasil nos últimos 15 anos por meio desses dois grupos de indicadores, com ênfase na evolução da rotatividade de trabalhadores.² Para isso, usaremos os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos de 1996 a 2010.³

Começamos nossa análise pelos indicadores de fluxos de trabalhadores. Os indicadores básicos nessa dimensão são o fluxo de trabalhadores admitidos e o fluxo de trabalhadores desligados. O nosso indicador de admissões (H) agrega todo registro desse tipo de fluxo ao longo de cada ano, e o nosso indicador de desligamento (S) é construído de forma análoga. Ambos os indicadores são normalizados pelo estoque de postos de trabalho médio entre o início e o final dos anos em questão. A razão da normalização pela média dos anos ficará clara na análise da rotatividade de postos de trabalho. Uma definição mais precisa pode ser visualizada no apêndice A ao final da nota.

* Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

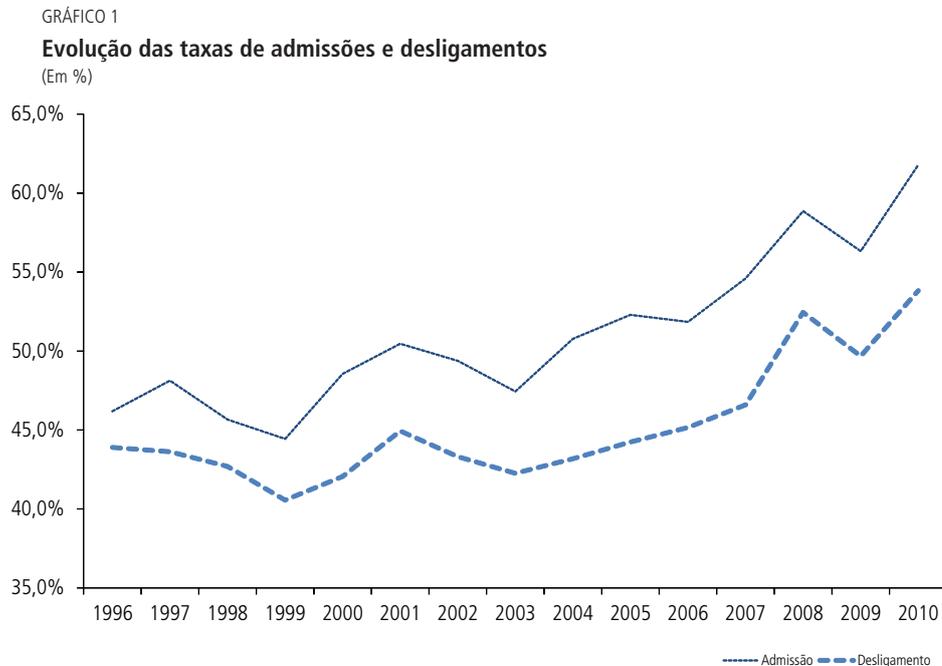
** Professor do Instituto de Economia da UFRJ e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1. Ver a esse respeito o artigo de Blanchard e Diamond (1992) e a pesquisa JOLTS do *Bureau of Labor Economics*, equivalente ao MTE nos Estados Unidos, iniciada em 2000.

2. Análises semelhantes são conduzidas em Corseuil e Santos (2006) e Dieese (2011). No entanto, o primeiro trabalho se atém ao período de 1991 a 2001. Já o segundo analisa um período mais recente, mas se limita aos fluxos de trabalhadores, não abordando assim os fluxos de postos de trabalho.

3. Os dados de estoque de empregados em 31/12/1995 serão aproveitados para a construção de alguns indicadores referentes ao ano de 1996.

O gráfico 1 abaixo registra a evolução desses indicadores entre os anos de 1996 e 2010. Para exemplificar como devem ser interpretados esses indicadores, vamos comentar o primeiro valor da série de admissões, que está em torno de 46 no ano de 1996.⁴ Isso significa que o total de admissões ao longo de 1996 corresponde a cerca de 46% da média do volume de postos de trabalho registrados entre o início e o fim do ano.⁵ Dito de outra forma, de cada dez postos de trabalho ocupados, houve quase cinco trabalhadores admitidos para estes postos ao longo de 1996.



Dois fatos sobressaem numa primeira análise desse gráfico em relação à evolução temporal desses indicadores. Em primeiro lugar, podemos notar que o indicador de admissão de trabalhadores é sempre superior ao de desligamento entre 1996 e 2010, o que significa um saldo positivo na variação líquida do emprego em todos os anos. Esse fato está de acordo com as tendências de queda no desemprego e na informalidade comentadas na primeira nota técnica (de autoria de Mauricio Reis) deste volume. Em segundo lugar, ambos os indicadores apresentam uma tendência de aumento no período analisado. Para se ter uma ideia da magnitude dessa tendência, computamos a média de cada um desses indicadores para os primeiros cinco anos da amostra (1996-2000) e para os cinco últimos anos da amostra (2006-2010). A tendência de alta é superior na taxa de admissão, que vai de 46,6% para 56,7%, enquanto a taxa de desligamento vai de 42,6% para 49,5%.

Um primeiro indicador de rotatividade pode ser obtido com uma simples soma dos dois indicadores comentados acima. Chamamos de rotatividade bruta de trabalhadores (T) a soma das taxas de admissão e desligamento num dado instante de tempo (ano, no nosso caso). A evolução desse indicador de rotatividade no período 1996-2010 pode ser visualizada

4. O valor exato é 46,2%.

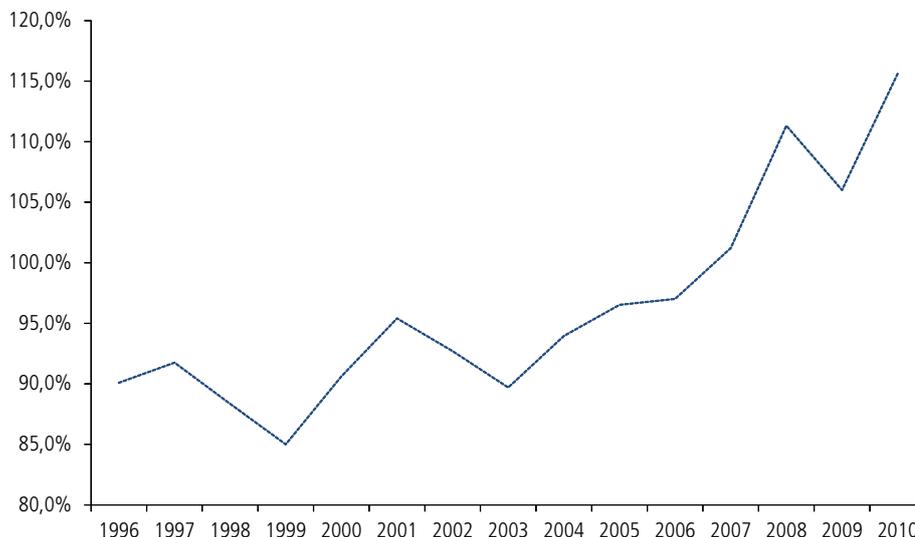
5. Essa média é computada tomando os estoques de postos ocupados ou vínculos empregatícios ativos de 31/12/1995 e 31/12/1996.

na linha cheia do gráfico 2.⁶ Para uma melhor interpretação das magnitudes exibidas no gráfico, note que o valor em 2007 era próximo a 100%. Isso significa que, em 2007, o número de admissões ou desligamentos ao longo do ano foi igual ao número médio de vínculos ocupados, o que sugere uma rotatividade muito alta no mercado de trabalho brasileiro.⁷

GRÁFICO 2

Evolução da taxa bruta de rotatividade de trabalhadores

(Em %)



Fonte: Rais/MTE. Elaboração própria.

Como era de se esperar, dada a tendência de aumento tanto nas admissões como nos desligamentos, a evolução da rotatividade bruta de trabalhadores também apresenta uma tendência de aumento, passando de uma média de 89,2% entre 1996 e 2000 para 106,2% entre 2006 e 2010.

Em suma, a análise dos fluxos de trabalhadores no setor formal do Brasil entre 1996 e 2010 aponta para um aumento da rotatividade bruta de trabalhadores, que, por sua vez, foi motivada por altas tanto no fluxo de admissões como no de desligamentos. Estas admissões e desligamentos podem ter sido induzidos pela expansão do emprego nas empresas ou pela substituição de trabalhadores em postos de trabalho já existentes. Para distinguir os dois efeitos, no que segue iremos analisar os indicadores de fluxos de postos de trabalho.

Esses indicadores se baseiam na ideia de que em um mesmo instante de tempo pode haver empresas ajustando o seu nível de emprego tanto para baixo como para cima. Ou seja, é possível que num dado ano algumas empresas tenham criado novos postos de trabalho enquanto outras tenham destruído parte de seus postos de trabalho. Mais uma vez, uma análise baseada em variações líquidas agregadas não refletiria a criação e a destruição em cada empresa.

6. Há outras medidas de rotatividade nas publicações acadêmicas. Uma delas é o menor valor entre admissões e desligamentos, para tentar capturar quantos trabalhadores foram substituídos sem expansão do emprego. Ao contrário, nossa medida busca refletir a total extensão das movimentações de trabalhadores e de postos de trabalho, seja para substituição, seja para suprir a expansão do emprego, e seja para admissões ou desligamentos, visto que ambos geram custos para as empresas e os trabalhadores.

7. A esse respeito vale destacar a taxa de 116% registrada em 2010. Note ainda que a rotatividade no setor informal tende a ser maior, de acordo com cálculos baseados na Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

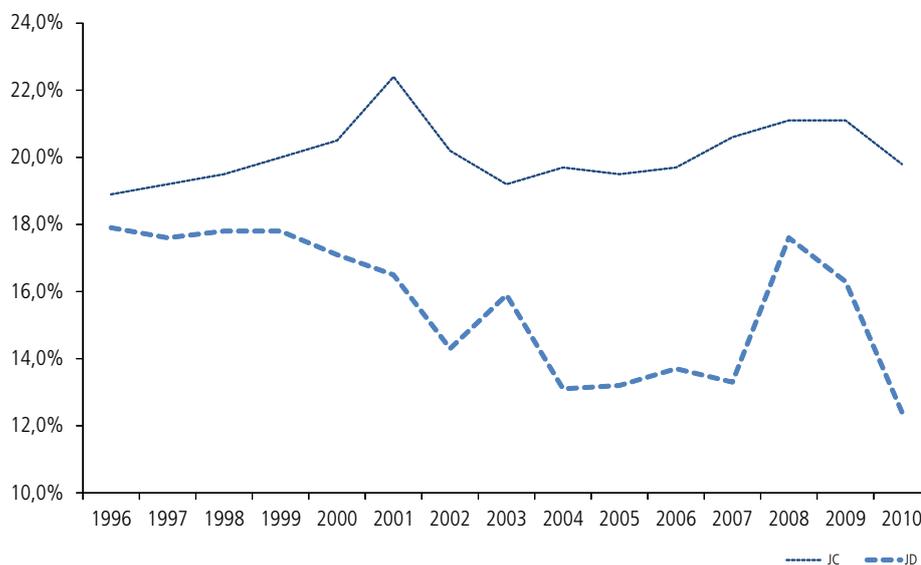
O nosso indicador de criação de postos de trabalho (JC) agrega as variações positivas de emprego entre dois anos consecutivos, enquanto o nosso indicador de destruição de postos de trabalho (JD) agrega as variações negativas de emprego entre dois anos consecutivos. De forma análoga aos indicadores de fluxo de trabalhadores normalizamos os indicadores de fluxo de postos de trabalho pelo estoque de postos de trabalho médio entre os dois anos em questão. Uma definição mais precisa pode ser visualizada no apêndice A ao final da nota.

O gráfico 3 registra a evolução desses indicadores entre os anos 1996 e 2010. Para exemplificar como devem ser interpretados esses indicadores, vamos comentar o primeiro valor da série de criação de postos de trabalho, que está em torno de 19% no ano de 1996.⁸ Isso significa que o total de abertura de novos postos de trabalho entre 1995 e 1996 corresponde a cerca de 19% da média do volume de postos de trabalho registrados nesses anos. Ou dito de outra forma, de cada dez postos de trabalho registrados, cerca de dois não existiam no ano anterior.

GRÁFICO 3

Evolução das taxas de criação (JC) e destruição (JD) de postos

(Em %)



Fonte: Rais/MTE. Elaboração própria.

Dois fatos sobressaem numa primeira análise desse gráfico em relação à evolução temporal desses indicadores. Em primeiro lugar, podemos notar que o indicador de criação de postos é sempre superior ao de destruição entre 1996 e 2010, da mesma forma que o de admissões é sempre superior ao de desligamentos.⁹ Em segundo lugar, a taxa de criação de postos é relativamente estável, enquanto a taxa de destruição de postos oscila muito mais em torno de sua média.¹⁰ Essa maior oscilação pelo lado da destruição parece estar relacionada a uma maior sensibilidade desse indicador às flutuações macroeconômicas.¹¹ Um

8. O valor exato é 18,9%.

9. Em tese o saldo entre admissões e desligamentos deveria coincidir com aquele entre criação e destruição de postos de trabalho. Contudo essa coincidência não aparece nos dados da Rais.

10. Esse fato pode ser confirmado computando o desvio-padrão de cada série. Essa estatística alcança o valor de 0,009 para a série de criação de postos de trabalho e de 0,021 para a de destruição de postos de trabalho.

11. Esse fato pode ser confirmado computando o coeficiente de correlação entre cada uma das séries e um indicador de ciclo econômico. Usando o saldo líquido da variação de emprego como indicativo do ciclo econômico, temos uma correlação de 0,35 entre taxa de criação de postos e ciclo; e uma correlação de -0,91 entre taxa de destruição e ciclo. Lembramos que o coeficiente de correlação está limitado entre 0 (nenhuma associação entre as variáveis) e 1, em valor absoluto (relação linear perfeita entre as variáveis).

olhar mais atento nos indica que a taxa de criação de postos de trabalho apresentou uma leve tendência de alta no período analisado, enquanto a taxa de destruição de postos de trabalho apresentou uma tendência mais marcante de queda. Isso fica claro na medida em que contrastamos as médias computadas para os cinco primeiros (1996-2000) e os cinco últimos anos (2006-2010) das séries. Enquanto a média da taxa de criação sai de 19,6% no primeiro quinquênio e alcança 20,5% no último quinquênio, a taxa de destruição de postos de trabalho vai de 17,6% para 14,7% nos mesmos períodos.

Esses fatos destacados acima podem nos ajudar a entender melhor a *performance* recente do mercado de trabalho brasileiro, em particular no que tange à queda acentuada do desemprego e da informalidade no período analisado aqui. Além do saldo positivo entre criação e destruição, tal como mencionado para admissões e desligamentos, há que se destacar uma tendência de aumento deste saldo mais evidente nos indicadores de fluxos de postos de trabalho. Por um lado temos um aumento da criação de novos postos e, por outro, uma queda na destruição dos postos de trabalho. Além disso, as diferenças anuais na tendência do emprego agregado parecem se dever muito mais à intensidade da destruição do emprego do que à retração na criação dos mesmos.

Um primeiro indicador de rotatividade pode ser obtido com uma simples soma dos dois indicadores comentados acima. Chamamos de realocação bruta de postos de trabalho (GJR) a soma dos postos criados e destruídos num dado instante de tempo. A relação entre realocação bruta de postos e rotatividade de trabalhadores é imediata se atentarmos para o fato de que a movimentação de postos por trás desse indicador implica movimentação para os trabalhadores que ocupavam ou passaram a ocupar os postos em questão. Ou seja, toda criação ou destruição de postos de trabalho ou vínculo está associada a uma admissão ou desligamento, respectivamente.

A evolução desse indicador de rotatividade no período 1996-2010 pode ser visualizada na linha cheia do gráfico 4. É possível notar que a evolução da realocação total de postos de trabalho apresenta uma leve tendência de queda, passando de uma média de 37,3% entre 1996-2000 para 35,1% entre 2006 e 2010. Note-se que as magnitudes são bem significativas, pois em ambos os períodos temos mais de um terço dos postos de trabalho sendo criado ou destruído anualmente. Voltando à evolução do indicador de rotatividade, pode-se constatar certa semelhança com a evolução do indicador de destruição de postos de trabalho reportada no gráfico 1. Essa semelhança no caso brasileiro decorre dos seguintes fatos: *i*) o indicador de destruição é um dos componentes do indicador de realocação total; e *ii*) o indicador de destruição é mais volátil do que o de criação, logo os seus movimentos são repassados ao indicador de realocação total.

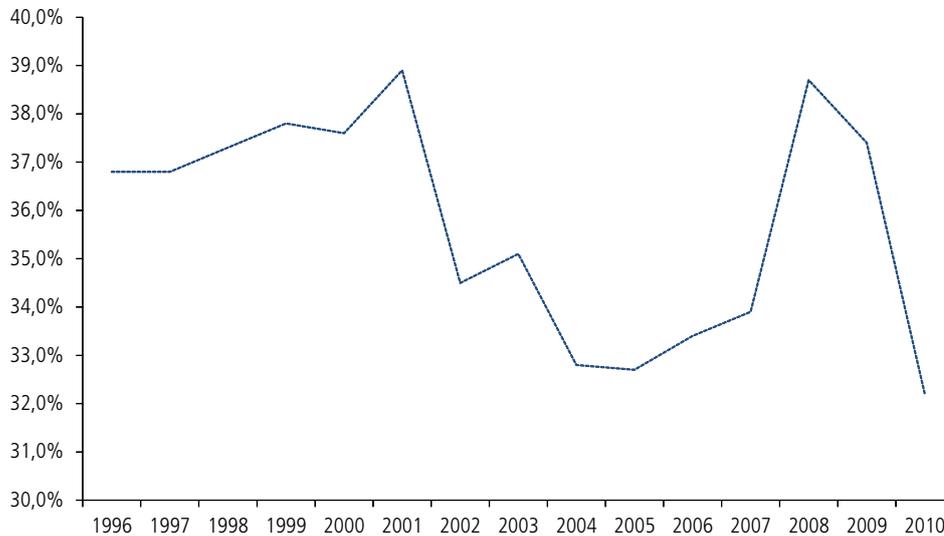
Em suma, vale ressaltar o interessante contraste entre os indicadores de fluxo aqui analisados. Por um lado, a rotatividade bruta de trabalhadores exhibe uma tendência de alta; por outro, a realocação bruta de postos de trabalho exhibe uma tendência de queda. Ou seja, o movimento de trabalhadores vem crescendo a despeito de uma diminuição na movimentação de postos de trabalho. A combinação desses fatos indica que está aumentando a rotatividade de trabalhadores para um dado estoque de postos de trabalho ou, se preferir, está aumentando a rotatividade de trabalhadores por firma.

Esse fato é preocupante, uma vez que maior rotatividade nas firmas tende a estar associada a menor permanência no emprego e, portanto, menor acúmulo de experiência

para os trabalhadores. Logo, seria oportuno tentar compreender o que está por trás dessa alta na rotatividade dos trabalhadores.

GRÁFICO 4

Evolução da taxa de realocação bruta de postos de trabalho (GJR)
(Em %)



Fonte: Rais/MTE. Elaboração própria.

Essa maior rotatividade por firma poderia ser em tese provocada por um aumento na participação de trabalhadores com características associadas a maior rotatividade, por exemplo, jovens, indivíduos com baixa escolaridade. Porém, a nota anterior nos mostrou uma diminuição da participação de jovens e de indivíduos com baixa escolaridade na força de trabalho.

Outra possível causa, que nos parece mais promissora, é o aumento na participação de firmas com características associadas a maior rotatividade, que são as firmas pequenas, e/ou do setor terciário. Podemos citar também a nota anterior (de autoria de Ana Luiza Barbosa) para lembrar que, de fato, a participação de serviços e comércio subiu bastante na composição do emprego.

REFERÊNCIAS

BLANCHARD, O.; DIAMOND, P. The flow approach to labor market. **American Economic Review**, Papers and Proceedings, v. 82, p. 354-359, 1992.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, L. S. **Criação, destruição e realocação do emprego no Brasil**. Brasília: Ipea, 2006.

DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: Dieese, 2011.

APÊNDICE A

Apresentamos aqui as expressões matemáticas utilizadas nas estimativas. Todas elas utilizam o número de vínculos (ou postos de trabalho ocupados) médio para um ano, representado por X_t na fórmula abaixo:

$$X_t = (N_t + N_{t-1})/2$$

em que N_t é o número de postos de trabalho do ano t .

A taxa de admissão para um ano é dada pela soma de todas as admissões em todas as empresas i durante o ano (h_{it}), dividida pelo número de empregos médios no ano:

$$H_t = \sum_i h_{it}/X_t$$

A taxa de desligamentos para um ano é dada pela soma de todos os desligamentos em cada empresa i durante o ano (s_{it}), dividida pelo número de empregos médios no ano:

$$S_t = \sum_i s_{it}/X_t$$

A taxa de rotatividade de trabalhadores (T) é a soma das taxas de admissão e desligamento em um dado instante de tempo (ano, no nosso caso):

$$T_t = H_t + S_t = \sum_i (h_{it} + s_{it})/X_t$$

A taxa de criação de postos (JC) agrega as variações positivas de emprego em cada empresa i na economia entre dois anos consecutivos (N_{it} e N_{it-1}), relativo ao emprego médio no ano:

$$JC_t = \sum_i (N_{it} - N_{it-1})/X_t \text{ para } (N_{it} - N_{it-1}) > 0.$$

A taxa de destruição de postos (JD) agrega as variações negativas de emprego em cada empresa i na economia entre dois anos consecutivos (N_{it} e N_{it-1}), relativo ao emprego médio no ano, em valor absoluto:

$$JD_t = \sum_i |(N_{it} - N_{it-1})|/X_t \text{ para } (N_{it} - N_{it-1}) < 0.$$

Chamamos de realocação bruta de postos de trabalho (GJR) a soma dos postos criados e destruídos em um dado instante de tempo, ou seja, a soma das taxas de destruição e criação:

$$GJR_t = JC_t + JD_t.$$

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

MICROFINANÇAS: ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA

Idalvo Toscano

AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E OS EFEITOS DA SÚMULA 262 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

Maria Edite Machado Oliveira da Silva

Nara Eloy Machado da Silva

A EXPERIÊNCIA DE FOMENTO PÚBLICO A FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO NORDESTE: O CASO DA REDE BODEGA

Alcides Gussi

Claricio dos Santos Filho

Gláucia Furtado Brasil de Almeida

INTRODUÇÃO

A seção Economia Solidária e Políticas Públicas do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* realiza, em 2012, um processo novo de publicação de textos. Diferentemente dos anos anteriores, quando os autores eram convidados a escrever os artigos para esta seção, este ano foi aberta uma chamada de artigos para serem selecionados e publicados nos quatro números deste ano.

Até o dia 10 de janeiro de 2012 recebemos 19 artigos, que foram agrupados de acordo com diversas temáticas. Continuaremos a receber trabalhos para os próximos números, de acordo com a chamada pública disponível no *site* do Ipea. Assim, para este número 50 do boletim, foram selecionados três textos, que tratam da temática *Finanças Solidárias*, a partir de diferentes perspectivas. Os textos foram ordenados partindo de uma visão mais geral sobre a temática até a análise de casos particulares.

Abrindo a sessão, o artigo de Idalvo Toscano, denominado *Microfinanças: elementos para uma política pública*, apresenta uma crítica importante ao atual modo de funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Segundo o autor, o SFN, como é estabelecido na Constituição Federal, deve ser estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, necessitando, para isto, ser adequadamente regulado – o que não acontece na prática. Não se percebendo a questão das finanças como política pública, afirma o autor, a possibilidade de desenvolvimento socioterritorial se reduz drasticamente. Nesse sentido, o acesso a serviços financeiros precisa ser compreendido como um direito de toda a sociedade, devendo ser garantido pelo Estado. Por isso, a urgência de se afirmar, no Brasil, a necessidade de um marco regulatório específico para o segmento de crédito popular e solidário que possibilite às organizações que atuam na área de “microcrédito” se viabilizarem. Isso poderia difundir e diversificar a prestação desses serviços nos territórios, democratizando seu acesso.

Um dos atores mais importantes a ser considerado nos sistemas de finanças solidárias são as cooperativas de crédito. Nesse sentido, o segundo artigo desta seção, de Maria Edite Machado Oliveira da Silva e Nara Eloy Machado da Silva, aparece como um facho de luz neste campo ainda nebuloso. Em seu trabalho, intitulado *As cooperativas de crédito e os efeitos da súmula 262 do Superior Tribunal de Justiça (STJ)*, as autoras discutem a exceção estabelecida à súmula do STJ, de abril de 2002, que prevê que deve incidir “imposto de renda sobre os resultados das aplicações financeiras realizadas pelas cooperativas”. O artigo esclarece que as aplicações financeiras são atos essenciais às cooperativas de crédito e por isso configuram ato cooperativo, o qual, normalmente, não pode ser tributado. Adotando esse entendimento, em outubro de 2009, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou esta decisão, que tem consequências muito positivas para promover as cooperativas de crédito como agentes de transformação social.

Encerrando esta seção, o terceiro artigo tem como tema *A experiência de fomento público a fundos rotativos solidários no Nordeste: o caso da Rede Bodega*. Escrito por Alcides Gussi, Clarício dos Santos Filho e Gláucia Furtado Brasil de Almeida, o texto apresenta a experiência desta rede, formada por 50 grupos produtivos e apoiada dentro do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) – financiado por recursos não reembol-

sáveis oriundos de parcela do lucro do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Segundo os autores, a noção de gestão social compartilhada de recursos públicos é uma especificidade que decorre da prática ancestral dos Fundos Rotativos Solidários. No contexto atual, esta pode ser uma orientação metodológica fundamental a ser considerada na construção de um programa de finanças solidárias de caráter emancipatório, com vistas a uma política nacional de financiamento da economia solidária.

MICROFINANÇAS: ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA*

Idalvo Toscano**

(...) *devemos discutir se o sistema bancário brasileiro é adequado à realidade nacional*

(Marcio Pochmann, 2011)¹

1 INTRODUÇÃO: O PROBLEMA

As questões que envolvem finanças, em particular bancos, são habitualmente tratadas com muito descaso, ou por desconhecimento ou por “propaganda enganosa”: *“trata-se de algo muito especializado que requer conhecimentos acadêmicos e, assim, não é para qualquer um!”*

No mais das vezes, é difundida a acessibilidade ao conhecimento técnico, como condição primordial para que o “homem comum” possa emitir sua opinião sobre assuntos que direta e cotidianamente o atormentam, tais como a economia, as finanças e os bancos, mesmo quando estes exigem sacrifícios sem limites para que “dívidas” sejam pagas religiosamente por todos os cidadãos.²

Todavia, a sociedade é que é credora dos bancos, pois lhes permite criar mais – muito mais! – meios de pagamento do que o dinheiro colocado pelo Estado em circulação e, com isto, permite que eles “lucrem” ainda que diante de situações de pauperização da sociedade, como estamos assistindo na Europa.

* As opiniões expressas neste artigo são de inteira responsabilidade do autor e não refletem sob nenhum aspecto o pensamento oficial do Banco Central do Brasil (BCB).

** Economista com formação em Planejamento Urbano na Fundação Getulio Vargas (FGV/SP); funcionário do BCB; ativista do movimento de Economia Solidária.

1. Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). 5. ed. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2011. Disponível em: <<http://agencia.ipea.gov.br/>>

2. “É preciso analisar a crise atual com base nas categorias de uma crise de fé – portanto, uma crise religiosa, não apenas de confiança. Estamos sob domínio de um feixe de crenças e credulidades segundo as quais não há, diante dos novos deuses coroados que são os mercados financeiros, outra atitude exceto os sacrifícios. E *sacrifícios humanos!* Cada anúncio de um plano de austeridade implica mais desemprego, menos leitos hospitalares, menos educação” (VIVERET, 2011, grifos nossos).

Mas que mistério reside nessas instituições que têm como matéria-prima a moeda que o Estado emite? Que mágica permite que os bancos *emprestem* muito além dos recursos de que dispõem, criando dívidas diversas – empréstimos, cartões, cheques, cheques especiais etc?³

A resposta a ambas as questões reside no fato de suas atividades serem exercidas a partir da CONFIANÇA que as sociedades têm nas instituições fundamentais ao seu funcionamento: o *Estado*, a *moeda* e, em decorrência, os *bancos*, que funcionam como uma bomba a irrigar a economia com os recursos necessários ao seu funcionamento, recursos estes que vêm dos próprios usuários de seus serviços.

Os bancos são autorizados a funcionar pelo Poder Executivo – Banco Central do Brasil (BCB) – com o objetivo de desempenhar um papel socialmente relevante e suas atividades estão regulamentadas pela Lei nº 4.595/1964, complementar à Constituição Federal (CF).

Todavia, aquelas atividades nem sempre observam as disposições legais! Vejamos o que nos diz o Artigo 192 da Carta Magna:

Art. 192 – O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a *promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade*, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, *será regulado por leis complementares* que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram (grifos nossos).

Este aspecto, entretanto, nunca foi regulamentado, sendo desnecessário sublinhar que tal se deu, fundamentalmente, por pressão do Sistema Financeiro Nacional (SFN) que não deseja mudanças no *status quo*.

Mas não somente por falta de regulamentação do artigo 192, o SFN opera à margem da legislação: a Lei nº 4.595/1964 (em vigor) estabelece que:

Art. 29 – As instituições financeiras privadas deverão aplicar, de preferência, *não menos de 50% (cinquenta por cento) dos depósitos do público* que recolherem, na respectiva Unidade Federada ou Território (grifo nosso).

Isto tem implicações diretas na provisão de créditos, financiamentos e serviços financeiros às comunidades empobrecidas e são aspectos vitais à vida das mesmas. Arriscaríamos afirmar que os desequilíbrios na renda pessoal, funcional e regional seriam hoje bem diferentes caso as estipulações do Artigo 29 tivessem sido cumpridas. É inequívoco que as atividades econômicas populares carecem de estrutura de crédito e financiamento voltada às suas demandas e com inserção territorial significativa, sem o que se reduz drasticamente a possibilidade de desenvolvimento socioterritorial.⁴

2 OS PROJETOS DE INCLUSÃO FINANCEIRA

A ausência do Estado no cumprimento das disposições constitucionais, ao tempo em que fragiliza os esforços de erradicação da miséria, fortalece a imposição de regras estritamente financeiras para fazer chegar seus serviços ao “pisso inferior da economia”. Isto se torna trans-lúcido na afirmação do ex-presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Fábio

3. (Trata-se) “... da criação de novo poder de compra a partir do nada (...) o banqueiro não é primariamente tanto um intermediário da mercadoria ‘poder de compra’, mas um produtor dessa mercadoria” (SCHUMPETER, 1982 grifo nosso).

4. Ver Toscano *et al.* (2011).

Barbosa:⁵ “A sociedade precisa escolher entre o desejo de bancarização (a popularização do banco) e o desejo de taxas menores de juros. (...) As duas coisas podem ser incompatíveis”.

Vemos, pois, tratar-se de uma questão política que submete o interesse coletivo à lucratividade e aos desígnios das instituições financeiras: mesmo não sendo incomum o Estado se omitir frente aos interesses da maioria, pois estamos em uma sociedade de classes, e ainda que em presença de pressão popular, os interesses dominantes prevalecem. Isto, contudo, não significa afirmar a impossibilidade de conquistas, mas para tanto, mais que “habitar” as estruturas do poder estatal, há que se mobilizar “as ruas”: sem organização e com desconhecimento, o resultado é a inatividade e a prevalência da ótica financista a guiar políticas públicas.

Por outro lado, há sobejas razões estruturais para o inadequado funcionamento do SFN *vis-à-vis* os mais amplos projetos de desenvolvimento socioeconômico debatidos no país: a extrema concentração e as elevadas taxas de juros praticadas são dois dos principais aspectos.⁶

No início da década em curso, já no mandato do presidente Lula, houve o esforço de fazer chegar às pessoas de menor renda alguns serviços bancários; tratava-se do programa de “bancarização”, que permitia o acesso a contas bancárias, sem entraves burocráticos. Isto foi um passo decisivo no processo de inclusão no sistema financeiro de parcela da população que nunca havia tido acesso ao mesmo.

Mais recentemente, duas novas iniciativas caminharam na mesma direção: o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)⁷ e o Programa de Inclusão Financeira, coordenado pelo BCB, que tem na figura dos “correspondentes bancários” seu braço operacional.⁸

Sobre o PNMPO há um relativo entendimento, mesmo dentro do governo, de que seus resultados foram aquém das expectativas, principalmente por reger-se por princípios de mercado, dentre os quais é apontado o risco de crédito para as instituições concedentes de *funding*.

Este último programa objetiva fazer chegar aos 1.997 municípios sem nenhum atendimento e aos 53 milhões de brasileiros sem contas bancárias, serviços financeiros básicos: pagamento/recebimento de obrigações, abertura de conta de depósito/poupança, transferências e concessão de crédito/financiamento por intermédio de correspondentes bancários – postos de gasolina, farmácias, lotéricas, armazéns etc.⁹

A principal crítica que assumimos reside na constatação de que seus propósitos se confrontam nitidamente com os direitos trabalhistas históricos dos empregados em bancos, uma vez que transfere parte das funções inerentes a estes trabalhadores a comerciários que, além de suas atividades habituais, passam a atuar como se bancários fossem, em desrespeito à legislação vigente e em detrimento de aspectos como segurança, jornada de trabalho e outras prerrogativas arduamente conquistadas ao longo de anos e anos de lutas trabalhistas da categoria.¹⁰

5. Entrevista concedida aos jornalistas David Friedlander e Ricardo Grinbaum. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,fabio-barbosa-inclusao-social-e-spread-menor-podem-ser-incompativeis,58310,0.htm>>

6. Informações estatísticas sobre o SFN podem ser consultadas em Toscano *et al.* (2011).

7. Considerações mais detalhadas do PNMPO podem ser encontradas em Toscano (2005).

8. Os correspondentes bancários têm como marco legal a Resolução nº 3.954/2011, do BCB.

9. Transcrito parcialmente do trabalho de Toscano *et al.* (2011).

10. Transcrito parcialmente do trabalho de Toscano *et al.* (2011). Para maiores informações sobre o programa, consultar o site: <http://www.bcb.gov.br>

Nos anos recentes, a Secretaria de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) instituiu o Programa de Apoio aos Bancos Comunitários que:

(...) são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais (...). [objetivam] promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda (...) baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos (...).¹¹

Tais instituições operam como correspondentes dos bancos públicos; não chegam a consolidar mecanismos capazes de estruturar processos de desenvolvimento territoriais e, neste sentido, subordinam-se à lógica das finanças de mercado.

Representam, todavia, avanços significativos no acesso a serviços bancários básicos, mas são incapazes de estruturar uma política de direito aos serviços financeiros pelas comunidades empobrecidas.

É nosso firme entendimento que os esforços despendidos até o momento perseguiram o propósito de atrair as instituições de mercado à prestação de serviços financeiros naqueles territórios onde estas se mostraram ineptas a atuar, quer por não terem sido estruturadas para tal, quer por não encontrarem naqueles uma rentabilidade que pudesse atraí-las e, assim, viabilizá-las.

Não se trata de uma questão moral, mas de ausência de um Estado indutor de políticas sociais voltadas a combater as razões estruturais da produção das desigualdades sob o capitalismo e isto implica o reconhecimento do acesso aos *serviços financeiros* como um DIREITO inerente à cidadania.

3 SERVIÇOS FINANCEIROS COMO UM DIREITO

As previsões constitucionais anteriormente mencionadas deixam transparentes que o acesso a serviços financeiros é um direito de toda sociedade. Contudo, cumpre-nos destacar a existência de tratamento específico ao tema, conferido pelos diversos Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH).¹²

Neste sentido, como não se viabilizam as determinações constitucionais e se “tropeça” na operacionalização dos programas já criados, faz-se necessário, sob a ótica de um DIREITO, que o Estado assuma a competência de *garanti-lo*. Isto, entretanto, requer a consolidação de estruturas *específicas*, com atuação em âmbito local e forte identidade comunitária: autênticos “bancos populares”.

O Brasil carece de um marco regulatório específico que possibilite às entidades da sociedade civil que atuam na área de “microcrédito” se viabilizar, tanto do ponto de vista financeiro, como no do desenvolvimento de tecnologias apropriadas à oferta de serviços financeiros mais amplos: as microfinanças.

Com vistas a superar este obstáculo, a Deputada Luíza Erundina – Partido Socialista Brasileiro (PSB-SP) apresentou uma regulamentação ao Artigo 192 da CF criando e reconhecendo o segmento de Crédito Popular e Solidário, ora em tramitação na Câmara dos Deputados.¹³

11. Ver Melo Neto Segundo (2009).

12. PNDH, alínea 382, Decreto nº 4.229, de 13 de maio de 2002, DOU de 14/5/2002 (disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2002/4229> e PNDH – o PNDH-3, de 2010; II – Eixo Orientador II: Desenvolvimento e Direitos Humanos. Diretriz 4 Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010; p. 33.

13. Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2006, <<http://www.camara.gov.br>>

Não obstante a relevância da iniciativa, ao projeto em questão não tem sido conferida a importância devida, sendo notória a desinformação sobre o mesmo advinda dos próprios órgãos do Poder Executivo, como é o caso do BCB que, por sua procuradoria, entendeu tratar-se de um “sistema de crédito paralelo”, o que nos parece profundamente equivocado e tecnicamente inconsistente, uma vez que todo fluxo monetário que transita pelos Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário, previstos no PLP, terá fatalmente como desaguadouro os bancos integrantes do SFN que, estes sim, criam moedas como anteriormente já assinalado.¹⁴

Mas não estamos a considerar exclusivamente a viabilização de mecanismos de crédito/financiamento por intermédio de instituições populares: os fundos rotativos solidários, fundos de investimentos solidários e uma legislação mais “amigável” ao cooperativismo de crédito se inserem, também, no reconhecimento de serviços financeiros cidadãos.

4 AS MICROFINANÇAS COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA

Constatado o fato de que uma política de inclusão financeira deva ser induzida pelo Estado como uma questão de DIREITO e, ademais, constatada a impossibilidade de implementá-la a partir das instituições convencionais de mercado, resta-nos indagar como promover esta autêntica revolução que seria a estruturação de instituições de prestação de serviços financeiros de caráter popular.

À parte insistir na premente necessidade de constituição de um marco legal *específico* para o segmento de crédito popular e solidário, alinhamos algumas ideias que, quiçá, sirvam para reflexão aos interessados pelo tema.

A questão inicial é como fazer chegar serviços financeiros às comunidades não servidas pelos bancos tradicionais. Quer nos parecer que as instituições da sociedade civil se prestam adequadamente a tal propósito e, destarte, seria este o modelo institucional a ser perseguido: serviços financeiros locais a partir de organizações sem fins lucrativos.¹⁵

O CrediAmigo, programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao contrário do que habitualmente se pensa, não é operado diretamente pelo BNB, mas pelo Instituto Nordeste Cidadania (INEC), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) “que tem como missão contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de comunidades urbanas”.¹⁶

A realidade nos traz, pois, o ensinamento de que o que se verifica na maior parte dos países que implementaram programas de microcrédito exitosos é que o fizeram por intermédio de instituições sem fins lucrativos, com forte inserção na comunidade e apoiada por uma política pública consistente.

Assim, a exemplo de outras iniciativas de governo – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Bolsa Família (PBF), aposentadorias rurais etc. –, defendemos a opinião de que uma política deste tipo contrate a prestação dos serviços de microfinanças a serem disponibilizados ao “andar de baixo” da economia, estabelecendo:

- 1) O universo a ser atingido – comunidades, territórios, serviços etc.

14. Ver BCB (2003 *apud* Freire, 2011).

15. Ver Toscano *et al.* (2011), em especial o item 4, *Alternativas em época de crise planetária: o desenvolvimento territorial*.

16. Informações disponíveis em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos_e_servicos/crediamigo/docs/relatorio_2011_portugues.pdf>

- 2) As metas a serem alcançadas – qualitativas, quantitativas e financeiras.
- 3) Os parâmetros a serem perseguidos – inadimplência, juros, custos operacionais, remuneração pelos serviços prestados etc.
- 4) As linhas de financiamento das carteiras de crédito das instituições (os recursos teriam origem nos 2% dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais que hoje se destinam ao microcrédito).
- 5) Um seguro de “risco de crédito” para os valores captados junto aos bancos comerciais (item anterior). O atual Fundo Garantidor de Créditos (FGC)¹⁷ prestar-se-ia perfeitamente bem a tanto, a depender exclusivamente de regulamentação neste sentido da parte do BCB.
- 6) As prestadoras desses serviços financeiros, com *expertise* em atividades sociais, seriam selecionadas mediante concurso de projetos.
- 7) A supervisão e a fiscalização do cumprimento do ajuste firmado para a prestação deste tipo de serviço ficariam a cargo de órgão público com atuação regionalmente descentralizada.
- 8) Uma política voltada à consolidação das instituições contratadas como “bancos populares” as quais, após o cumprimento das metas de viabilidade econômico-financeira propostas, se legitimariam como uma “rede de serviços financeiros populares”, autonomamente constituída.
- 9) A participação da população local no capital da instituição como uma espécie de “acionista” com o propósito de torná-la autênticos “bancos do povo”.
- 10) Restrições à participação de empresas do segmento financeiro de mercado com o objetivo de lucro.
- 11) O incentivo a mecanismos que promovessem a internalização da renda local mediante o uso de cartões de crédito comunitários, moedas sociais etc.

Não pretendemos esgotar o enorme potencial de desenvolvimento territorial que teria uma política deste tipo e, tampouco, arrolar todos os pressupostos que lhes seriam inerentes. Os aspectos assinalados servem como guia na ordenação de uma política do tipo, mas não esgota o campo de suas possibilidades.

Contudo, destacamos dois pontos cruciais:

- a consolidação de uma rede de prestadores de serviços microfinanceiros, de caráter territorial, a exemplo do que é hoje a rede de bancos comunitários, todavia, mais generosa e cidadã; e
- o estabelecimento de critérios operacionais que estimulasse a busca de eficiência por estas instituições populares.

Importa sublinhar, destarte, que a prestação de serviços financeiros pode acolher inúmeras outras iniciativas, tanto públicas quanto privadas, programas de governos locais, instituições oficiais e de mercado, com atuação independente ou em parceria entre si.

17. Resolução nº 2.197, de 31/8/1995, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O grande desafio é pulverizar e diversificar a prestação desses serviços; quem sabe, assim se consiga construir um sistema financeiro adequado à realidade socioeconômica do país.

Por fim, a assertiva atribuída a Aristóteles¹⁸ consagra o princípio de justiça e reflete nosso entendimento da problemática:

“Tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”.

REFERÊNCIAS

BCB – Procuradoria-Geral. Processo nº 00301221256. PLP 88/03 – Sistema Nacional de Crédito e Desenvolvimento Solidário, 2003 *apud* FREIRE, M. V. **Moedas sociais**: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2011. Mimeografado.

MELO NETO SEGUNDO, J. J. **Bancos comunitários – le monde diplomatique** – 2009. Disponível em: <<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=430&PHPSESSID=18ca6c819b72e23990066e79e31931bc>>

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 53 (Os Economistas).

TOSCANO, I. *et al.* Um sistema financeiro à margem da lei? Bancos brasileiros, o “circuito inferior da economia e a construção de alternativas”. ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FINANÇAS SOLIDÁRIAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – NESOL/USP, 7 2011. Disponível em: <<http://cirandas.net/nesol-usp/eventos/vii-eies/fs03.pdf>>

TOSCANO, I. **O PNMPO decola? Prós e contra de uma política social de mercado**. 2005. Disponível em: <http://www.fbcs.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=394&limitstart=0&order=date&dir=AS&Itemid=216>

VIVERET, P. Para salvar a Europa e o planeta. **Boletim Outras Palavras**, 25.11.2011. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2011/11/25/viveret-em-resposta-a-crise-uma-nova-agenda/>>

18. Aristóteles, um dos mais importantes filósofos gregos, nasceu em 384 a.C., na cidade antiga de Estágira, e morreu em 322 a.C.

AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E OS EFEITOS DA SÚMULA 262 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)*

Maria Edite Machado Oliveira da Silva**

Nara Eloy Machado da Silva***

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo de crédito no Brasil, que atualmente experimenta uma fase de expansão nos mais diversos segmentos da sociedade, vem se desenhando como um mecanismo de relevância para a construção de uma estratégia organizacional, ampliando de forma significativa sua *performance* no mercado financeiro.

Discorre Moreira (2005, p. 28) que “a cooperativa de crédito é o instrumento da sociedade, para ter acesso a operações e serviços de natureza bancária, de maneira a promover a inclusão social e a agregação de renda na comunidade que a cerca”.

Visando atender aos objetivos sociais dos cooperados, as cooperativas de crédito realizam aplicações financeiras, que são ações fundamentadas como atos típicos dessas cooperativas que permitem criar oportunidades de geração de trabalho e renda, fomentando o crescimento da economia local, a descentralização da renda e a distribuição de riquezas.

Mediante esse contexto, foi possível discutir os efeitos e consequências da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), publicada em 8 de outubro de 2009, que adotou o entendimento de que as aplicações financeiras são atos essenciais às cooperativas de crédito e, por isso, configuram ato cooperativo, o qual, normalmente, não pode ser tributado. O processo que deu ensejo a esta decisão teve como partes envolvidas a Cooperativa de Crédito Vale do Itajaí (Viacredi) de Santa Catarina e a Fazenda Nacional, e defendeu a tese de que as aplicações financeiras compõem a essência das cooperativas de crédito, não se permitindo, portanto, a aplicação do teor da Súmula nº 262 do STJ. Tal decisão estabeleceu uma exceção a esta súmula, a qual foi aprovada por unanimidade pela primeira sessão no dia 25 de abril de 2002 e prevê: “Incide o imposto de renda sobre os resultados das aplicações financeiras realizadas pelas cooperativas”.

É importante salientar que é escassa a discussão deste tema dentro da literatura cooperativista. Para tanto, foram utilizadas neste trabalho ferramentas conceituais, normativas e

* Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito parcial para obtenção do título de tecnólogo.

** Discente do curso de tecnólogo em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

*** Professora-assistente da UFRB.

doutrinárias com a finalidade de consubstanciar elementos que permitirão melhor entendimento do tema em questão, tendo como foco as cooperativas de crédito, sua conceituação e suas atividades essenciais e as concepções de ato cooperativo e ato não cooperativo. Por fim, foi discutido o conteúdo da Súmula nº 262 do STJ, analisando efeitos e consequências para o funcionamento nas cooperativas de crédito em vista da recente decisão do STJ, que excluiu as cooperativas de crédito desta regra.

2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Este artigo tem como temática central os efeitos e consequências da Súmula nº 262 do STJ para o funcionamento das cooperativas de crédito, em vista do novo entendimento adotado pelos tribunais superiores quanto a não incidência de tributação sobre as aplicações financeiras das cooperativas de crédito, como uma exceção à referida súmula.

Foram desenvolvidos os seguintes objetivos: analisar os efeitos e consequências da Súmula nº 262 para o funcionamento das cooperativas de crédito; analisar a função típica das cooperativas de crédito; conceituar e analisar ato cooperativo e ato não cooperativo; analisar o conteúdo da Súmula nº 262 e identificar seus efeitos para as cooperativas de crédito no que diz respeito à isenção tributária do ato cooperativo.

3 REVISÃO TEÓRICA

3.1 Histórico do cooperativismo

O cooperativismo nasceu da necessidade da união de indivíduos com a finalidade de encontrar soluções para problemas de interesse comum. Esse instinto de ajuda mútua acompanha os seres humanos desde tempos remotos. Contudo, só a partir do século XVIII foram identificados meios que permitiram o desenvolvimento de mecanismos que nortearam a construção de tais ideais (BECHO, 2002).

Em 1844, na Inglaterra, “os pioneiros de Rochdale”, 27 homens e uma mulher, em plena Revolução Industrial, organizaram-se e constituíram a primeira cooperativa em Rochdale. Eles criaram os princípios que regem o cooperativismo, sendo mantidos até os dias de hoje, com pequenas alterações feitas em 1995, pela Aliança Cooperativista Internacional (ACI) (KOSLOVSKI, 2006).

No Brasil, a constituição da colônia Tereza Cristina, em 1847, foi o marco do sistema cooperativista no país (KOSLOVSKI, 2006). Em 1971, houve a promulgação da Lei nº 5.764/71, que veio definir a Política Nacional de Cooperativismo, instituindo o regime jurídico das sociedades cooperativas. Foi considerado o marco histórico que estabeleceu as diretrizes para regulamentação do cooperativismo na economia brasileira, regulamentando que: “As cooperativas são sociedades de pessoas com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza civil, não sujeita à falência, constituídas para prestar serviços aos associados.”

Conforme aborda a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2006), o cooperativismo traz na sua essência a singularidade de uma instituição democrática, idealizada para solucionar dificuldades comuns e essenciais ao ser humano. Sua eficácia tem sido evidenciada por toda parte onde os seus ideais são preservados e praticados, ocorrendo a aderência espontânea dos interessados que, ao se integrarem aos objetivos da cooperativa, passam a atender às suas necessidades e conseqüentemente fortalecer a sociedade nos aspectos socioeconômicos, culturais e conjunturais. Nesse contexto é que se discute o caso específico das cooperativas de crédito.

3.2 Cooperativas de crédito

O cooperativismo de crédito teve início no Brasil no ano de 1902 na cidade de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, pela iniciativa de Theodor Amstad, um padre suíço que constituiu a primeira cooperativa de crédito da América Latina. Assim, nos anos subsequentes as cooperativas expandiram-se pelo estado e posteriormente por todo o Brasil. Contudo, a promulgação da Lei nº 4.595 de 1964 (Lei da Reforma Bancária) trouxe a decadência às cooperativas de crédito no Brasil, em virtude de medidas arbitrárias, acompanhadas de cobranças, alterações e impedimentos formatados com o intuito de limitar e controlar as ações de tais sociedades cooperativas. Essas intervenções foram extremamente danosas ao cooperativismo de crédito, visto que das 72 cooperativas atuantes em 1967 no Rio Grande do Sul, uma década depois sobreviveram apenas 15 delas. O desenvolvimento das cooperativas de crédito foi recuperado mediante importantes conquistas consolidadas na Constituição Federal (CF) de 1988 que distinguiu a importância das cooperativas de crédito no cenário nacional (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2011).

As cooperativas de crédito revestem-se de particular relevância para a sociedade brasileira, na dimensão em que agenciam a aplicação de recursos privados e públicos, assumindo os riscos correlatos em benefício da comunidade em que estão inseridas. Elas são instituições que promovem o crescimento econômico e social, constituídas para oferecer soluções financeiras aos seus associados por meio de crédito com taxas menores, propiciando vantagens em relação aos bancos, oferecendo recursos e serviços com o objetivo de gerar emprego e renda aos cooperados. Nesse sentido, elas vêm ocupando lugar de destaque no Brasil, consolidando-se atualmente em quase todas as regiões (OCB, 2006).

Visando promover o empreendedorismo e o fortalecimento da compreensão da causa solidária, as cooperativas de crédito têm atuado de maneira significativa no desenvolvimento local, construindo iniciativas que resultam na descentralização da renda e geração de postos de trabalho, promovendo o empoderamento dos cooperados (OCB, 2006). Segundo Azevedo e Senne (2007), a CF as distingue das demais cooperativas, tipificando-as como instituições financeiras subordinadas ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), não sendo incluídas no tratamento tributário previsto na Lei nº 5.764/71, que rege as sociedades cooperativas.

No Brasil, as cooperativas de crédito, em situações específicas, precisam atuar no mercado ou com não associados tendo em vista atender a objetivos sociais. Entretanto, nesse processo, os resultados obtidos são considerados atos não cooperativos, devendo o referido evento ser contabilizado separadamente e tributado (KRUEGER, 2008).

3.3 Ato cooperativo

O ato cooperativo se apresenta como instrumento de grande valia dado o caráter constitutivo que estabelece às cooperativas, com forte embasamento no princípio da identidade com que as sociedades levam a termo o interesse dos cooperados (KRUEGER, 2008).

O estudo do ato cooperativo é recente, tendo como pioneiro dessa matéria o mexicano Antonio Salinas Puente, em 1954. No Brasil, o ato cooperativo passou a ser identificado pela nossa legislação com a Lei nº 5.764/71 que o definiu em seu Artigo 79.

Art. 79 - Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

Na Argentina, o ato cooperativo é disciplinado pelo Artigo 4º, da Lei nº 20.337/73, que informa (BECHO, 2005):

São atos cooperativos os realizados entre as cooperativas e seus associados e por aquelas entre si em cumprimento do objeto social e da consecução dos fins institucionais. Também o são, a respeito das cooperativas, os atos jurídicos que com idêntica finalidade realizarem com outras pessoas.

A legislação argentina vê o ato cooperativo com mais avanço e exige apenas que seu objeto social seja cumprido. Para ela, a relação com o mercado é ato cooperativo, desde que cumpra os fins institucionais. O Brasil permite apenas a relação entre cooperados e cooperativas. Com isso, a Argentina alcança maiores êxitos no cooperativismo e se encontra em vantagem em comparação ao Brasil.

Segundo Meinen (2003, p. 153)

O ato cooperativo é todo aquele que envolve iniciativa da cooperativa, na estreita dimensão do seu objeto social, visando unicamente aos interesses dos cooperativados, alcançando, além das relações tipicamente internas (cooperativa x associado x cooperativa), as atividades cuja natureza – conforme o plano de atuação – imponha a participação de terceiros.

Percebe-se, portanto, que a característica singular do ato cooperativo está presente no serviço prestado pelas cooperativas aos seus associados, sem intenção de lucro. Quanto ao sujeito e ao objeto, se a cooperativa estiver de acordo com as finalidades para as quais foi constituída, respeitando os seus princípios, constitui-se a existência do ato cooperativo.

3.4 Ato não cooperativo

O ato não cooperativo “é aquele ato normal da cooperativa, também chamado de negócio-fim, ou negócio principal, realizado dentro do objetivo social da empresa cooperativa, porém não realizado com associado, mas com terceira pessoa, a partir das autorizações constantes nos artigos 85, 86 e 88 da Lei nº 5.764/71,” (BECHO, 2002, p. 191).

Lima (1997, p. 56) retrata que:

Ato não cooperativo refere-se a um ajuizamento doutrinário edificado, oriundo do pensamento não exclusivista das relações entre as cooperativas e seus associados. São ações que se materializam entre terceiros e a cooperativa, contratadas com o intuito de alcançar um bem maior, ou objetivando buscar elementos que proporcionem ampliar o objeto da cooperativa.

Conforme abordado, o ato não cooperativo se materializa a partir do momento em que a sociedade cooperativa necessita contratar serviços de indivíduos ou de instituições financeiras que poderiam associar-se, mas assim não procederam, e, todavia, a cooperativa que oferece seus serviços a estes indivíduos ou instituições que reúnem as características que lhe permitiriam o ingresso, mas não o faz, teriam, dessa forma, o produto do serviço prestado a esta pessoa ou instituição tributado.

4 DISCUSSÃO

Conforme Cunha (1999, p. 124) “(...) As súmulas são enunciados que sintetizando as decisões assentadas pelo respectivo tribunal em relação a determinados temas específicos de sua jurisprudência, servem de orientação a toda comunidade jurídica.”

A Súmula nº 262 foi aprovada por unanimidade pela primeira sessão do STJ, em 25 de abril de 2002, e determina que “incide o imposto de renda sobre o resultado das aplicações

financeiras realizadas pelas cooperativas”. A referida súmula concretizou o posicionamento do STJ na época, sobre a tributação do resultado auferido pela aplicação financeira de sobra de caixa em sociedades cooperativas (KRUGER, 2008).

Com o objetivo de identificar contextos que concretizassem a harmonia jurisprudencial sobre o tema em foco, foram identificados objetos recorrentes apontando que os resultados assim obtidos apresentavam conotação explícita de especulação financeira, não se conjugando com a finalidade principal do sujeito societário, caracterizando atividade adversa ao objeto social.

Barros (2000) faz referência às diversas modalidades de sociedades cooperativas, dentre as quais se encontram as cooperativas de crédito. Tais sociedades têm por escopo apoiar o cooperado, através de subsídio de crédito, permanecendo o dinheiro, estritamente vinculado ao cerne da cooperativa em todas as suas etapas, enfatizando-se que todas as movimentações executadas, inclusive aplicações financeiras no mercado, têm por finalidade proporcionar e oferecer melhores opções de crédito aos cooperados.

As movimentações financeiras desenvolvidas pelas instituições financeiras e cooperativas de crédito são normatizadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Entretanto, mesmo subordinadas às mesmas regras, as cooperativas de crédito não se assemelham com os bancos, conservando suas características de cooperativas, posto que atuam sem a preocupação do lucro, visto que tudo o que sobra retorna direta ou indiretamente para quem gerou a receita (KRUEGER, 2008).

O ato cooperativo na cooperativa de crédito, conforme entendimento de Barros (2000), abrange o ciclo que compõe a dinâmica desenvolvida desde a captação de recursos até o empréstimo realizado ao cooperado, passando pela movimentação financeira da cooperativa, no intuito de resgatar os empréstimos concedidos. Nesse foco, é intrínseco o ato cooperativo às cooperativas de crédito, distinto das demais cooperativas, quanto à movimentação de dinheiro, através da captação de recursos, empréstimos e aplicações financeiras, e que as sociedades cooperativas não demonstram aptidão contributiva, por se pautarem a agir de maneira constante com o objetivo de atender às necessidades dos cooperados, que se identificam como os agentes beneficiários do processo.

Tendo em vista as especificidades que normatizam as cooperativas de crédito, que as distinguem das demais sociedades cooperativas, as decorrências da Súmula nº 262 do STJ não incidem sobre as mesmas. Torna-se evidente que os resultados obtidos pelas cooperativas de crédito provenientes de aplicações monetárias realizadas em cooperativas de crédito ou instituições financeiras comerciais integralizam o ato cooperativo, isentando-as assim da incidência de tributação. Embora o STJ não haja promovido reformulação ou emenda à Súmula nº 262, observa-se que a segunda turma do STJ já adotou o entendimento de que as aplicações financeiras das cooperativas de crédito não estão submetidas à incidência de tributos, posto que seja essencialmente ato cooperativo (KRUEGER, 2008), abrindo precedente para decisões semelhantes.

No julgamento do Recurso Especial nº 717.126/SC, realizado pela segunda turma do STJ, restou afastada a incidência do Imposto de Renda (IR) sobre os resultados de aplicações financeiras realizadas por cooperativas de crédito.

5 CONCLUSÕES

O entendimento atual acerca da Súmula nº 262 do STJ traz em sua essência um viés que assegura às cooperativas de crédito um diferencial em relação às demais cooperativas,

resguardando-as da incidência de tributação por entender que a aplicação financeira por estas realizadas constitui ato cooperativo típico. Dessa forma, faz-se necessário disseminar o conhecimento acerca da necessidade da prática do ato cooperativo e do ato não cooperativo, uma vez que tais ações se constituem como o fato basilar que permite às cooperativas de crédito atingir de modo pleno seus fins, e proporcionar da melhor forma possível serviços aos seus cooperados.

A decisão emanada pela segunda turma do STJ acatou o recurso que tinha como objetivo definir que as aplicações financeiras realizadas pela cooperativa de crédito Viacredi, do Vale do Itajaí em Santa Catarina são isentas da incidência do imposto de renda. Na prática, todas as cooperativas continuam pagando imposto de renda sobre aplicações financeiras, exceto as cooperativas de crédito, uma vez que, nessa hipótese, tal ato envolve a atividade fim da empresa (STJ, 2010).

Diante do cenário econômico atual, as cooperativas de crédito, hoje presentes em quase todas as regiões do Brasil, e em forte expansão, têm se mostrado como instrumentos de emancipação e empoderamento no que tange à melhoria das condições de vida daqueles cooperados que se beneficiam de suas operações, que oferecem alternativas de crédito e/ou produtos e serviços com custos mais baixos do que os apresentados pelas instituições financeiras públicas e privadas.

A partir do que foi visto, percebe-se, portanto, que as cooperativas de crédito foram beneficiadas pelo novo entendimento dado à Súmula nº 262 do STJ, com exceção daquelas que foram abrangidas, posto que a não incidência de imposto de renda promove a ascensão dessas cooperativas, como um importante agente de transformação com forte impacto social, contribuindo para o fortalecimento da economia do país à medida que promovem ações visando atender às demandas financeiras dos associados, colaborando para o equilíbrio entre o fator econômico e o social.

Em virtude das especificidades que normatizam as cooperativas de crédito, como foi abordado pelo presente estudo, quanto à sua tributação, faz-se necessária a reformulação da Súmula nº 262 do STJ, confirmando a exceção tributária aqui discutida.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, O. R.; SENNE, S. H. L. **Obrigações fiscais das sociedades cooperativas e entidades sem fins lucrativos**. São Paulo: IOB Thompson, 2007.
- BARROS, L. de. A tributação das sociedades cooperativas: análise específica das cooperativas de crédito frente às exigências da Cofins e do PIS. **Revista da Associação Brasileira de Direito Tributário**, Belo Horizonte: Del Rey, v. 3, n. 7, p. 337-360, set./dez. 2000.
- BECHO, R. L. **Elementos do direito cooperativo**. São Paulo: Dialética, 2002.
- _____. **Tributação das cooperativas**. 3. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Dialética, 2005.
- BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 de dezembro de 1971, p. 10.354.
- CUNHA, S. S. da. **O efeito vinculante e os poderes do juiz**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- KOSLOVSKI, J. P. A evolução histórica das cooperativas. *In*: GRUPENMACHER, B. T. (Coord.). **Cooperativas e tributação**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

KRUEGER, G. (Coord.). **Cooperativas na ordem econômica constitucional**. Teoria e direito. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008, Tomo I.

LIMA, R. F. **Direito cooperativo tributário**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

MEINEN, E. *et al.* **O adequado tratamento tributário das sociedades cooperativas**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2003.

MOREIRA, J. D. **Tributação nas sociedades cooperativas**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Fundação Irmão José Otão. Curso de Especialização em Cooperativismo, 2005.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativas de crédito e seus impactos sociais**. 2006. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/trab_50.pdf> Acessado em: 30 jun. 2011.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **A primeira cooperativa de crédito da América Latina**. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/HistoriaSicrediPioneira.php>> Acessado em: 1 ago. 2011.

_____. **O nascimento do cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/HistoriaCooperativismo.php>> Acessado em: 1 ago. 2011.

_____. **Aplicação financeira de cooperativas de crédito são isentas de IR**. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=96174> Acessado em: 30 jun. 2011.

STJ. **Aplicações financeiras de cooperativas de crédito são isentas de IR**. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=96174> Acessado em: 3 dez. 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MEINEN, E. A Súmula 262 do STJ e as cooperativas de crédito. *In*: BECHO, R. L. (Coord.). **Problemas atuais do direito cooperativo**. São Paulo: Dialética, 2002.

PAGNUSSATT, A. **Guia do cooperativismo de crédito** – organização, governança e políticas corporativas. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

A EXPERIÊNCIA DE FOMENTO PÚBLICO A FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO NORDESTE: O CASO DA REDE BODEGA*

Alcides Gussi**
Clarício dos Santos Filho***
Gláucia Furtado Brasil de Almeida****

1 INTRODUÇÃO

A emergência do movimento social da economia solidária na década de 1990 no Brasil ocorre com o sentido de um movimento propositivo no campo da geração de emprego, trabalho e renda, mas conjugando, simultaneamente, a perspectiva da capacidade de empreender e do trabalho associado. O que distingue a economia solidária é a posse e o uso dos meios de produção e distribuição que são socializados por meio de práticas de gestão democrática dos empreendimentos, formando redes de empreendimentos, e a repartição dos resultados entre seus associados.¹

Consoante suas características e especificidades, o movimento da economia solidária passa a demandar sistemas específicos de finanças para canalizar o fomento² das suas redes de empreendimentos, mobilizando tanto as entidades governamentais quanto as organizações não governamentais (ONGs). No campo governamental, e especificamente para a região Nordeste, uma série de articulações ocorreu entre 2003 e 2004, envolvendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e outras grandes redes do movimento, a então recém-criada Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e o Banco do Nordeste

* Este artigo foi apresentado em sua versão completa no VII Encontro Internacional de Economia Solidária do Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária (Nesol) da Universidade de São Paulo (USP), ocorrido nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2011.

** Professor-doutor do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC).

*** Mestre em Sociologia, coordenador de Estudos e Pesquisas – Banco do Nordeste do Brasil/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (BNB/Etene).

**** Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas da UFC.

1. Para Paul Singer, secretário nacional da Economia Solidária, “a economia solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Reúne o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios” (SINGER, 2003).

2. Utilizamos o termo fomento para designar uma atividade do Estado de estímulo, incremento, incentivo de atividade particular que seja de interesse público, sem coação para o seu exercício, já que nascida no seio da sociedade. O fomento econômico funciona com outorga de vantagens patrimoniais aos particulares mediante benefícios reais (prestação ou doação de coisas ou serviços da administração aos particulares) ou financeiros (transferência direta ou indireta de pecúnia através de privação de receita). Os convênios, contratos de gestão e termos de parceria são instrumentos de fomento econômico. Disponível em: <<http://direito-e-justica.blogspot.com/2009/06/fomento-publico.html>>

do Brasil (BNB), uma instituição financeira regional do governo federal.³ O objetivo era criar um programa de finanças solidárias de caráter antecipatório, com vistas a uma política nacional de financiamento da economia solidária. No bojo desta articulação foi elaborado e implementado, a partir de 2005, o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) com a finalidade de apoiar financeiramente os empreendimentos de economia solidária com recursos não reembolsáveis oriundos de parcela do lucro do BNB.

O PAPPS resgata como metodologia os Fundos Rotativos Solidários (FRSs), uma prática ancestral das comunidades camponesas no Nordeste, baseada na dimensão comunitária da reciprocidade, da dádiva e da moralidade, presentes também nos movimentos associativos. Os FRSs são instrumentos de finanças solidárias direcionados às comunidades que, em tese, praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária, e que decidem (re)investir parte desta em prol da vizinhança. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade, do tipo em que o agricultor compartilha água de beber porque “no sertão, água não se nega”, e cria animais nos fundos de pastos, em áreas de pastagens comuns.

As escolhas e decisões de alocação dos FRSs são compartilhadas por um Comitê Gestor Local, constituído por representantes dos empreendimentos e por entidades de apoio, que implementam as ações do programa nas comunidades. Trata-se de uma metodologia que, na sua própria natureza, confronta a tradição do Estado de promover ações desenvolvimentistas baseadas no individualismo e na propriedade privada capitalista. É com este desenho que o PAPPS fomenta, desde 2008, o FRS da Rede Bodega, com aplicações em torno de R\$ 120 mil em investimento e custeio.

A Rede Bodega iniciou a sua estruturação em 2004, reunindo empreendimentos nos territórios e entornos de Fortaleza, Aracati, Tianguá e Limoeiro do Norte, nas cooperativas Bodega Nordeste Vivo e Solidário, Budega do Povo, Budegama e Arcos. Com assistência técnica da Cáritas Brasileira Regional Ceará, hoje há em torno de 50 grupos produtivos produzindo horta orgânica, quintal produtivo, pequenos animais, mel, artesanato, mudas nativas e frutíferas, beneficiamento de frutas, entre outras atividades.

Neste artigo, com dados ainda exploratórios, está em discussão o processo de avaliação desta política pública, cuja especificidade é a incidência nas relações sociais de comunidades tradicionais, por conta da metodologia de gestão social compartilhada de recursos públicos. Entre as questões que emergem, está exatamente a possibilidade de resignificação destas identidades tradicionais *vis-à-vis* a introdução da dinâmica das políticas públicas: por exemplo, a gestão social do FRS pode fortalecer ou obstaculizar o conjunto de relações sociais da comunidade, inclusive do ponto de vista do gênero étnico-racial. Uma outra questão relevante é a contribuição efetiva do PAPPS/FRS para novas configurações territoriais, do ponto de vista da geração do emprego e da renda, da agroecologia e do meio ambiente. Nas seções seguintes, sistematizamos os principais avanços desta pesquisa.

3. O BNB é um banco de desenvolvimento criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19/7/1952. É uma instituição financeira múltipla, organizada sob forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 94% de seu capital sob o controle do governo federal. A missão do BNB é atuar na capacidade de instituição financeira pública como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E FINANÇAS SOLIDÁRIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

No quadro das transformações ocorridas no mundo do trabalho, a Economia Solidária tem levado pessoas e comunidades a criarem espaços de produção e comercialização exercitando a solidariedade, a democracia e a autonomia. Tem como desafio a construção de uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo de bens socialmente produzidos, mostrando à sociedade possibilidades ou experiências alternativas que rompam com a lógica do mercado e da competição (BERTUCCI; SILVA, 2003; DOWBOR, 2008).

Especificamente a autogestão, diferente da gestão praticada na economia de mercado, exige um esforço adicional por parte dos trabalhadores que formam a empresa solidária, pois além de cumprir as tarefas inerentes ao cargo que ocupa, eles têm que se preocupar com os problemas gerais da empresa. Na gestão social, tudo que acontece é levado ao conhecimento e submetido à aprovação do grupo.

Os anos 1990 demarcam um divisor de águas das políticas de crédito: como uma alternativa ao *moral hazard*⁴ ou pela necessidade de ampliar a base social do crédito e mitigar a pobreza, emergem nas políticas públicas as tecnologias baseadas na gestão social do crédito, em que as relações de proximidade, próprias das comunidades, o associativismo e a cooperação entre atores locais são mobilizados para auferir o grau de confiança moral e econômica em relação ao pleiteante do crédito.⁵ Podemos mencionar a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), com forte protagonismo do movimento sindical dos trabalhadores rurais, e os programas governamentais e não governamentais de microcrédito, a exemplo do CrediAmigo, gerido pelo BNB, e os bancos comunitários e moedas sociais, cujo exemplo emblemático é o Banco Palmas, no Ceará.

Esta abordagem incorpora uma visão territorial do financiamento do desenvolvimento, buscando alinhar a alocação dos recursos com elementos estruturadores do crédito, na perspectiva de que a dinâmica de interação social entre os atores elimine o risco moral e a informação imperfeita. Por outro lado, a articulação político-institucional inserida nas redes possibilita o acesso aos mercados de bens, produtos e serviços enquanto construções sociais. E, coordenando estes processos interativos, valoriza as formas de coordenação e governança territoriais, que podem ser tanto uma associação quanto uma cooperativa de agricultores familiares, uma ONG ou uma agência de desenvolvimento local. Estava então configurado o nascente “campo” de finanças solidárias, com a marca ainda incipiente da responsabilidade do coletivo, principalmente lastreada pelo instrumento de aval solidário, já apontando para uma gestão social do crédito produtivo.

4. Historicamente, as políticas de crédito foram informadas pela racionalidade microeconômica empresarial voltada ao bom desempenho na geração de receitas do empreendimento visto individualmente, e a maximização da confiança entre aquele que tomava e o que ofertava os recursos financeiros. Essas tecnologias visavam minimizar os efeitos negativos da informação imperfeita sobre as condições econômicas dos empreendimentos e conduta moral e ética dos gestores, isto é, o risco moral (*moral hazard*) de postulantes ao crédito (STIGLITZ; WEISS, 1981).

5. A propósito, ainda na década de 1970, o Grameen Bank fundou esta estratégia em Bangladesh nas ações com o microcrédito. Neste sentido, utilizamos a noção de gestão social tendo como referência o sentido que lhe é atribuído por França Filho (2003, p. 5), ou seja, “um modo de gestão próprio às organizações atuando num circuito que não é originariamente aquele do mercado e do Estado, muito embora estas organizações entretendam, em grande parte dos casos, relações com instituições privadas e públicas, através de variadas formas de parcerias para consecução de projetos. Este é o espaço próprio da chamada sociedade civil, portanto uma esfera pública de ação que não é estatal”. Ressalta ainda França Filho (2003) que “o termo gestão social vem sugerir desse modo que, para além do Estado, a gestão das demandas e necessidades do social pode se dar via a própria sociedade, através das suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização, especialmente o fenômeno associativo” (ver SANTOS FILHO, 2010).

A partir do encontro e da troca de experiências, os empreendimentos e as entidades de apoio optaram pela denominação “finanças solidárias”, um modo de nomear e atribuir identidade à estruturação de um campo que passou a aglutinar as experiências de FRSS, Cooperativas de Crédito Solidário e Bancos Comunitários. Portanto, tais experiências compartilham mais do que demandas e agendas comuns, compartilham anseios e sonhos, significados e reflexões em prol de um mundo mais justo. São elas que vão, pouco a pouco, dando forma e conteúdo ao campo que foi batizado de “finanças solidárias” como algo distinto dos conceitos por demais abrangentes de “microcrédito” e de “microfinança” (PAIVA, 2006).⁶

3 BREVE TRAJETÓRIA DO PAPPS E A METODOLOGIA DOS FRSS

Logo após a implementação do governo Lula, no BNB, foram abertos canais de interação e articulação com os movimentos sociais, de certa forma represados ou não reconhecidos pelas administrações anteriores, cujo perfil fora marcado pela centralização e inexistência de diálogos com os setores populares e seus representantes.⁷

Em 2003, o BNB apoiou, em parceria com a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), uma experiência de auto-gestão dos canavieiros da Usina Catende, localizada em Pernambuco. Em abril de 2005, foi lançada pelo BNB, em parceria com a Senaes e as redes da economia solidária, a primeira chamada pública de apoio a projetos do PAPPS por meio de carta-convite e outros “avisos” para toda a região Nordeste. Esses projetos ocorreram em janeiro de 2008 e julho de 2010. Os recursos são de caráter não reembolsável, provenientes do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), formado com parcela de lucro do BNB. A outra fonte é da própria Senaes. Nas duas primeiras chamadas foram contemplados 50 projetos, somando R\$ 4,8 milhões, sendo R\$ 2,3 milhões do BNB/FDR e R\$ 2,5 milhões da Senaes. No Aviso de julho de 2010, foram conveniados mais 15 projetos, perfazendo um total de R\$ 6,3 milhões de recursos. Com a previsão de edital de R\$ 1 milhão para a Bahia, somado a outras contratações, a expectativa é ultrapassar os R\$ 8 milhões, distribuídos em mais de 85 projetos em 2011.

Por meio dos FRSS investem-se recursos na comunidade, mediante empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas (DUQUE; SANTOS FILHO, 2007; SANTOS FILHO, 2010). Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local. Entre os projetos apoiados pelo PAPPS desde 2008, está o FRS da Rede Bodega, que passamos a analisar.

4 FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO REDE BODEGA: OLHARES ETNOGRÁFICOS

Sob os princípios da economia solidária, foi iniciada em 2004 a Rede Bodega com a participação de 13 grupos, e hoje são 50 grupos associados estabelecidos em 13 municípios das

6. Ocorrida no BNB, em Passaré, Fortaleza-CE, entre 3 e 5 de maio de 2010, e que definiu as propostas para serem apreciadas na II Conferência Nacional da Economia Solidária, em Brasília, em junho de 2010.

7. Conforme apontou Mota (2009), “embora se saiba que gestões anteriores tenham implantado programas como o BNB/PNUD, o “Farol do Desenvolvimento” e o CrediAmigo, orientados por articulações com os movimentos sociais, deve-se reconhecer que isto ocorreu muito mais por conta de posições isoladas do que institucionais”. Explica o autor que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) atua para revigorar as parcerias regionais e age como mediador e promotor de alternativas de desenvolvimento, como por exemplo, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (PADL). A experiência piloto do PADL em parceria com o BNB foi desenvolvida no ano de 1996 em Tejuçuoca-CE, em seguida, em dois municípios pernambucanos: Catende e Timbaúba.

regiões do Baixo Médio Jaguaribe, do Litoral e da região serrana do Tianguá, de Limoeiro do Norte e de Sobral. A Rede é composta pela Bodega Nordeste Vivo e Solidário, cuja personalidade jurídica é Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária (Coapsol), estabelecida com loja de comercialização em Aracati e Prainha do Canto Verde, litoral do Ceará; a Bodega do Povo, representada pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroecológicos e Artesãos Bodega do Povo Ltda (Coopa), estabelecida em Tianguá; a Budegama, associação de mulheres que atua no Conjunto Esperança, bairro da periferia de Fortaleza; e a Arcos, sediada em Sobral e recém-criada.

Importa ressaltar os eixos essenciais da Rede Bodega: primeiro, é um movimento de ressignificação da prática comunitária das bodegas no Nordeste, em cujos primórdios estão os princípios da troca, do intercâmbio e da reciprocidade. Neste sentido, em um segundo eixo, estão as funções da Rede Bodega, de servir de referência para a comercialização justa e solidária, organizar os processos de produção e beneficiamento e mobilizar recursos de créditos para produção, comercialização e consumo. Conseqüentemente, o terceiro eixo é a composição social do trabalho associado na Rede Bodega de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, artesanato, pequenas agroindústrias de beneficiamento de produtos alimentícios, artesanatos diversos e prestação de serviços.

Em 2008, a rede acessou o crédito público na seleção do PAPPs. O projeto Rede Bodega: Construindo Fundos de Produção e Comercialização Solidária foi contemplado com recursos na ordem de R\$ 119.829,00 para cumprir o objetivo de fomentar os FRSs vinculados à Rede Bodega, entre agosto de 2008 e julho de 2010.

O projeto foi elaborado coletivamente, mas proposto e conveniado pela entidade Cáritas Brasileira Regional Ceará, tendo como sujeitos a serem apoiados os grupos associados às bodegas: grupos produtivos, associações, assentamentos, unidades familiares; diretorias e conselhos gestores das bodegas; comissões e/ou grupos de trabalho de autogestão dos fundos solidários; e grupos produtivos acompanhados pela Cáritas e parceiros.

Para o acesso aos recursos, os grupos produtivos elaboraram planos de trabalho da sua atividade com descrição de finalidades, orçamentos e prazos de execução e compromissos devolutivos. Assim, foram formados os seguintes fundos conforme o quadro a seguir.

QUADRO 1

Fundo rotativo solidário de produção	aplicado nas compras de insumos, equipamentos e matéria-prima, sendo 100% retornável;
Fundo fixo de apoio à produção	aplicado para aquisição de equipamentos para iniciar e/ou ampliar a produção coletiva, com destinação final para custear gastos com espaços físicos e outros itens de logística;
Fundo rotativo solidário de apoio à comercialização	recursos destinados à comercialização entre os grupos e a Rede Bodega, disponibilizando adiantamentos aos associados que depositam a produção, variando entre 30% e 50% do valor das mercadorias, sendo 100% retornáveis;
Fundo fixo de apoio à comercialização	destinado à aquisição de equipamentos e outros materiais de infraestrutura e logística para a comercialização.

Fonte: Relatório de Avaliação da Rede Bodega, 2010.

As devoluções previstas mediante planejamentos e acordos assumidos pelos produtores foram depositadas em contas-correntes bancárias específicas, possibilitando novos acessos pelos mesmos, ou por novos produtores e grupos nas mesmas modalidades e critérios propostos na constituição inicial dos fundos para produção e comercialização, contribuindo, por conseguinte para a rotatividade, sustentabilidade, autogestão e autonomia da rede.

Para a gestão social do projeto, foi constituída uma Comissão Gestora do Projeto Rede Bodega, composta de representantes das bodegas e da Rede Cáritas, que fez o acompanhamento e o monitoramento das ações. Em cada bodega foi replicada uma comissão gestora, composta por grupos associados, representantes da diretoria e de entidades parceiras, com realização de reuniões mensais e bimensais. Neste âmbito, aconteceram as escolhas de novos investimentos e a inclusão de novos grupos produtivos. Além das comissões, as bodegas foram corresponsáveis, a partir dos próprios grupos, pela autogestão mediante assembleias ordinárias, conselho gestor, conselho administrativo e comissões de fundos solidários.

As trocas de experiências entre as bodegas possibilitaram um aprendizado de forma compartilhada a partir da metodologia Planejamento, Monitoração, Avaliação e Sistematização (PMAS), que consiste em planejar a partir de um diagnóstico dos problemas e dificuldades, buscando sua solução. A prática se dá mediante oficinas de elaboração de projetos, reunindo as necessidades e as propostas das diferentes bodegas de acordo com suas realidades. Os dados colhidos nessa construção são sistematizados, formando o Plano Operativo Anual (POA), de onde saíram as ações e os projetos a serem encaminhados na busca de recursos. Esta dinâmica foi fundamental nos resultados e impactos alcançados pela rede, dos quais podem-se destacar no quadro a seguir.

QUADRO 2

Na produção, comercialização e consumo solidário:	aquisição de novos equipamentos, favorecendo a adoção de novas tecnologias apropriadas ao sistema produtivo dos grupos associados, e processos de comercialização pelas bodegas; comercialização da produção na própria comunidade e aumento do consumo dos produtos das bodegas, entre outros.
Nos fundos e finanças solidárias:	as devoluções do fundo rotativo de produção possibilitaram à Budegama atender a nove novos projetos com valor total de R\$ 12.763,00 para novas aquisições de máquinas de costura, feitas a partir de compra coletiva, garantindo um maior desconto no preço final dos equipamentos.
Na formação, articulação e intercâmbios:	os intercâmbios em Santa Maria-RS possibilitaram diálogos com novas parcerias e redes de comercialização solidária, dentre estes com o Instituto Marista de Solidariedade (IMS), a Rede Xique Xique, a Rede Justa Trama, a rede Eco Vida, iniciando uma relação de proximidade e continuidade a partir de reuniões de trabalho, trocas de produtos e de informações.

Fonte: Relatório de Avaliação da Rede Bodega, 2010.

5 APONTAMENTOS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DOS GRUPOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS

5.1 COAPSOL

A Bodega Nordeste Vivo e Solidário, instalada no município de Aracati-CE, distante 160 km de Fortaleza, é constituída por agricultores/as familiares e artesãos/ãs. Atualmente é composta por 58 grupos de produção, envolvendo 295 famílias de 36 comunidades de 13 municípios. Conta com dois espaços físicos, um em Aracati e outro na Prainha do Canto Verde, utilizados para a comercialização de produtos artesanais, higiene pessoal, confecções, alimentícios e agroecológicos, além de realizar feiras livres e de saberes e sabores. O comitê gestor é formado por dois representantes de cada grupo associado, e o comitê administrativo, por um representante de cada grupo. A comissão dos fundos solidários, composta pelos conselhos gestor e administrativo, analisa os projetos a serem financiados, mediante os seguintes critérios: estar associado e produzir segundo os critérios da Economia Solidária (produção coletiva, respeito ao meio ambiente, solidariedade). O valor máximo é de R\$ 700, com devolução em 12 meses, com dois meses de carência.

Já são mais de 140 itens comercializados na Bodega Nordeste Vivo e Solidário e distribuídos nas outras três bodegas: Budegama, de Fortaleza, Budega do Povo, em Tianguá, e Arcos, de Sobral. Os principais produtos comercializados são mel, licor, queijo, galinha caipira, multimistura e produtos artesanais: confecções de cama, mesa e banho, roupas de praia, camisas, conjuntos de roupas, blusas, *shorts*, bonecas. A comercialização participativa é feita diretamente com o consumidor a preço “justo”, já acrescida uma taxa de 12% a fim de garantir um fundo para a sustentabilidade da bodega. Os ganhos dos associados são feitos mediante prestação de contas, de acordo com a produção recebida na bodega.

Como forma de divulgar os produtos da bodega, foi criado, em setembro de 2010, o Café da Roça, espaço para a venda de café, tapioca, bolo, leite etc. como forma de atrair o cliente para visitar a loja e melhorar as vendas. Em frente à bodega, é realizada anualmente a Feira Solidária Sabores e Saberes, com barracas armadas pelos produtores associados e intensa movimentação com venda de artesanato, comidas típicas e festas culturais.

Segundo as associadas, um obstáculo é que a Coapsol ainda não é totalmente autossustentável, daí porque a forma de ganho ainda continua sendo pelo grupo que produz e comercializa. Mas a avaliação geral é que a Coapsol é um espaço de aprendizagem, onde se constrói o coletivo, espaço para a convivência, a autogestão, em que a confiança é básica para a produção e comercialização entre os grupos e os que a gerenciam.

5.2 ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES EM AÇÃO – BUDEGAMA

Fundada em 1999, reúne 22 mulheres da região metropolitana (RM) de Fortaleza e bairros circunvizinhos, iniciada a partir de um projeto de Alfabetização de Adultos, apoiado pela Cáritas Arquidiocesana. A Budegama possui um fundo fixo que possibilita às associadas adquirirem máquinas para o trabalho de produção e assim desenvolverem as atividades voltadas para a produção de artesanato (bonecas, bordado etc.) e confecção. A associação trabalha com dois tipos de fundos: o rotativo que circula para a produção e comercialização dos produtos, e o fixo, que antecipa a quem produz até 50% do valor da mercadoria entregue. O comitê gestor é formado por três mulheres, composto da seguinte forma: uma presidente, uma vice-presidente e uma tesoureira.

Como a associação é fruto de um curso de alfabetização de adultos, o ensino e a aprendizagem têm lugar especial na vida destas mulheres que buscam complementar, à noite, os estudos, bem como discutir, em reuniões mensais, assuntos ligados a economia solidária, movimento social, redes de troca, troca de saber e intercâmbio com outros grupos produtivos solidários, feiras solidárias locais, regionais, nacionais. Elas participam ainda da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e realizam oficinas temáticas sobre gênero e violência doméstica.

Quanto às dificuldades relatadas pelas gestoras, uma delas é a produção ainda pequena de peças para comercialização, comprometendo a participação e exposição de produtos em feiras solidárias. Mas, segundo elas, as dificuldades são bem poucas em relação à autonomia conquistada.

6 OS DILEMAS DA GESTÃO SOCIAL DOS RECURSOS PÚBLICOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 SOBRE A GESTÃO COMUNITÁRIA DOS FUNDOS ROTATIVOS DA REDE BODEGA

Os indícios apontam que o projeto de fundos rotativos permitiu ampliar e consolidar as experiências das bodegas como espaços fixos de comercialização coletiva e autogestionária, contribuindo com a sustentabilidade dos diferentes sujeitos – grupos integrantes da Rede Bodega e entidades de apoio – na implementação de ações concretas na construção de instrumentais, dinamização e autogestão dos fundos de produção e comercialização solidária coletiva (GONÇALVES; SANTOS FILHO, 2010). Possibilitou pensar, refletir e construir planejamentos e processos de organização, produção, comercialização, formação com o conjunto das bodegas, fortalecendo as relações, diálogos e os laços que unem em torno de uma nova perspectiva de economia popular que favoreça a geração e o aumento da renda dos grupos produtores/as, a segurança alimentar, a autoestima das famílias, a prática de agricultura familiar que adote novas tecnologias que contribuam para a preservação da vida, da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, motivando-os(as) para uma maior criatividade dentro do próprio processo de produção, participação e interação coletiva.

Mas nota-se ainda a fraca integração com o mercado, seja pela inconstância do volume de produção, seja pela baixa agregação de valor aos produtos; a articulação institucional ainda é insuficiente, exigindo mais esforços dos participantes. Isto fica claro na participação em feiras de intercâmbio, que, para funcionar, exigem a participação de muitos parceiros; conseqüentemente, ocorrem descontinuidade das ações, que é o lado sombrio da falta de parceiros tradicionais, pois as redes mais densas ainda estão por se construir.

6.2 SOBRE A RACIONALIDADE BUROCRÁTICA X UTOPIA COMUNITÁRIA

O grande desafio do fomento aos FRSS, no caso do PAPPS, tem sido compatibilizar a dinâmica das maneiras de agir e decidir, alocar e poupar do movimento da economia solidária referenciada na utopia da inclusão de afetos que as relações cooperativas propiciam, quando confrontada com as normas e regramentos impessoais exigidas pela racionalidade weberiana, que está colocada na adesão a uma política pública.

Como exemplo, cita-se o desconhecimento das exigências da legislação e dos normativos, especialmente as leis que regem convênios, como a Lei nº 8.666 e Instrução Normativa (IN) nº 01/1997, que exige concorrências e licitações para gastos acima de certos valores. O desconhecimento das exigências legais afeta as prestações de contas, principalmente em termos de comprovação de despesas, a saber: notas fiscais, carimbos, movimentação bancária, procedimentos licitatórios.

Esses dados da realidade suscitam muitas reflexões, pois, pensando com o esquema analítico de Santos (2009), há uma tensão entre “regulação” e “emancipação” na qual o pilar da regulação (leia-se o Estado) tende a sugar as energias emancipatórias das experiências, burocratizando-as. Regulação e emancipação vinculam-se de uma forma extremamente complexa, pois ao mesmo tempo em que se constituem em “pilares” distintos de funcionamento do tripé Estado-sociedade-mercado, estão fortemente imbricadas e, no caso do fomento aos fundos rotativos, corporificadas na tensão entre o “autofinanciamento” e a dependência de repasses de fundos públicos.

6.3 SOBRE A ATUALIZAÇÃO DE SUJEITOS E (RE)SIGNIFICADOS

Para além do crédito não reembolsável ao banco, o foco central dos fundos são os interesses dos grupos ou das comunidades e a solidariedade tecida em suas relações sociais como poderoso instrumento na geração da renda. Em seu desenho e metodologia, o papel atribuído aos fundos não é de apenas prover o crédito segundo uma lógica financeira tradicional e/ou segundo uma lógica clientelista presente em comunidades rurais, mas sim, exercitar um diálogo político-pedagógico em que a comunidade se aproprie dos circuitos financeiros, apontando para a emancipação das comunidades beneficiárias a partir da lógica da solidariedade. Por exemplo, na questão de gênero, para algumas associadas da Coapsol, os maridos apoiam, principalmente quando eles também participam de movimentos sociais. Para outras, os maridos preferiam que ficassem em casa. Mas todas são unânimes: passaram a ser mais valorizadas em casa, por estarem trabalhando e exercendo sua autonomia.

Desta forma, os resultados e impactos do PAPPS deverão ser examinados não só na melhoria das condições de vida das pessoas nas comunidades, mas principalmente deverão ser examinadas as incidências das ações do programa sobre as relações de solidariedade e a própria sociabilidade na comunidade. Portanto, a questão central é de que forma os FRSs vêm permitindo ressignificações nas relações entre as pessoas e entre estas e a natureza nas suas comunidades.

Em busca de pistas, quatro eixos fundamentais deverão ser analisados, seja para experiências na cidade ou no campo: fortalecimento da organização produtiva, das tecnologias e demais saberes tradicionais; autonomia política em relação às práticas clientelistas locais; desenvolvimento de novas relações homem/natureza condizentes com a proposta de convivência com o semiárido e ressignificações em suas identidades tradicionais.

Finalizando, trata-se de um conjunto de indagações que nos remete à problemática central que são as ligações complexas entre tradição e mudança social e entre estrutura e ação social, a partir da mercantilização e monetarização da vida social. Certamente, esta investigação contribuirá para apontar caminhos para a continuidade (ou não!) do PAPPS.

REFERÊNCIAS

- BERTUCCI, A.; SILVA, R. M. **Vinte anos de economia popular solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira – dos PAC à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.
- DOWBOR, L. **Democracia econômica** – alternativas de gestão social. Petrópolis: Vozes 2008. 214 p.
- DUQUE, G.; SANTOS FILHO, C. **Comunidade rural e cooperação entre camponeses**: os fundos rotativos solidários na Paraíba. In: CONGRESSO EUROPEU CEISAL DE LATINO AMERICANISTAS, 5. Bruxelas, Bélgica, de 11 a 14 abr. 2007. 10 p.
- FRANÇA FILHO, G. C. **Gestão social**: um conceito em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL - II COLÓQUIO INTERNACIONAL EL ANÁLISIS DE LAS ORGANIZACIONES Y LA GESTIÓN ESTRATÉGICA: PERSPECTIVAS LATINAS, 9. Salvador-Bahia-Brasil, 16 a 18 de jun. de 2003.
- GONÇALVES, A. F.; SANTOS FILHO, C. **Os fundos rotativos solidários e a agro-ecologia**: mediações culturais em comunidades camponesas no nordeste brasileiro. CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. Brasil, Pernambuco, Porto de Galinhas, nov. 2010.

MOTA, J. R. D. **Políticas públicas e economia solidária. Avaliação do projeto Sementes da Solidariedade.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. 56p.

PAIVA, V. R. A. de. **Mulheres, trabalho e cidadania:** a construção de significados numa lógica solidária de inclusão – a experiência da incubadora feminina da associação de moradores do Conjunto Palmeiras. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2006.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, B. de S. **Crítica da razão indolente** – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS FILHO, C. **Fundos rotativos solidários:** uma experiência de gestão social de recursos públicos nos marcos da economia solidária no Nordeste do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3. Universidade Federal de Lavras, 2010.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. Credit rationing in markets with imperfect information. **The American Economic Review**, v. 71, n. 3, p. 393-410, jun.1981.

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico, que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 38 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para mais informações, consultar:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. PEA por região metropolitana	A1
2. PEA por gênero	A1
3. PEA por grau de instrução	A2
4. PEA por faixa etária	A2
5. Taxa de participação por região metropolitana	A3
6. Taxa de participação por gênero	A3
7. Taxa de participação por grau de instrução	A4
8. Taxa de participação por faixa etária	A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar	A5

II. OCUPAÇÃO

1. Nível de ocupação por região metropolitana	A7
2. Nível de ocupação por gênero	A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução	A8
4. Nível de ocupação por faixa etária	A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação	A9
6. Empregados por categoria de ocupação	A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade	A10

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

1. Admissões por UF	A11
2. Desligamentos por UF	A12
3. Variação do nível de emprego por UF	A13
4. Admissões por setor de atividade	A14
5. Desligamentos por setor de atividade	A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade	A16

IV. DESEMPREGO

1. Taxa de desemprego por região metropolitana: PME	A17
2. Taxa de desemprego aberto: PED	A17
3. Taxa de desemprego oculto por desalento: PED	A18
4. Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED	A18
5. Taxa de desemprego total: PED	A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME	A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução	A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária	A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME	A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME	A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME	A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME	A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução	A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração	A23

V. RENDIMENTOS

1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região	A25
2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região	A25
3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação	A26
4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação	A26
5. Salário mínimo real	A27

VI. INFORMALIDADE

1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana	A29
2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana	A29
3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana	A30
4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana	A30

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1

PEA por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	1.470	1.599	2.142	5.188	8.965	1.765	21.128	1.360	22.488
2004	1.461	1.654	2.229	5.275	9.130	1.777	21.525	1.379	22.904
2005	1.486	1.722	2.246	5.257	9.182	1.800	21.693	1.446	23.139
2006	1.548	1.735	2.362	5.325	9.335	1.834	22.139	1.443	23.582
2007	1.511	1.832	2.437	5.351	9.549	1.853	22.535	1.481	24.015
2008	1.492	1.805	2.510	5.446	9.774	1.907	22.934	1.564	24.498
2009	1.537	1.858	2.535	5.420	9.911	1.887	23.148	1.558	24.706
2010	1.631	1.926	2.623	5.543	9.955	1.933	23.611	1.590	25.201
2011									
Janeiro	1.587	1.934	2.604	5.573	9.840	1.965	23.503	1.591	25.094
Fevereiro	1.601	1.910	2.660	5.620	9.952	1.950	23.692	1.589	25.281
Março	1.622	1.892	2.650	5.610	10.066	1.978	23.817	1.606	25.423
Abril	1.652	1.899	2.661	5.542	10.110	1.985	23.849	1.592	25.441
Maio	1.668	1.896	2.692	5.614	10.077	2.004	23.952	1.654	25.606
Junho	1.650	1.916	2.692	5.545	10.070	1.994	23.866	1.647	25.513
Julho	1.652	1.923	2.701	5.545	10.119	1.981	23.920	1.645	25.565
Agosto	1.652	1.915	2.702	5.674	10.124	1.997	24.064	1.657	25.721
Setembro	1.630	1.931	2.708	5.715	10.124	1.994	24.102	1.630	25.732
Outubro	1.625	1.920	2.685	5.771	10.086	1.979	24.066	1.681	25.747
Novembro	1.622	1.907	2.692	5.808	10.050	2.001	24.081	1.651	25.732
Dezembro	1.647	1.888	2.664	5.696	9.976	1.997	23.867	1.663	25.530
Jan.-dez./2011	1.634	1.911	2.676	5.643	10.049	1.985	23.898	1.634	25.532

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA I.2

PEA por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2003	11.737	9.392
2004	11.857	9.668
2005	11.928	9.765
2006	12.139	10.000
2007	12.281	10.254
2008	12.446	10.488
2009	12.502	10.647
2010	12.697	10.913
2011		
Janeiro	12.649	10.854
Fevereiro	12.846	10.846
Março	12.800	11.018
Abril	12.809	11.040
Maio	12.926	11.026
Junho	12.903	10.963
Julho	12.909	11.010
Agosto	13.021	11.043
Setembro	12.961	11.141
Outubro	12.902	11.165
Novembro	12.944	11.137
Dezembro	12.868	10.999
Jan.-dez./2011	12.878	11.020

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.3
PEA por grau de instrução
 (Em mil pessoas)

Período	< 8	8-10	> = 11
2003	7.174	4.233	9.686
2004	6.963	4.215	10.307
2005	6.669	4.161	10.830
2006	6.503	4.172	11.430
2007	6.244	4.189	12.072
2008	6.001	4.173	12.732
2009	5.702	4.128	13.292
2010	5.461	4.180	13.948
2011			
Janeiro	5.196	4.057	14.234
Fevereiro	5.185	4.153	14.332
Março	5.216	4.161	14.419
Abril	5.394	4.164	14.265
Maio	5.443	4.153	14.333
Junho	5.346	4.204	14.291
Julho	5.332	4.164	14.404
Agosto	5.330	4.127	14.588
Setembro	5.283	4.166	14.637
Outubro	5.161	4.203	14.687
Novembro	5.268	4.173	14.625
Dezembro	5.159	4.007	14.691
Jan.-dez./2011	5.276	4.144	14.459

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.4
PEA por faixa etária
 (Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	127	616	4.073	13.041	3.272
2004	107	598	4.090	13.239	3.490
2005	64	521	3.989	13.457	3.662
2006	73	538	4.013	13.684	3.831
2007	64	496	3.986	13.964	4.025
2008	62	480	3.921	14.155	4.317
2009	95	569	3.996	12.506	4.573
2010	48	426	3.721	14.561	4.788
2011					
Janeiro	42	426	3.594	14.509	4.802
Fevereiro	41	459	3.652	14.606	4.933
Março	49	448	3.670	14.653	4.497
Abril	55	480	3.679	14.640	4.750
Maio	51	459	3.745	14.632	5.065
Junho	56	452	3.660	14.664	4.526
Julho	49	459	3.626	14.730	4.899
Agosto	53	442	3.590	14.818	5.161
Setembro	43	456	3.623	14.795	4.637
Outubro	40	428	3.636	14.810	4.897
Novembro	45	425	3.554	14.910	5.146
Dezembro	39	427	3.528	14.845	4.790
Jan.-dez./2011	47	447	3.630	14.718	4.842

Fonte: PME/IBGE.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.5

Taxa de participação por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006	51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0
2007	49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0
2008	47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5	57,0	61,2	57,3
2009	47,9	56,6	58,6	53,3	60,1	56,1	56,7	59,8	56,9
2010	50,2	57,7	59,8	53,9	59,6	56,8	57,1	59,7	57,2
2011									
Janeiro	48,7	57,4	58,7	53,9	58,5	57,3	56,4	58,9	56,6
Fevereiro	49,0	56,5	59,9	54,2	59,1	56,9	56,8	59,0	57,0
Março	49,9	56,1	59,6	54,1	59,5	57,7	57,0	59,7	57,2
Abril	50,6	56,1	59,9	53,6	59,7	57,8	57,1	58,9	57,2
Maio	51,1	55,8	60,4	54,1	59,6	58,3	57,2	60,7	57,4
Junho	50,4	56,2	60,2	53,4	59,6	58,0	57,0	60,3	57,2
Julho	50,3	56,1	60,4	53,3	60,0	57,6	57,1	60,3	57,3
Agosto	50,2	55,8	60,2	54,6	59,8	58,1	57,3	60,7	57,5
Setembro	49,6	56,3	60,4	55,1	59,7	57,9	57,4	59,5	57,5
Outubro	49,4	55,6	59,7	55,5	59,5	57,4	57,3	61,3	57,6
Novembro	49,2	55,5	59,8	56,0	59,3	58,1	57,3	60,3	57,5
Dezembro	49,8	54,8	59,3	54,6	58,8	57,8	56,7	60,9	57,0
Jan.-dez./2011	49,9	56,0	59,9	54,4	59,4	57,7	57,1	60,0	57,3

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.6

Taxa de participação por gênero

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	67,7	47,8
2004	67,3	48,3
2005	66,7	47,7
2006	66,8	48,1
2007	66,5	48,5
2008	66,6	48,7
2009	66,0	48,6
2010	66,5	49,0
2011		
Janeiro	65,7	48,4
Fevereiro	66,8	48,3
Março	66,5	48,9
Abril	66,3	49,1
Maio	66,7	49,0
Junho	66,3	48,9
Julho	66,6	48,9
Agosto	67,0	49,0
Setembro	66,8	49,4
Outubro	66,6	49,3
Novembro	66,5	49,4
Dezembro	66,0	48,7
Jan.-dez./2011	66,5	48,9

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.7

Taxa de participação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2003	42,1	58,9	76,2
2004	41,3	58,4	76,3
2005	39,9	56,9	75,9
2006	39,2	57,4	76,2
2007	38,1	57,2	76,2
2008	37,2	56,7	76,2
2009	36,1	55,6	75,7
2010	35,5	55,4	75,8
2011			
Janeiro	34,4	54,0	74,9
Fevereiro	34,6	54,5	75,1
Março	35,0	54,5	75,2
Abril	35,5	54,8	75,3
Maio	35,6	55,0	75,5
Junho	35,1	54,7	75,6
Julho	35,1	55,1	75,3
Agosto	35,1	55,2	75,7
Setembro	34,8	55,8	76,0
Outubro	34,2	55,8	75,9
Novembro	34,4	56,0	76,0
Dezembro	34,2	54,4	75,0
Jan.-dez./2011	34,8	55,0	75,5

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.8

Taxa de participação por faixa etária

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004	3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005	1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006	2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007	1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2008	1,7	21,7	70,7	79,9	39,2
2009	1,4	19,0	69,9	80,1	39,5
2010	1,3	18,9	70,1	80,9	40,0
2011					
Janeiro	1,2	19,4	69,3	80,4	39,3
Fevereiro	1,1	20,4	69,3	80,6	39,5
Março	1,4	19,8	69,4	81,0	39,8
Abril	1,5	20,8	70,1	81,1	39,6
Maio	1,4	20,0	70,3	81,2	40,1
Junho	1,5	19,5	69,9	81,2	39,9
Julho	1,3	20,4	69,5	80,9	40,1
Agosto	1,5	19,5	69,4	81,2	40,9
Setembro	1,2	20,1	69,8	81,3	41,1
Outubro	1,1	18,6	69,7	81,2	40,8
Novembro	1,2	18,6	69,6	81,2	40,8
Dezembro	1,1	18,9	68,8	80,6	39,6
Jan.-dez./2011	1,3	19,7	69,6	81,0	40,1

Fonte: PME/IBGE.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.9

População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período	Disponíveis		Não disponíveis	Total
	Marginalmente ligadas à PEA ¹	Total		
2003	985	2.811	404	3.215
2004	1.024	2.806	365	3.171
2005	1.027	2.800	343	3.144
2006	992	2.566	371	2.938
2007	920	2.300	408	2.709
2008	817	2.077	386	2.463
2009	861	2.033	370	2.403
2010	778	1.935	381	2.315
2011				
Janeiro	814	1.938	449	2.386
Fevereiro	771	1.849	446	2.295
Março	737	1.788	415	2.203
Abril	772	1.824	449	2.273
Maio	749	1.791	447	2.238
Junho	751	1.754	413	2.166
Julho	750	1.782	411	2.192
Agosto	753	1.788	383	2.170
Setembro	723	1.683	366	2.049
Outubro	678	1.692	351	2.043
Novembro	648	1.594	352	1.946
Dezembro	722	1.712	409	2.121
Jan.-dez./2011	739	1.766	408	2.174

Fonte: PME/IBGE.

Nota: ¹ Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.1

Nível de ocupação por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	1.267	1.332	1.910	4.712	7.703	1.598	18.520	1.239	19.759
2004	1.275	1.389	1.992	4.797	7.976	1.623	19.052	1.267	20.319
2005	1.289	1.455	2.049	4.851	8.243	1.666	19.554	1.340	20.894
2006	1.323	1.497	2.161	4.906	8.352	1.686	19.926	1.343	21.269
2007	1.329	1.581	2.252	4.969	8.586	1.718	20.435	1.389	21.824
2008	1.354	1.598	2.346	5.076	8.952	1.795	21.122	1.480	22.602
2009	1.385	1.648	2.372	5.088	9.002	1.781	21.276	1.474	22.750
2010	1.490	1.715	2.480	5.233	9.257	1.845	22.019	1.519	23.538
2011									
Janeiro	1.474	1.727	2.464	5.286	9.246	1.882	22.020	1.535	23.555
Fevereiro	1.476	1.714	2.492	5.345	9.293	1.863	22.135	1.525	23.660
Março	1.498	1.693	2.509	5.333	9.367	1.879	22.282	1.546	23.828
Abril	1.528	1.706	2.519	5.276	9.391	1.893	22.345	1.533	23.878
Maio	1.554	1.697	2.566	5.314	9.398	1.901	22.398	1.580	23.978
Junho	1.550	1.720	2.568	5.250	9.404	1.899	22.450	1.580	24.030
Julho	1.547	1.735	2.573	5.268	9.466	1.887	22.080	1.584	23.664
Agosto	1.542	1.744	2.572	5.386	9.485	1.894	22.184	1.595	23.779
Setembro	1.526	1.758	2.572	5.388	9.509	1.898	22.279	1.574	23.853
Outubro	1.528	1.739	2.565	5.441	9.517	1.892	22.682	1.620	24.302
Novembro	1.533	1.746	2.580	5.488	9.553	1.930	22.830	1.595	24.425
Dezembro	1.570	1.742	2.564	5.416	9.508	1.934	22.734	1.613	24.347
Jan.-dez./2011	1.527	1.727	2.545	5.349	9.428	1.896	22.368	1.573	23.942

Fontes: PME/IBGE e PME/lpades.

TABELA II.2

Nível de ocupação por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2003	10.554	7.966
2004	10.777	8.275
2005	10.999	8.555
2006	11.149	8.777
2007	11.370	9.065
2008	11.687	9.435
2009	11.687	9.590
2010	12.035	9.984
2011		
Janeiro	12.043	10.037
Fevereiro	12.190	9.994
Março	12.161	10.118
Abril	12.165	10.147
Maio	12.287	10.143
Junho	12.264	10.126
Julho	12.297	10.179
Agosto	12.419	10.205
Setembro	12.352	10.300
Outubro	12.320	10.362
Novembro	12.440	10.390
Dezembro	12.390	10.343
Jan.-dez./2011	12.277	10.195

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.3

Nível de ocupação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	0	1-3	4-7	8-10	> = 11
2003	561	1.174	4.572	3.531	8.647
2004	527	1.120	4.576	3.550	9.240
2005	479	1.089	4.508	3.604	9.842
2006	473	1.055	4.391	3.601	10.372
2007	424	976	4.336	3.662	11.007
2008	375	919	4.300	3.727	11.773
2009	367	881	4.074	3.694	12.235
2010	360	830	3.967	3.800	13.040
2010					
Janeiro	324	746	3.882	3.730	13.381
Fevereiro	357	767	3.794	3.817	13.427
Março	360	790	3.784	3.809	13.515
Abril	354	792	3.975	3.807	13.358
Maio	361	813	3.978	3.825	13.429
Junho	380	775	3.917	3.860	13.433
Julho	366	769	3.928	3.826	13.567
Agosto	356	771	3.923	3.794	13.760
Setembro	373	735	3.896	3.820	13.812
Outubro	351	732	3.826	3.858	13.899
Novembro	327	806	3.890	3.862	13.931
Dezembro	314	762	3.891	3.726	14.031
Jan.-dez./2011	352	771	3.890	3.811	13.629

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.4

Nível de ocupação por faixa etária

(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	104	381	3.120	11.816	3.100
2004	88	385	3.167	12.086	3.327
2005	54	347	3.164	12.464	3.525
2006	61	362	3.168	12.646	3.689
2007	52	337	3.193	12.957	3.895
2008	51	341	3.267	13.266	4.196
2009	44	304	3.149	13.344	4.436
2010	39	316	3.165	13.762	4.737
2011					
Janeiro	34	323	3.085	13.807	4.831
Fevereiro	32	347	3.144	13.841	4.820
Março	41	334	3.142	13.893	4.868
Abril	43	359	3.128	13.908	4.875
Maio	44	361	3.241	13.848	4.936
Junho	49	366	3.134	13.931	4.910
Julho	42	352	3.122	14.029	4.931
Agosto	46	329	3.102	14.104	5.042
Setembro	36	346	3.133	14.068	5.069
Outubro	33	330	3.178	14.103	5.038
Novembro	41	340	3.149	14.254	5.045
Dezembro	34	340	3.154	14.262	4.944
Jan.-dez./2011	41	346	3.137	13.937	4.920

Fonte: PME/IBGE.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.5

Nível de ocupação por posição na ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não remunerados	Total
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não remunerados				
2003	8.198	4.059	1.359	12	3.700	1.016	176	18.520
2004	8.331	4.292	1.382	9	3.872	1.001	166	19.052
2005	8.790	4.370	1.433	8	3.793	1.006	154	19.554
2006	9.179	4.315	1.470	7	3.817	987	151	19.926
2007	9.621	4.231	1.501	8	3.961	972	141	20.435
2008	10.263	4.157	1.598	8	3.978	979	138	21.122
2009	10.504	4.034	1.630	7	4.001	969	132	21.276
2010	11.221	3.966	1.665	6	4.054	993	115	22.019
2011								
Janeiro	11.493	3.818	1.715	9	4.016	934	95	22.080
Fevereiro	11.685	3.722	1.660	5	4.061	950	100	22.184
Março	11.814	3.774	1.665	4	3.997	922	104	22.279
Abril	11.853	3.815	1.619	3	4.010	911	101	22.313
Maio	11.809	3.865	1.637	4	4.056	957	102	22.430
Junho	11.826	3.809	1.680	5	3.988	984	97	22.390
Julho	11.908	3.760	1.719	5	3.980	1.011	92	22.476
Agosto	12.036	3.731	1.703	3	4.038	1.016	97	22.623
Setembro	12.059	3.730	1.767	5	3.973	1.018	99	22.651
Outubro	12.133	3.679	1.751	4	4.043	983	88	22.682
Novembro	12.194	3.717	1.722	7	4.108	991	90	22.829
Dezembro	12.196	3.663	1.720	3	4.071	999	82	22.734
Jan.-dez./2011	11.917	3.757	1.697	5	4.028	973	96	22.473

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.6

Empregados por categoria de ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2003	7.349	2.879	355	272	1.359	494	908
2004	7.475	3.023	341	290	1.382	515	979
2005	7.866	3.057	353	280	1.433	571	1.034
2006	8.240	2.941	368	301	1.470	572	1.073
2007	8.663	2.844	359	301	1.501	599	1.086
2008	9.303	2.833	356	292	1.598	603	1.031
2009	9.509	2.698	385	293	1.630	609	1.043
2010	10.191	2.659	428	297	1.665	603	1.010
2011							
Janeiro	10.474	2.602	437	249	1.715	583	967
Fevereiro	10.665	2.515	420	275	1.660	601	932
Março	10.739	2.551	438	264	1.665	637	959
Abril	10.803	2.558	437	290	1.619	613	967
Maio	10.803	2.575	403	338	1.637	603	951
Junho	10.784	2.502	439	327	1.680	601	976
Julho	10.917	2.511	410	317	1.719	581	932
Agosto	10.998	2.470	446	309	1.703	593	951
Setembro	11.028	2.473	439	301	1.767	593	956
Outubro	11.105	2.428	419	326	1.750	586	948
Novembro	11.157	2.429	450	311	1.722	621	943
Dezembro	11.182	2.441	413	278	1.720	579	966
Jan.-dez./2011	10.888	2.505	429	299	1.696	599	954

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.7

Nível de ocupação por setor de atividade

(Em mil pessoas)

Período	Indústria ¹	Construção	Comércio ²	Intermediação financeira ³	Adm. pública ⁴	Serviços domésticos	Outros serviços ⁵	Outras atividades ⁶
2003	3.257	1.398	3.736	2.486	2.929	1.402	3.160	152
2004	3.366	1.394	3.794	2.607	2.992	1.494	3.271	134
2005	3.452	1.417	3.854	2.717	3.065	1.605	3.316	127
2006	3.465	1.433	3.901	2.843	3.125	1.644	3.390	125
2007	3.480	1.476	3.967	3.039	3.193	1.685	3.466	129
2008	3.601	1.538	4.065	3.186	3.355	1.635	3.625	117
2009	3.527	1.568	4.086	3.247	3.434	1.652	3.648	113
2010	3.651	1.658	4.137	3.393	3.565	1.613	3.882	120
2011								
Janeiro	3.612	1.616	4.215	3.439	3.512	1.550	4.027	109
Fevereiro	3.674	1.682	4.185	3.517	3.460	1.533	4.004	128
Março	3.657	1.706	4.158	3.574	3.498	1.596	3.964	127
Abril	3.670	1.702	4.176	3.578	3.460	1.580	4.022	125
Maio	3.741	1.732	4.242	3.574	3.539	1.555	3.906	141
Junho	3.769	1.743	4.169	3.573	3.567	1.583	3.861	125
Julho	3.720	1.739	4.185	3.599	3.623	1.513	3.977	119
Agosto	3.759	1.762	4.208	3.583	3.688	1.544	3.971	108
Setembro	3.717	1.747	4.142	3.651	3.738	1.549	3.999	108
Outubro	3.693	1.705	4.192	3.716	3.713	1.535	4.013	115
Novembro	3.656	1.778	4.242	3.748	3.721	1.564	4.003	117
Dezembro	3.661	1.755	4.249	3.752	3.625	1.545	4.033	114
Jan.-dez./2011	3.694	1.722	4.197	3.609	3.595	1.554	3.982	120

Fonte: PME/IBGE.

Notas: ¹ Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.² Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis.³ Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.⁴ Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.⁵ Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.⁶ Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.1
Admissões por UF

	2004 ¹	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	2009 ¹	2010 ¹	Jan./2011	Fev./2011	Mar./2011	Abr./2011	Mai./2011	Jun./2011	Jul./2011	Ago./2011	Sep./2011	Out./2011	Nov./2011	Dez./2011	Jan.-dez./ 2011
RO	65.619	69.691	69.649	79.334	95.132	125.909	158.614	11.319	15.362	14.569	12.466	14.852	14.853	15.361	14.107	13.235	12.760	12.773	10.262	161.919
AC	11.884	14.943	17.580	16.278	21.148	23.790	28.085	2.128	2.624	2.272	2.348	2.901	3.220	3.241	2.791	2.443	2.639	2.419	1.858	30.984
AM	117.620	131.903	143.625	161.560	184.960	163.680	199.837	19.016	18.734	19.261	19.342	21.373	20.475	21.079	20.717	19.250	18.344	16.849	11.591	226.610
RR	7.311	8.228	7.937	9.522	13.001	13.592	17.526	1.617	1.514	1.732	1.622	1.638	1.369	1.672	1.771	1.993	1.634	1.572	1.208	19.342
PA	201.677	208.479	221.093	243.209	272.339	254.970	294.940	24.783	25.944	25.422	24.736	27.746	30.005	29.354	32.381	32.045	29.111	28.542	22.513	332.582
AP	12.901	14.584	15.290	18.041	21.656	20.429	22.982	1.941	1.815	2.599	2.181	2.555	2.711	2.673	2.885	3.140	2.743	2.679	2.281	30.203
TO	41.636	42.363	44.209	52.139	59.515	57.791	69.470	5.528	6.099	5.437	5.873	6.677	5.915	5.876	6.673	6.676	5.600	6.087	4.435	70.876
MA	70.431	85.854	94.335	111.763	144.739	137.645	180.084	14.754	14.269	13.595	14.974	16.225	19.165	17.125	18.523	17.777	16.409	16.357	14.105	193.278
PI	48.839	54.121	59.823	61.787	73.860	79.490	103.526	8.299	8.327	7.566	9.380	8.888	9.931	8.631	8.885	8.793	7.551	8.004	6.024	100.279
CE	227.205	240.637	267.041	295.833	345.458	379.204	448.201	36.884	40.033	37.564	40.625	41.536	43.691	43.564	46.630	44.737	42.861	41.865	29.928	489.918
RN	137.285	137.839	146.967	146.384	161.965	151.630	182.440	13.942	14.512	13.848	14.607	15.067	15.482	15.357	19.367	18.007	15.692	15.047	12.684	183.612
PB	73.471	79.613	84.592	92.780	103.426	109.139	132.012	10.258	10.740	10.602	10.963	11.144	11.440	11.322	20.720	13.231	11.213	11.715	8.978	142.326
PE	274.965	311.754	333.564	353.967	408.028	439.804	554.743	43.718	44.580	43.011	47.484	51.595	50.972	49.740	61.070	67.956	53.237	48.388	41.053	602.804
AL	99.851	103.837	110.055	109.173	120.327	121.070	131.217	10.316	8.804	8.860	8.209	10.422	10.002	9.614	12.803	40.319	14.433	10.981	7.903	152.666
SE	61.982	64.234	70.359	75.928	87.510	89.875	108.888	9.289	9.188	8.897	8.899	9.843	9.180	9.454	11.004	12.648	10.634	9.549	7.600	116.185
BA	406.076	470.493	473.212	531.251	610.700	634.547	751.940	65.664	59.953	62.828	67.571	75.187	71.172	73.029	73.045	66.452	65.272	60.940	56.087	797.200
MG	1.452.415	1.579.880	1.706.007	1.820.555	2.069.420	1.990.200	2.330.033	182.159	211.390	202.241	207.608	251.016	231.570	208.193	216.040	206.947	190.049	185.462	148.956	2.441.631
ES	255.143	291.455	314.285	339.581	390.245	370.548	419.220	35.222	37.578	34.217	37.819	49.372	39.784	38.064	39.949	35.184	34.502	34.818	30.983	447.492
RJ	930.436	1.017.193	1.047.227	1.168.783	1.361.327	1.353.607	1.584.744	134.721	146.801	137.224	146.984	157.073	151.430	140.973	152.843	149.948	139.366	149.334	128.938	1.735.635
SP	3.426.878	3.811.240	4.074.928	4.635.279	5.380.429	5.051.210	6.038.693	514.585	579.673	569.091	590.408	612.234	556.868	526.741	566.289	528.595	515.223	494.357	400.409	6.454.473
PR	860.828	898.971	933.008	1.067.382	1.250.348	1.195.644	1.403.547	125.057	137.977	142.573	129.987	136.735	125.784	123.004	131.769	125.522	120.860	119.081	87.552	1.505.901
SC	655.009	692.088	730.675	830.160	950.005	928.396	1.098.276	106.203	115.168	108.436	95.005	101.544	89.766	88.591	96.309	92.376	97.127	94.722	70.460	1.155.707
RS	914.638	869.708	881.310	986.199	1.161.486	1.112.226	1.382.470	125.695	134.016	148.474	126.607	126.601	115.728	112.854	122.317	110.942	120.665	120.401	98.049	1.462.349
MS	162.065	163.467	170.662	193.899	242.953	229.386	251.036	23.345	24.922	25.122	24.600	27.043	23.200	22.741	24.530	22.056	21.147	20.545	15.054	274.305
MT	253.451	240.380	227.021	268.853	327.013	324.160	328.714	33.685	37.865	31.551	31.941	36.100	38.872	33.126	34.977	34.161	33.147	29.528	21.989	396.942
GO	346.598	380.208	386.167	454.710	545.751	543.775	636.234	60.085	60.511	59.385	62.841	67.435	61.177	58.321	62.226	59.783	54.652	51.827	41.422	699.665
DF	180.282	195.838	200.528	216.939	256.590	285.923	319.100	30.159	28.818	29.545	28.719	29.863	27.955	27.163	29.700	28.810	27.695	26.580	22.729	337.736
Total	11.296.496	12.179.001	12.831.149	14.341.289	16.659.331	16.187.640	19.204.847	1.650.372	1.797.217	1.765.922	1.774.378	1.912.665	1.781.817	1.696.863	1.830.321	1.763.026	1.664.566	1.620.422	1.305.051	20.562.620

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.2
Desligamentos por UF

	2004¹	2005¹	2006¹	2007¹	2008¹	2009¹	2010¹	Jan./2011	Fev./2011	Mar./2011	Abr./2011	Mai./2011	Jun./2011	Jul./2011	Ago./2011	Set./2011	Out./2011	Nov./2011	Dez./2011	Jan.-dez./2011
RO	59.584	64.807	64.978	71.001	89.752	101.034	136.669	10.939	11.442	12.582	11.528	14.507	13.746	14.051	13.508	12.992	12.793	14.284	13.745	156.117
AC	11.064	12.607	16.400	16.374	20.649	21.821	26.733	2.463	2.195	3.113	1.994	2.673	2.381	2.742	2.638	2.357	2.679	2.683	2.653	30.571
AM	94.889	111.964	130.620	138.976	176.224	165.088	167.981	15.898	14.016	15.407	15.575	18.379	15.602	16.575	16.535	15.931	15.717	15.546	17.738	192.919
RR	6.397	6.765	7.269	8.180	12.427	12.403	15.023	1.408	1.387	1.855	1.750	2.317	1.391	1.524	1.356	1.245	1.451	1.121	1.448	18.253
PA	163.473	190.682	200.287	215.206	263.613	247.590	259.546	23.928	21.736	26.879	21.718	26.588	25.803	22.584	25.718	26.170	23.148	24.316	29.627	298.215
AP	9.995	13.273	13.878	16.337	19.707	20.238	20.831	2.147	1.743	2.678	1.712	2.357	2.059	2.023	2.241	2.188	2.070	2.183	2.340	25.741
TO	35.833	41.369	42.069	45.034	58.805	54.746	63.579	5.569	5.046	5.947	5.219	6.354	5.744	5.461	5.844	5.522	4.821	5.918	6.622	68.067
MA	60.392	72.972	80.603	95.585	125.395	142.429	152.147	15.814	13.109	17.411	13.039	16.201	14.482	14.104	15.094	14.018	14.345	16.023	17.085	180.725
PI	42.949	47.559	52.283	53.886	62.536	66.763	84.732	8.145	8.145	9.680	6.884	7.733	8.229	7.729	7.872	7.509	6.057	7.414	10.012	95.409
CE	195.965	209.762	233.481	256.111	304.017	314.768	375.414	37.840	34.240	38.147	34.020	38.931	39.607	35.744	38.625	36.133	36.611	37.497	36.497	443.892
RN	119.293	119.443	131.626	131.380	148.434	146.830	157.516	16.185	14.639	14.896	14.236	15.222	14.075	14.064	14.771	13.440	13.751	14.034	15.782	175.095
PB	60.758	68.845	71.516	80.623	93.531	95.848	100.561	11.370	14.321	13.728	9.061	10.325	8.936	10.132	10.449	9.398	9.157	9.565	10.063	126.505
PE	237.539	271.524	294.679	307.619	355.228	393.087	456.238	49.675	42.511	50.216	49.448	41.735	39.644	41.711	42.457	40.190	45.816	43.253	46.086	532.742
AL	90.169	98.132	98.000	109.678	117.005	113.249	125.140	8.921	9.292	24.646	24.343	12.650	8.552	8.034	8.881	8.382	8.495	8.951	9.763	140.910
SE	42.091	56.590	62.771	67.143	76.472	78.677	89.625	7.559	7.894	9.626	10.038	8.539	8.152	7.779	8.483	7.999	8.395	8.237	8.996	101.697
BA	353.352	406.541	448.123	472.531	569.778	563.377	660.538	58.226	56.826	60.070	56.948	63.477	59.405	70.996	65.902	63.427	64.791	57.783	71.156	749.007
MG	1.277.161	1.424.471	1.553.713	1.652.157	1.938.698	1.899.592	2.070.594	168.313	175.337	190.665	171.254	194.039	186.549	200.263	216.841	203.593	182.591	179.637	200.449	2.269.531
ES	219.136	250.795	282.316	314.507	360.871	351.573	385.630	33.446	33.832	34.421	29.005	36.853	41.477	37.046	37.151	31.730	30.248	33.104	35.231	413.544
RJ	822.606	896.082	931.069	1.023.997	1.206.731	1.264.732	1.394.064	133.594	126.880	134.389	121.228	138.470	131.674	130.005	132.978	126.045	126.107	124.467	141.645	1.567.482
SP	2.929.226	3.338.309	3.602.301	4.023.740	4.854.822	4.773.637	5.385.451	460.239	473.870	508.090	471.275	525.497	495.660	477.456	513.256	492.199	492.344	523.502	544.440	5.977.828
PR	738.180	826.597	846.612	945.021	1.139.445	1.126.560	1.261.064	110.103	118.176	128.646	109.150	119.946	119.007	114.174	117.518	112.365	109.291	113.418	121.738	1.393.532
SC	564.258	628.457	669.553	746.530	876.099	877.382	997.295	89.314	96.254	106.101	86.254	97.046	86.767	85.585	88.712	82.079	83.974	82.633	95.700	1.080.419
RS	797.816	843.445	829.211	891.875	1.070.932	1.048.000	1.219.206	108.463	113.636	129.002	109.610	122.147	109.441	107.646	116.708	104.438	104.143	107.526	120.767	1.353.527
MS	141.978	158.855	164.155	181.977	233.087	216.486	231.298	19.777	19.531	22.614	22.594	21.096	19.623	21.149	22.121	20.421	23.133	21.830	24.824	258.713
MT	225.683	246.156	222.890	244.297	304.120	318.748	339.640	25.848	27.307	33.820	30.124	32.474	29.040	28.609	32.072	33.394	32.666	35.319	35.782	376.455
GO	309.345	348.536	365.106	413.557	498.404	509.371	577.169	47.060	47.286	50.986	50.671	55.217	52.766	52.266	55.371	54.453	59.313	62.293	62.598	650.280
DF	154.088	170.482	187.154	200.575	230.345	268.501	294.083	26.037	25.767	27.632	23.475	29.825	26.612	26.848	26.773	26.330	24.516	25.150	30.436	319.401
Total	9.773.220	10.925.020	11.602.463	12.723.897	15.207.127	15.192.530	17.067.900	1.498.281	1.516.418	1.673.247	1.502.153	1.660.598	1.566.424	1.556.300	1.639.875	1.553.948	1.538.423	1.577.687	1.713.223	18.996.577

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: ¹Soma dos meses de janeiro a dezembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.3
Varição do nível de emprego por UF

	2004 ¹	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	2009 ¹	2010 ¹	Jan./2011	Fev./2011	Mar./2011	Abr./2011	Mai./2011	Jun./2011	Jul./2011	Ago./2011	Sep./2011	Out./2011	Nov./2011	Dez./2011	Jan.-dez./2011
RO	6.035	4.884	4.671	8.333	5.380	24.875	21.945	380	3.920	1.987	938	345	1.107	1.310	599	243	-33	-1.511	-3.483	5.802
AC	820	2.336	1.180	-96	499	1.969	1.352	-335	429	-841	354	228	939	499	153	86	-40	-264	-795	413
AM	22.731	19.939	13.005	22.584	8.736	-1.408	20.813	3.118	4.718	3.854	4.346	2.994	4.873	4.504	4.182	3.319	2.627	1.303	-6.147	33.691
RR	914	1.463	668	1.342	574	1.189	2.503	209	127	-123	-128	-679	-22	148	415	748	183	451	-240	1.089
PA	38.204	17.797	20.806	28.003	8.726	7.380	35.394	855	4.208	-1.457	3.018	1.158	4.202	6.770	6.663	5.875	5.963	4.226	-7.114	34.367
AP	2.906	1.311	1.412	1.704	1.949	191	2.151	-206	72	-79	469	198	652	650	644	952	673	496	-59	4.462
TO	5.803	994	2.140	7.105	710	3.045	5.891	-41	1.053	-510	654	323	171	415	829	1.154	779	169	-2.187	2.809
MA	10.039	12.882	13.732	16.178	19.344	-4.784	27.937	-1.060	1.160	-3.816	1.935	24	4.683	3.021	3.429	3.759	2.064	334	-2.980	12.553
PI	5.890	6.562	7.540	7.901	11.324	12.727	18.794	154	182	-2.114	2.496	1.155	1.702	902	1.013	1.284	1.494	590	-3.988	4.870
CE	31.240	30.875	33.560	39.722	41.441	64.436	72.787	-956	5.793	-583	6.605	2.605	4.084	7.820	8.005	8.604	6.250	4.368	-6.569	46.026
RN	17.992	18.396	15.341	15.004	13.531	4.800	24.924	-2.243	-127	-1.048	371	-155	1.407	1.293	4.596	4.567	1.941	1.013	-3.098	8.517
PB	12.713	10.768	13.076	12.157	9.895	13.291	22.361	-1.112	-3.581	-3.126	1.902	819	2.504	1.190	10.271	3.833	2.056	2.150	-1.085	15.821
PE	37.426	40.230	38.885	46.348	52.800	46.717	98.505	-5.957	2.069	-7.205	-1.964	9.860	11.328	8.029	18.613	27.766	7.421	5.135	-5.033	70.062
AL	9.682	5.705	12.055	-505	3.322	7.821	6.077	1.395	-488	-15.786	-16.134	-2.228	1.450	1.580	3.922	31.937	5.938	2.030	-1.860	11.756
SE	9.891	7.644	7.588	8.785	11.038	11.198	19.263	1.730	1.294	-729	-1.139	1.304	1.028	1.675	2.521	4.649	2.239	1.312	-1.396	14.488
BA	52.724	63.952	25.089	58.720	40.922	71.170	91.402	7.438	3.127	2.758	10.623	11.710	11.767	2.033	7.143	3.025	481	3.157	-15.069	48.193
MG	175.254	155.409	152.294	168.398	130.722	90.608	259.439	13.846	36.053	11.576	36.354	56.977	45.021	7.930	-801	3.354	7.458	5.825	-51.493	172.100
ES	36.007	40.660	31.969	25.074	29.374	18.975	33.590	1.776	3.746	-204	8.814	12.519	-1.693	1.018	2.798	3.454	4.254	1.714	-4.248	33.948
RJ	107.830	121.111	116.158	144.786	154.596	88.875	190.680	1.127	19.921	2.835	25.756	18.603	19.756	10.968	19.865	23.903	13.259	24.867	-12.707	168.153
SP	497.652	472.931	472.627	611.539	525.607	277.573	653.242	54.346	105.803	61.001	119.133	86.737	61.208	49.285	53.033	36.396	22.879	-29.145	-144.031	476.645
PR	122.648	72.374	86.396	122.361	110.903	69.084	142.483	14.954	19.801	13.927	20.837	16.789	6.777	8.830	14.251	13.157	11.569	5.663	-34.186	112.369
SC	90.751	63.631	61.322	83.630	73.906	51.014	100.981	16.889	18.914	2.335	8.751	4.498	2.999	3.006	7.597	10.297	13.153	12.089	-25.240	75.288
RS	116.822	26.263	52.099	94.324	90.554	64.226	163.264	17.232	20.380	19.472	16.997	4.454	6.287	5.208	5.609	6.504	16.522	12.875	-22.718	108.822
MS	20.087	4.612	6.507	11.922	9.866	12.900	19.738	3.568	5.391	2.508	2.006	5.947	3.577	1.592	2.409	1.635	-1.986	-1.285	-9.770	15.592
MT	27.768	-5.776	4.131	24.556	22.893	5.412	17.352	7.837	10.558	-2.269	1.817	3.626	9.832	4.517	2.905	767	481	-5.791	-13.793	20.487
GO	37.253	31.672	21.061	41.153	47.347	34.404	59.062	13.025	13.225	8.399	12.170	12.218	8.411	6.055	6.855	5.330	-4.661	-10.466	-21.176	49.385
DF	26.194	25.356	13.374	16.364	26.245	17.422	25.017	4.122	3.051	1.913	5.244	38	1.343	315	2.927	2.480	3.179	1.430	-7.707	18.335
Total	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392	1.452.204	995.110	2.136.947	152.091	280.799	92.675	272.225	252.067	215.393	140.563	190.446	209.078	126.143	42.735	-408.172	1.566.043

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.4
Admissões por setor de atividade

	Extr. min.	Ind. transf.	SIUP	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2004 ¹	40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005 ¹	45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006 ¹	46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007 ¹	48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2008 ¹	54.161	3.525.765	70.994	1.866.537	3.774.888	5.856.365	105.502	1.405.119	0	16.659.331
2009 ¹	42.915	3.147.085	77.608	1.950.078	3.783.528	5.802.755	112.804	1.270.867	0	16.187.640
2010 ¹	57.054	3.910.066	91.743	2.463.997	4.442.260	6.875.128	103.161	1.261.438	0	19.204.847
2011										
Janeiro	4.721	333.593	9.359	219.794	368.364	610.189	8.054	96.298	0	1.650.372
Fevereiro	5.334	368.374	7.988	218.223	385.475	688.288	22.153	101.382	0	1.797.217
Março	5.801	368.191	8.237	210.524	393.497	665.264	10.523	103.885	0	1.765.922
Abril	5.417	374.276	8.934	215.448	392.182	653.913	8.538	115.670	0	1.774.378
Maiο	5.534	374.662	8.429	243.169	414.415	684.338	8.076	174.042	0	1.912.665
Junho	5.678	329.424	7.861	236.879	398.707	629.409	6.603	167.256	0	1.781.817
Julho	5.903	323.348	7.820	234.458	386.778	616.276	6.270	116.010	0	1.696.863
Agosto	5.865	357.499	7.940	243.935	414.407	690.506	8.414	101.755	0	1.830.321
Setembro	5.520	359.578	7.555	231.602	407.122	650.996	7.401	93.252	0	1.763.026
Outubro	4.681	304.773	7.123	214.293	412.565	628.496	5.790	86.845	0	1.664.566
Novembro	3.856	266.132	6.709	198.620	453.075	605.801	5.053	81.176	0	1.620.422
Dezembro	3.839	184.131	11.867	147.872	377.716	521.104	4.351	54.171	0	1.305.051
Jan.-dez./2011	62.149	3.943.981	99.822	2.614.817	4.804.303	7.644.580	101.226	1.291.742	0	20.562.620

Fonte: CAGED/MTE.

Notas: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

	Extr. min.	Ind. transf.	SIUP	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2004 ¹	30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005 ¹	35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006 ¹	34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007 ¹	38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2008 ¹	45.490	3.347.090	63.029	1.668.669	3.392.670	5.208.106	95.186	1.386.887	0	15.207.127
2009 ¹	40.879	3.136.220	72.624	1.772.893	3.486.371	5.302.578	94.729	1.286.236	0	15.192.530
2010 ¹	40.711	3.425.038	73.889	2.209.819	3.831.647	6.010.878	97.534	1.287.384	0	12.575.471
2011	3.150	280.386	7.787	186.436	386.494	536.958	9.096	87.974	0	1.498.281
Janeiro	3.621	308.276	7.295	187.522	368.081	553.946	7.132	80.545	0	1.516.418
Fevereiro	3.956	353.743	7.330	207.209	397.314	604.955	6.255	92.485	0	1.673.247
Março	3.374	322.963	7.133	185.567	350.595	539.474	5.510	87.537	0	1.502.153
Abril	3.900	332.361	7.048	214.247	389.106	613.092	6.386	94.458	0	1.660.598
Maio	3.926	306.806	7.552	206.348	368.740	575.866	5.157	92.029	0	1.566.424
Junho	3.870	299.738	6.691	208.826	358.240	570.315	6.257	102.363	0	1.556.300
Julho	3.868	321.585	7.976	212.322	370.071	596.108	6.692	121.253	0	1.639.875
Agosto	3.689	293.309	6.541	206.625	364.749	559.222	5.687	114.126	0	1.553.948
Setembro	3.457	299.567	6.743	203.995	351.687	551.295	4.921	116.758	0	1.538.423
Outubro	3.727	320.438	6.880	221.409	345.155	551.802	4.803	123.473	0	1.577.687
Novembro	3.775	330.135	13.176	225.351	385.501	605.200	21.832	128.253	0	1.713.223
Dezembro	44.313	3.769.307	92.152	2.465.857	4.435.733	6.858.233	89.728	1.241.254	0	18.996.577
Jan.-dez./2011										

Fonte: CAGED/MTE.

Notas: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.6
Varição do nível de emprego formal por setor de atividade

	Extr. min.	Ind. transf.	SIUP	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2004 ¹	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005 ¹	9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	76	1.253.981
2006 ¹	12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007 ¹	9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2008 ¹	8.671	178.675	7.965	197.868	382.218	648.259	10.316	18.232	0	1.452.204
2009 ¹	2.036	10.865	4.984	177.185	297.157	500.177	18.075	-15.369	0	995.110
2010 ¹	16.343	485.028	16.207	254.178	519.613	864.250	5.627	-25.946	0	2.201.406
2011	1.571	53.207	1.572	33.358	-18.130	73.231	-1.042	8.324	0	152.091
Janeiro	1.713	60.098	693	30.701	17.394	134.342	15.021	20.837	0	280.799
Fevereiro	1.845	14.448	907	3.315	-3.817	60.309	4.268	11.400	0	92.675
Março	2.043	51.313	1.801	29.881	41.587	114.439	3.028	28.133	0	272.225
Abril	1.634	42.301	1.381	28.922	25.309	71.246	1.690	79.584	0	252.067
Maio	1.752	22.618	309	30.531	29.967	53.543	1.446	75.227	0	215.393
Junho	2.033	23.610	1.129	25.632	28.538	45.961	13	13.647	0	140.563
Julho	1.997	35.914	-36	31.613	44.336	94.398	1.722	-19.498	0	190.446
Agosto	1.831	66.269	1.014	24.977	42.373	91.774	1.714	-20.874	0	209.078
Setembro	1.224	5.206	380	10.298	60.878	77.201	869	-29.913	0	126.143
Outubro	129	-54.306	-171	-22.789	107.920	53.999	250	-42.297	0	42.735
Novembro	64	-146.004	-1.309	-77.479	-7.785	-84.096	-17.481	-74.082	0	-408.172
Dezembro	17.836	174.674	7.670	148.960	368.570	786.347	11.498	50.488	0	1.566.043
Jan.-dez./2011										

Fonte: CAGED/MTE.

Notas: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.1

Taxa de desemprego por região metropolitana: PME

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2008	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9	5,4	7,7
2009	9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6	8,1	5,4	7,9
2010	8,7	11,0	5,5	5,6	7,0	4,5	6,7	4,5	6,6
2011									
Janeiro	7,1	10,7	5,3	5,1	6,0	4,2	6,1	3,5	5,9
Fevereiro	7,8	10,3	6,3	4,9	6,6	4,4	6,4	4,0	6,2
Março	7,6	10,5	5,3	4,9	6,9	5,0	6,5	3,8	6,3
Abril	7,5	10,2	5,3	4,8	7,1	4,6	6,4	3,7	6,2
Maio	6,8	10,5	4,7	5,4	6,7	5,1	6,4	4,4	6,3
Junho	6,1	10,2	4,6	5,3	6,6	4,8	6,2	4,1	6,1
Julho	6,3	9,8	4,7	5,0	6,5	4,7	6,0	3,7	5,8
Agosto	6,7	8,9	4,8	5,1	6,3	5,2	6,0	3,8	5,8
Setembro	6,4	9,0	5,0	5,7	6,1	4,8	6,0	3,4	5,8
Outubro	6,0	9,4	4,5	5,7	5,6	4,4	5,8	3,6	5,6
Novembro	5,5	8,4	4,2	5,5	5,0	3,6	5,2	3,4	5,1
Dezembro	4,7	7,7	3,8	4,9	4,7	3,1	4,7	3,0	4,6
Jan.-dez./2011	6,5	9,6	4,9	5,2	6,2	4,5	6,0	3,7	5,8

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA IV.2

Taxa de desemprego aberto: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	12,7	14,6	11,0	17,1	13,6	12,2
2004	11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005	10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006	10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
2007	10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8
2008	9,3	10,6	8,4	12,2	12,1	7,6
2009	10,0	10,5	8,6	12,2	11,5	8,0
2010	8,9	9,4	7,1	11,2	10,1	6,9
2011						
Janeiro	8,1	8,3	6,1	9,6	8,3	6,4
Fevereiro	9,0	9,2	6,3	10,0	8,4	7,0
Março	8,8	9,8	6,4	10,2	8,8	6,8
Abril	8,5	9,4	6,7	10,2	8,9	7,0
Maio	8,7	9,0	6,7	10,4	9,0	6,8
Junho	8,8	8,7	6,7	10,6	9,0	6,6
Julho	8,7	8,9	6,4	11,0	8,9	5,9
Agosto	8,5	9,2	6,3	11,3	9,0	5,6
Setembro	7,9	9,1	5,9	11,2	8,4	5,3
Outubro	7,5	8,8	5,8	10,6	7,9	5,0
Novembro	6,9	8,2	5,4	9,8	7,5	4,6
Dezembro	8,3	8,9	6,2	10,4	8,5	6,1
Jan.-dez./2011	8,6	9,0	6,4	10,3	8,7	6,5

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.3

Taxa de desemprego oculto por desalento: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8
2004	1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005	1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006	1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0
2007	1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6
2008	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,3
2009	1,0	2,6	n.d.	2,3	3,1	1,2
2010	0,9	2,2	n.d.	1,9	2,6	0,8
2011						
Janeiro	n.d.	2,4	n.d.	1,4	2,2	0,6
Fevereiro	n.d.	2,4	n.d.	1,5	2,3	0,6
Março	n.d.	2,2	n.d.	2,1	2,3	0,7
Abril	n.d.	1,8	n.d.	1,9	2,1	0,5
Maio	n.d.	1,6	n.d.	1,8	2,0	0,6
Junho	n.d.	1,6	n.d.	1,5	2,1	0,4
Julho	n.d.	1,5	n.d.	1,5	2,1	n.d.
Agosto	n.d.	1,4	n.d.	n.d.	2,2	n.d.
Setembro	n.d.	1,4	n.d.	n.d.	2,1	n.d.
Outubro	n.d.	1,2		n.d.	2,2	n.d.
Novembro	n.d.	1,3	n.d.	1,3	2,1	n.d.
Dezembro	n.d.	1,1	n.d.	n.d.	2,1	n.d.
Jan.-dez./2011	n.d.	1,8	n.d.	1,7	2,2	0,6

Fonte: PED/Dieese.

n.d. = não disponível.

TABELA IV.4

Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7
2004	5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1
2005	4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3
2006	4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2
2007	3,6	3,4	2,3	6,3	4,0	1,8
2008	3,1	3,0	2,0	5,9	4,5	1,1
2009	2,8	2,7	1,7	5,2	4,6	1,1
2010	2,4	2,2	1,4	4,0	4,0	0,9
2011						
Janeiro	1,8	2,0	n.d.	2,8	3,3	0,8
Fevereiro	1,7	2,0	n.d.	3,2	3,3	0,8
Março	1,6	2,1	n.d.	3,6	3,2	0,8
Abril	1,8	2,0	n.d.	3,6	2,9	0,8
Maio	1,7	2,0	n.d.	3,6	2,8	0,6
Junho	1,7	2,1	n.d.	3,6	2,8	0,5
Julho	1,7	2,2	n.d.	3,5	2,6	n.d.
Agosto	1,6	2,0	n.d.	3,4	2,7	n.d.
Setembro	1,6	2,0	n.d.	3,3	2,8	n.d.
Outubro	1,5	1,8	n.d.	3,6	3,0	n.d.
Novembro	1,5	1,9	n.d.	3,6	2,8	n.d.
Dezembro	1,5	1,8	n.d.	3,2	2,6	n.d.
Jan.-dez./2011	1,6	2,0	n.d.	3,4	2,9	0,7

Fonte: PED/Dieese.

n.d. = não disponível.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.5

Taxa de desemprego total: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004	18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005	17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006	15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
2007	15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3
2008	13,5	16,7	11,3	20,3	19,7	10,0
2009	13,8	16,0	11,3	19,7	19,2	10,3
2010	12,1	13,8	8,9	17,0	16,6	8,6
2011						
Janeiro	10,5	12,6	7,3	13,6	13,5	7,7
Fevereiro	10,6	12,7	7,3	14,3	13,9	7,8
Março	11,3	13,4	7,4	15,7	13,9	8,5
Abril	11,2	13,6	7,4	15,7	13,8	8,1
Maio	10,7	13,0	7,7	15,6	13,7	8,2
Junho	11,0	12,7	7,8	15,5	13,9	7,7
Julho	11,1	12,4	8,0	15,6	13,7	7,6
Agosto	11,2	12,3	7,7	15,6	13,8	6,7
Setembro	10,6	12,5	7,7	15,8	13,9	6,4
Outubro	9,9	12,2	7,1	15,9	13,5	6,0
Novembro	9,5	11,9	7,0	15,5	12,8	5,7
Dezembro	9,0	11,0	6,4	14,1	12,2	5,2
Jan.-dez./2011	10,6	12,5	7,4	15,2	13,6	7,1

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.6

Taxa de desemprego por gênero: PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	10,1	15,2
2004	9,1	14,4
2005	7,8	12,4
2006	8,1	12,2
2007	7,4	11,6
2008	6,1	10,0
2009	6,5	9,9
2010	5,2	8,5
2011		
Janeiro	4,8	7,5
Fevereiro	5,1	7,9
Março	5,0	8,2
Abril	5,0	8,1
Maio	4,9	8,0
Junho	5,0	7,6
Julho	4,7	7,6
Agosto	4,6	7,6
Setembro	4,7	7,5
Outubro	4,5	7,2
Novembro	3,9	6,7
Dezembro	3,7	6,0
Jan.-dez./2011	4,7	7,5

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.7

Taxa de desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2003	12,0	16,6	10,7
2004	10,5	15,8	10,4
2005	8,8	13,4	9,1
2006	8,9	13,6	9,2
2007	8,1	12,6	8,8
2008	6,7	10,6	7,5
2009	6,6	10,5	8,0
2010	5,5	9,1	6,5
2011			
Janeiro	4,7	8,1	6,0
Fevereiro	5,1	8,1	6,3
Março	5,4	8,5	6,3
Abril	5,0	8,6	6,4
Maio	5,3	7,9	6,3
Junho	5,1	8,2	6,0
Julho	5,0	8,1	5,8
Agosto	5,2	8,1	5,7
Setembro	5,3	8,3	5,6
Outubro	4,9	8,2	5,4
Novembro	4,7	7,5	4,7
Dezembro	3,7	7,0	4,5
Jan.-dez./2011	5,0	8,1	5,8

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.8

Taxa de desemprego por faixa etária

(Em %)

Período	15-17	18-24	25-49	> = 50
2003	38,2	23,4	9,4	5,3
2004	35,4	22,5	8,7	4,7
2005	33,3	20,6	7,4	3,7
2006	32,6	21,1	7,6	3,7
2007	31,9	19,8	7,2	3,2
2008	28,8	16,6	6,3	2,8
2009	28,7	17,3	6,6	3,0
2010	25,8	14,9	5,5	2,4
2011				
Janeiro	24,3	14,2	4,8	2,0
Fevereiro	24,5	13,9	5,2	2,3
Março	25,4	14,4	5,2	2,6
Abril	25,3	15,0	5,0	2,4
Maio	21,4	13,5	5,4	2,5
Junho	19,2	14,4	5,0	2,4
Julho	23,4	13,9	4,8	2,5
Agosto	25,5	13,6	4,8	2,3
Setembro	24,2	13,5	4,9	2,2
Outubro	22,9	12,6	4,8	2,2
Novembro	20,0	11,4	4,4	2,0
Dezembro	20,3	10,6	3,9	1,7
Jan.-dez./2011	23,0	13,4	4,9	2,3

Fonte: PME/IBGE.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.9

Taxa de desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2003	7,2	16,9
2004	6,4	15,9
2005	5,6	13,6
2006	5,6	13,7
2007	5,0	12,9
2008	4,3	11,0
2009	4,5	11,2
2010	3,7	9,4
2011		
Janeiro	3,3	8,4
Fevereiro	3,6	8,8
Março	3,6	9,0
Abril	3,3	9,1
Maio	3,7	8,6
Junho	3,4	8,6
Julho	3,3	8,4
Agosto	3,2	8,4
Setembro	3,2	8,4
Outubro	3,2	8,0
Novembro	2,9	7,2
Dezembro	2,4	6,8
Jan.-dez./2011	3,3	8,3

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.10

Composição do desemprego por gênero: PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	45,4	54,6
2004	43,6	56,4
2005	43,5	56,5
2006	44,8	55,2
2007	43,3	56,7
2008	41,9	58,1
2009	43,5	56,5
2010	41,6	58,4
2011		
Janeiro	42,6	57,4
Fevereiro	43,5	56,5
Março	41,5	58,5
Abril	41,9	58,1
Maio	42,0	58,0
Junho	43,3	56,7
Julho	42,4	57,6
Agosto	41,8	58,2
Setembro	42,0	58,0
Outubro	42,0	58,0
Novembro	40,3	59,7
Dezembro	42,1	57,9
Jan.-dez./2011	42,1	57,9

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.11

Composição do desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2003	27,6	72,4
2004	26,1	73,9
2005	26,4	73,6
2006	26,1	73,9
2007	24,8	75,2
2008	25,3	74,7
2009	26,0	74,0
2010	25,5	74,5
2011		
Janeiro	25,3	74,7
Fevereiro	26,1	73,9
Março	25,5	74,5
Abril	23,6	76,4
Maio	26,6	73,4
Junho	25,5	74,5
Julho	25,6	74,4
Agosto	24,7	75,3
Setembro	25,1	74,9
Outubro	25,8	74,2
Novembro	26,1	73,9
Dezembro	23,5	76,5
Jan.-dez./2011	25,3	74,7

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.12

Composição do desemprego por faixa etária: PME

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004	0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005	0,5	8,1	38,6	46,5	6,4
2006	0,5	7,9	38,2	46,9	6,4
2007	0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2008	0,6	7,6	36,0	49,1	6,7
2009	0,5	6,5	35,2	50,4	7,3
2010	0,5	6,9	34,9	50,3	7,4
2011					
Janeiro	0,6	7,3	35,8	49,3	7,0
Fevereiro	0,6	7,5	33,7	50,7	7,5
Março	0,5	7,4	34,3	49,4	8,3
Abril	0,8	7,9	35,9	47,6	7,8
Maio	0,5	6,4	33,1	51,5	8,5
Junho	0,5	5,9	35,7	49,7	8,3
Julho	0,5	7,4	34,9	48,5	8,7
Agosto	0,5	7,8	33,9	49,5	8,2
Setembro	0,4	7,6	33,8	50,1	8,0
Outubro	0,5	7,1	33,1	51,1	8,3
Novembro	0,3	6,8	32,4	52,4	8,1
Dezembro	0,5	7,6	33,0	51,5	7,4
Jan.-dez./2011	0,5	7,2	34,1	50,1	8,0

Fonte: PME/IBGE.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.13

Composição do desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2003	33,2	26,9	39,8
2004	29,9	26,9	43,2
2005	27,7	26,1	46,2
2006	26,4	25,7	47,8
2007	24,2	25,1	50,7
2008	22,5	24,6	52,9
2009	20,3	23,3	56,4
2010	19,1	23,9	57,0
2011			
Janeiro	17,1	23,0	60,0
Fevereiro	17,8	22,2	60,0
Março	18,3	22,9	58,8
Abril	17,7	23,3	59,0
Maio	19,1	21,5	59,4
Junho	18,6	23,3	58,1
Julho	18,7	23,4	57,9
Agosto	19,4	23,1	57,5
Setembro	19,2	23,9	56,9
Outubro	18,2	24,9	56,9
Novembro	19,7	24,8	55,5
Dezembro	17,0	24,8	58,3
Jan.-dez./2011	18,4	23,4	58,2

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.14

Composição do desemprego por faixa de duração

(Em %)

Período	<1	1-6	7-11	12-23	> = 24
2003	18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004	20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005	22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006	21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007	24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2008	23,8	48,9	8,4	10,7	8,3
2009	25,8	49,7	8,9	9,1	6,6
2010	25,6	49,1	7,5	10,2	7,5
2011					
Janeiro	29,9	47,7	6,2	8,3	7,8
Fevereiro	25,7	50,5	6,1	10,4	7,3
Março	25,9	53,7	4,8	8,3	7,3
Abril	27,5	53,0	4,8	7,9	6,8
Maio	24,6	54,6	5,3	8,0	7,6
Junho	25,3	52,6	5,6	8,0	8,6
Julho	26,1	49,9	7,7	8,5	7,7
Agosto	27,3	49,3	8,5	8,4	6,5
Setembro	27,3	48,7	9,0	8,3	6,7
Outubro	24,2	50,5	9,5	8,8	7,0
Novembro	24,0	51,0	9,5	9,3	6,2
Dezembro	23,5	49,9	8,8	11,0	6,8
Jan.-dez./2011	25,9	51,0	7,2	8,8	7,2

Fonte: PME/IBGE.

V. RENDIMENTOS

TABELA V.1

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região

(Em R\$ de dezembro de 2011)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ¹	Total
2003	928,62	1.026,08	1.151,82	1.267,49	1.498,84	1.235,65	1.311,57	1.276,10	1.309,09
2004	905,49	1.005,08	1.149,32	1.252,82	1.475,28	1.243,43	1.294,82	1.316,44	1.296,34
2005	934,54	1.023,86	1.175,37	1.279,87	1.493,57	1.228,31	1.314,69	1.305,99	1.314,08
2006	978,76	1.079,29	1.222,28	1.314,85	1.569,29	1.269,28	1.366,70	1.408,71	1.369,64
2007	1.004,83	1.106,84	1.266,60	1.391,08	1.598,10	1.322,91	1.410,31	1.422,35	1.411,15
2008	1.005,66	1.199,67	1.339,52	1.484,15	1.658,87	1.374,47	1.458,19	1.503,78	1.461,38
2009	995,14	1.241,01	1.394,32	1.532,05	1.711,23	1.437,01	1.525,26	1.591,20	1.529,87
2010	1.115,21	1.296,70	1.472,70	1.638,76	1.718,54	1.531,45	1.582,50	1.691,38	1.590,12
2011									
Janeiro	1.211,46	1.298,83	1.503,20	1.709,17	1.719,19	1.604,57	1.594,57	1.748,44	1.605,34
Fevereiro	1.099,29	1.245,72	1.469,08	1.759,37	1.708,69	1.603,12	1.587,20	1.692,26	1.594,55
Março	1.137,14	1.245,80	1.506,04	1.745,93	1.726,85	1.572,25	1.595,47	1.749,66	1.606,27
Abril	1.090,24	1.284,04	1.496,15	1.688,24	1.692,48	1.582,53	1.566,57	1.650,46	1.572,44
Maio	1.103,93	1.318,12	1.509,75	1.725,91	1.712,07	1.544,63	1.584,75	1.669,57	1.590,69
Junho	1.101,80	1.344,78	1.584,88	1.667,74	1.733,16	1.581,80	1.593,29	1.706,10	1.601,19
Julho	1.147,28	1.426,07	1.587,08	1.713,67	1.762,25	1.611,73	1.628,64	1.671,11	1.631,61
Agosto	1.167,92	1.406,03	1.574,45	1.778,76	1.752,87	1.593,38	1.637,26	1.693,19	1.641,18
Setembro	1.105,69	1.426,84	1.547,80	1.722,58	1.734,66	1.542,46	1.607,60	1.726,18	1.615,90
Outubro	1.162,38	1.448,24	1.560,73	1.694,32	1.733,95	1.533,54	1.629,53	1.830,17	1.643,58
Novembro	1.208,34	1.451,55	1.551,84	1.694,48	1.731,01	1.544,72	1.631,68	1.800,44	1.643,49
Dezembro	1.157,40	1.470,50	1.572,20	1.732,10	1.755,50	1.541,50	1.650,00	1.817,20	1.661,70
Jan.-dez./2011	1.141,07	1.363,87	1.538,60	1.719,35	1.730,22	1.571,35	1.608,88	1.729,57	1.617,33

Fontes: PME/IBGE e PME/lpades.

Nota: ¹ Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

TABELA V.2

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região

(Em R\$ de novembro de 2011)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ¹	Total
2003	921,13	1.035,55	1.155,14	1.287,19	1.493,05	1.237,57	1.314,99	1.237,39	1.309,56
2004	893,38	1.014,94	1.155,07	1.270,15	1.514,15	1.254,61	1.317,07	1.267,89	1.313,62
2005	953,19	1.061,40	1.197,03	1.303,34	1.539,33	1.254,85	1.348,37	1.293,44	1.344,52
2006	1.015,23	1.116,78	1.253,02	1.342,52	1.624,77	1.302,14	1.407,87	1.422,41	1.408,88
2007	1.045,59	1.161,30	1.294,20	1.428,15	1.657,19	1.366,97	1.457,78	1.461,16	1.458,02
2008	1.029,96	1.205,97	1.360,65	1.525,73	1.704,31	1.410,30	1.514,86	1.513,83	1.514,79
2009	1.012,75	1.244,42	1.408,55	1.559,65	1.742,69	1.470,32	1.550,97	1.610,67	1.555,15
2010	1.142,69	1.315,32	1.478,63	1.679,29	1.768,12	1.566,64	1.619,76	1.718,20	1.626,65
Jan.-nov./2010	1.107,87	1.299,96	1.443,67	1.646,26	1.726,37	1.530,21	1.540,63	1.695,93	1.551,50
2011									
Janeiro	1.093,55	1.238,63	1.432,70	1.751,25	1.717,51	1.601,93	1.605,78	1.682,22	1.611,13
Fevereiro	1.125,42	1.240,19	1.470,02	1.727,36	1.734,37	1.545,19	1.608,71	1.755,21	1.618,97
Março	1.073,08	1.278,48	1.463,21	1.676,11	1.698,10	1.574,84	1.581,58	1.654,39	1.586,67
Abril	1.076,30	1.319,01	1.483,27	1.717,37	1.710,51	1.533,31	1.610,25	1.668,23	1.614,31
Maio	1.067,66	1.339,27	1.546,23	1.648,66	1.733,01	1.569,11	1.602,55	1.693,68	1.608,93
Junho	1.106,50	1.410,19	1.550,19	1.683,11	1.763,16	1.596,92	1.634,85	1.661,60	1.636,73
Julho	1.120,17	1.396,92	1.538,86	1.752,80	1.751,38	1.574,90	1.643,57	1.684,46	1.646,43
Agosto	1.069,88	1.427,09	1.502,76	1.706,50	1.743,89	1.526,03	1.621,07	1.721,31	1.628,09
Setembro	1.116,55	1.439,94	1.531,83	1.675,95	1.740,24	1.526,55	1.620,18	1.806,93	1.633,25
Outubro	1.161,46	1.460,13	1.517,52	1.683,30	1.739,71	1.532,03	1.625,49	1.781,31	1.625,49
Novembro	1.134,41	1.501,06	1.597,22	1.813,57	2.012,72	1.591,04	1.785,96	1.939,28	1.785,96
Jan.-nov./2011	1.104,09	1.368,26	1.512,16	1.712,36	1.758,60	1.561,08	1.630,91	1.731,69	1.636,00

Fontes: PME/IBGE e PME/lpades.

Nota: ¹ Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

TABELA V.3

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de dezembro de 2011)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2003	1.351,55	847,53	1.209,75	1.953,20	1.049,16	1.329,69
2004	1.347,47	842,09	1.202,01	1.912,35	1.042,36	1.312,71
2005	1.335,82	878,26	1.207,77	1.984,44	1.063,27	1.332,86
2006	1.381,50	905,41	1.256,74	2.093,02	1.112,99	1.385,58
2007	1.394,52	950,58	1.285,84	2.221,97	1.186,14	1.429,80
2008	1.422,81	962,91	1.317,08	2.312,65	1.235,09	1.478,34
2009	1.456,19	1.010,68	1.358,27	2.435,43	1.276,01	1.525,26
2010	1.478,10	1.112,01	1.403,04	2.538,48	1.317,49	1.582,50
2011						
Janeiro	1.482,30	1.182,69	1.423,24	2.603,20	1.390,98	1.616,61
Fevereiro	1.487,11	1.135,89	1.420,88	2.557,91	1.395,28	1.609,13
Março	1.489,43	1.190,86	1.432,71	2.651,61	1.380,55	1.617,52
Abril	1.486,84	1.186,52	1.429,81	2.600,97	1.329,46	1.588,22
Maio	1.495,90	1.190,91	1.437,85	2.599,95	1.344,53	1.606,65
Junho	1.495,58	1.217,85	1.443,70	2.574,05	1.322,95	1.615,31
Julho	1.515,40	1.302,47	1.475,99	2.600,74	1.352,02	1.651,15
Agosto	1.496,18	1.224,69	1.446,87	2.599,03	1.400,62	1.659,88
Setembro	1.502,07	1.163,15	1.440,84	2.495,11	1.357,10	1.629,81
Outubro	1.499,89	1.119,57	1.432,60	2.534,58	1.383,79	1.629,53
Novembro	1.507,25	1.135,66	1.441,82	2.605,92	1.388,04	1.631,68
Dezembro	1.529,30	1.107,00	1.454,50	2.668,30	1.402,80	1.650,00
Jan.-dez./2011	1.498,94	1.179,77	1.440,07	2.590,95	1.370,68	1.625,46

Fonte: PME/IBGE.

TABELA V.4

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de novembro de 2011)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2003	1.376,90	816,46	1.218,88	1.968,01	998,89	1.314,99
2004	1.381,62	824,35	1.220,78	1.945,97	1.013,10	1.317,07
2005	1.378,82	863,01	1.235,54	2.041,38	1.046,11	1.348,37
2006	1.436,95	889,67	1.294,44	2.185,28	1.085,19	1.407,87
2007	1.460,89	945,57	1.336,10	2.331,98	1.152,66	1.457,78
2008	1.489,25	946,71	1.365,43	2.430,62	1.216,11	1.514,86
2009	1.507,61	997,56	1.396,56	2.532,79	1.253,90	1.550,97
2010	1.535,05	1.115,49	1.449,78	2.638,29	1.308,00	1.619,76
Jan.-nov./2010	1.455,19	1.069,31	1.375,57	2.467,31	1.256,40	1.540,63
2011						
Janeiro	1.491,76	1.108,18	1.419,46	2.585,02	1.375,74	1.605,78
Fevereiro	1.492,23	1.167,65	1.430,59	2.656,32	1.346,39	1.608,71
Março	1.490,26	1.163,01	1.428,24	2.603,93	1.311,37	1.581,58
Abril	1.496,74	1.159,09	1.432,49	2.607,67	1.329,67	1.610,25
Maio	1.493,44	1.191,22	1.437,03	2.568,98	1.302,69	1.602,55
Junho	1.510,72	1.279,66	1.467,95	2.610,38	1.311,48	1.634,85
Julho	1.495,85	1.198,05	1.441,80	2.602,79	1.371,16	1.643,57
Agosto	1.501,98	1.138,51	1.436,28	2.499,40	1.342,25	1.621,07
Setembro	1.500,55	1.099,89	1.429,58	2.540,83	1.368,96	1.620,18
Outubro	1.508,28	1.113,10	1.438,76	2.611,58	1.376,42	1.625,49
Novembro	1.738,62	1.140,59	1.632,79	2.923,13	1.397,29	1.785,96
Jan.-nov./2011	1.520,04	1.159,90	1.454,09	2.619,09	1.348,49	1.630,91

Fonte: PME/IBGE.

V. RENDIMENTOS

TABELA V.5

Salário mínimo real

(Em R\$ de dezembro de 2011)

Período	SMR
2003	148,50
2004	173,66
2005	207,88
2006	252,60
2007	290,21
2008	339,76
2009	401,87
2010	467,42
2011	
Janeiro	513,83
Fevereiro	516,61
Março	524,83
Abril	528,61
Maio	531,63
Junho	532,80
Julho	532,80
Agosto	535,03
Setembro	537,44
Outubro	539,16
Novembro	542,23
Dezembro	545,00
Jan.-dez./2011	531,67

Fonte: PME/IBGE.

VI. INFORMALIDADE

TABELA VI.1

Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2003	24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,1	21,6
2004	23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005	23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0
2006	23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,7	14,9	21,2
2007	22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,4
2008	19,8	22,0	19,4	18,2	20,4	18,4	19,7	16,8	19,5
2009	17,9	20,0	18,2	17,9	20,1	17,0	19,0	14,6	18,7
2010	18,3	19,4	18,0	17,3	18,4	16,2	18,0	13,5	17,7
2011									
Janeiro	18,3	17,8	16,4	17,0	17,9	15,1	17,3	11,3	16,9
Fevereiro	17,5	18,3	15,7	16,1	17,3	15,3	16,8	12,1	16,5
Março	17,7	18,4	15,7	16,4	17,4	15,7	16,9	12,4	16,6
Abril	17,3	18,1	16,5	16,3	17,7	16,0	17,1	12,5	16,8
Maio	18,7	18,2	17,2	16,3	17,5	16,4	17,2	12,5	16,9
Junho	18,2	18,2	16,9	16,5	17,0	16,8	17,0	13,0	16,7
Julho	19,5	18,0	16,6	15,7	16,9	15,5	16,7	12,8	16,5
Agosto	18,7	16,4	15,9	15,6	17,0	15,3	16,5	11,7	16,2
Setembro	19,2	16,3	16,7	16,0	16,4	15,6	16,5	12,3	16,2
Outubro	19,0	16,8	16,5	15,8	15,9	16,0	16,2	14,4	16,1
Novembro	17,8	17,0	16,0	16,6	15,8	16,2	16,3	14,0	16,1
Dezembro	18,3	16,9	15,6	16,5	15,6	15,8	16,1	14,6	16,0
Jan.-dez./2011	18,3	17,5	16,3	16,2	16,9	15,8	16,7	12,8	16,5

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VI.2

Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2003	24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,6	20,1
2004	24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,2
2005	22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	20,2
2006	22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,2	19,5	20,2
2007	21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4
2008	22,8	21,3	16,7	22,3	16,7	17,3	18,8	18,1	18,8
2009	23,3	21,4	16,6	22,4	16,4	17,7	18,8	19,1	18,8
2010	21,5	21,6	15,9	21,6	16,4	17,4	18,4	17,8	18,4
2011									
Janeiro	19,9	20,8	16,2	21,6	16,2	17,2	18,2	17,7	18,2
Fevereiro	20,9	20,5	16,5	22,4	16,0	16,4	18,3	17,8	18,3
Março	20,1	21,1	16,4	21,7	15,7	15,8	17,9	18,2	18,0
Abril	21,4	21,3	17,0	21,1	15,8	15,4	18,0	16,9	17,9
Maio	20,0	19,6	16,9	21,4	16,4	15,8	18,1	17,0	18,0
Junho	19,2	19,8	16,6	20,9	16,2	15,8	17,8	17,1	17,8
Julho	19,7	19,5	16,5	20,8	15,9	16,6	17,7	17,6	17,7
Agosto	19,4	19,9	16,3	21,1	16,1	16,1	17,8	18,0	17,9
Setembro	19,6	19,7	15,8	20,7	15,9	15,3	17,5	17,5	17,5
Outubro	19,3	19,0	16,2	21,4	16,1	15,9	17,8	15,2	17,6
Novembro	21,0	18,5	16,6	21,5	16,1	16,3	18,0	17,7	18,0
Dezembro	20,9	18,5	16,4	21,3	16,0	16,9	17,9	17,7	17,9
Jan.-dez./2011	20,1	19,9	16,5	21,3	16,0	16,1	17,9	17,4	17,9

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VI.3

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2003	84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,5	47,6	67,0
2004	74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,5	51,8	66,4
2005	79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,6	46,1	58,7
2006	91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,3	46,5	60,3
2007	81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,2	37,5	53,0
2008	78,5	79,1	51,6	51,1	58,8	52,4	57,0	43,2	56,0
2009	81,7	63,3	48,9	53,9	50,2	47,7	50,9	49,8	50,8
2010	64,7	78,2	40,1	37,9	32,3	40,9	37,4	47,9	38,0
Jan.-nov./2010	61,7	77,2	37,9	38,2	30,1	38,1	35,8	47,2	36,5
2011									
Janeiro	65,2	71,9	39,0	26,7	32,9	40,8	34,6	18,4	33,3
Fevereiro	68,9	51,5	22,9	25,5	25,9	28,8	27,8	44,2	28,8
Março	84,9	55,4	37,3	43,1	16,9	39,0	28,1	45,6	29,2
Abril	64,3	73,4	25,0	41,4	19,2	36,4	29,1	34,9	29,5
Mai	49,1	78,8	32,3	43,8	11,9	35,0	25,4	39,9	26,3
Junho	33,8	68,8	16,3	15,8	10,7	45,3	18,1	53,7	20,0
Julho	50,6	48,8	18,2	18,0	23,4	34,9	24,9	43,3	26,0
Agosto	42,2	79,9	24,9	38,0	24,9	32,6	31,9	30,5	31,8
Setembro	62,9	68,9	33,2	22,4	38,2	28,3	36,4	40,9	36,7
Outubro	53,1	60,3	35,7	23,1	38,3	25,0	35,5	42,7	36,0
Novembro	69,2	66,7	49,8	42,0	54,5	40,5	52,4	37,6	51,3
Jan.-nov./2011	58,6	65,9	30,4	30,9	27,0	35,2	31,3	39,3	31,7

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VI.4

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2003	62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,8	8,9	35,6
2004	49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,3	10,5	34,4
2005	42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,7	-0,6	29,1
2006	54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,3	-3,1	29,3
2007	44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,6	0,8	24,5
2008	46,9	58,5	10,2	16,9	19,3	6,3	22,3	3,1	20,8
2009	59,5	46,8	8,9	24,0	11,6	0,3	20,1	0,9	18,5
2010	46,4	45,8	4,0	22,6	11,0	-5,1	17,2	-2,5	15,6
Jan.-nov./2010	42,6	45,8	1,3	21,6	8,1	-6,1	15,1	-2,5	13,6
2011									
Janeiro	45,5	37,8	3,2	9,5	2,1	-8,6	8,4	-11,2	6,8
Fevereiro	35,7	31,7	5,4	14,5	4,2	-6,8	10,8	-14,9	8,5
Março	46,6	39,3	-0,6	25,8	4,9	-12,9	13,6	-3,1	12,3
Abril	40,1	40,3	-1,7	21,8	6,3	-8,8	12,6	-0,4	11,6
Mai	41,3	32,9	1,3	16,7	12,9	-7,6	14,6	-11,1	12,4
Junho	47,3	42,8	5,0	14,8	13,3	-12,1	15,2	-9,5	13,1
Julho	43,0	44,2	-2,5	11,2	4,0	-9,8	9,1	-11,4	7,4
Agosto	34,8	23,0	-3,4	17,2	8,8	-8,6	11,9	-14,6	9,5
Setembro	38,6	31,4	-4,2	16,1	3,3	-9,3	9,6	-12,8	7,7
Outubro	35,8	36,9	-6,7	16,1	3,5	-10,3	9,6	-9,3	8,0
Novembro	51,5	24,7	0,4	31,3	23,2	-8,3	24,4	6,5	23,0
Jan.-nov./2011	41,8	35,0	-0,3	17,7	7,9	-9,4	12,7	-8,3	10,9

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Cristina Celia Alcantara Possidente

Eliezer Moreira

Elisabete de Carvalho Soares

Fabiana da Silva Matos

Lucia Duarte Moreira

Luciana Nogueira Duarte

Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Aeromilson Mesquita

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Carlos Henrique Santos Vianna

Maria Hosana Carneiro Cunha

Livraria

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond 11,5/14,5 (texto)
Frutiger 47 (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em AP 90g/m²
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Rio de Janeiro - RJ

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SAE
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**Ministério do
Trabalho e Emprego**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

